



ACADEMIA MILITAR

Direcção de Ensino

Mestrado em Ciências Militares - Especialidade de Infantaria

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

AS FORÇAS NACIONAIS DESTACADAS E A COOPERAÇÃO CIVIL-MILITAR

AUTOR: Aspirante Infantaria Hugo Daniel da Silva Gouveia

ORIENTADOR: Coronel de Cavalaria Luís Nunes da Fonseca

LISBOA, AGOSTO DE 2010



ACADEMIA MILITAR

Direcção de Ensino

Mestrado em Ciências Militares - Especialidade de Infantaria

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

AS FORÇAS NACIONAIS DESTACADAS E A COOPERAÇÃO CIVIL-MILITAR

AUTOR: Aspirante Infantaria Hugo Daniel da Silva Gouveia

ORIENTADOR: Coronel de Cavalaria Luís Nunes da Fonseca

LISBOA, AGOSTO DE 2010

DEDICATÓRIA

À minha família por todos os valores transmitidos,
À minha namorada pelo seu carinho e compreensão.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho de Investigação Aplicada contou com a colaboração de diversas entidades, militares e civis, sem as quais não teria sido possível concretizá-lo. Deste modo, gostaria de deixar aqui o mais sincero agradecimento a todos aqueles que contribuíram directa e indirectamente para a realização deste trabalho.

Não atribuindo maior ou menor relevância pela ordem de agradecimentos, gostaria de começar por agradecer ao meu orientador deste trabalho, o Sr. Coronel de Cavalaria Luís Nunes da Fonseca, pela sua competência na orientação do trabalho e por toda a dedicação, apoio, constante disponibilidade e simpatia que sempre demonstrou, sem a qual não seria possível suplantar as dificuldades que advieram na realização deste trabalho.

Ao comando da Brigada de Reacção Rápida, na pessoa do Coronel de Infantaria João Francisco Braga Marquilhas, pelo apoio prestado tanto na entrevista como facultando documentos essenciais para a realização do trabalho.

Ao Coronel de Cavalaria Xavier de Sousa, Coronel de Infantaria Nunes Henriques, Coronel de Infantaria Fonseca e Sousa, pela sua disponibilidade e preciosos contributos prestados nas entrevistas que foram concedidas.

Ao Major de Infantaria Dinis Duarte, Major de Artilharia Martins de Sá, Capitão de Infantaria Paulo Alves, Capitão de Artilharia Rui Alvarinho pelo contributo prestado na entrevista.

Aos meus Camaradas de curso, pelo apoio e força prestados nos momentos mais preciosos.

Finalmente, quero agradecer à minha família, em especial aos meus pais e aos meus irmãos, à minha namorada Cátia Oliveira, pelo incansável apoio e total dedicação que me proporcionaram sempre, não só durante a realização deste trabalho, mas também durante todas as etapas da minha vida.

A todos, pela força e coragem que me inculcaram e pela enorme compreensão, um sincero obrigado.

RESUMO

A população civil tem feito parte integrante dos conflitos e das guerras, resultando desta realidade, uma inevitável interacção das forças militares com os actores civis. Esta interacção, a que podemos chamar de Cooperação Civil-Militar, tem-se tornado, consequentemente, uma questão chave dos níveis político ao tático para todos os actores envolvidos.

Um comandante no seu planeamento deve ter em consideração todos os aspectos relacionados com os civis presentes no Teatro de Operações (TO). Devem ser criadas as condições necessárias para a cooperação entre a força militar e as autoridades civis, com o objectivo de cumprir a missão que lhe é designada e aumentar a aceitação e a protecção da força no TO.

Este Trabalho de Investigação Aplicada visa o estudo do impacto da Cooperação Civil-Militar na conduta das operações em Timor-Leste. Sendo assim, na primeira parte efectua-se uma abordagem conceptual onde apresentamos o conceito da Cooperação Civil-Militar segundo a doutrina da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) e a doutrina Norte Americana, referimos a organização e o aprontamento das Forças Nacionais Destacadas (FND) e as actividades de Cooperação Civil-Militar desenvolvidas. A segunda parte reporta-se à análise da actuação das FND no âmbito da Cooperação Civil-Militar e às conclusões e recomendações.

A primeira parte tem por base a consulta bibliográfica e a análise documental. Na segunda parte recorreu-se a diversas entrevistas junto de oficiais que participaram nas missões de paz de Timor-Leste, com o objectivo de saber se a cooperação Civil-Militar teve algum impacto na condução das operações por parte das FND.

Chegou-se à conclusão que a Cooperação Civil-Militar teve um grande impacto na condução das operações das FND, sendo um instrumento essencial na obtenção de informações e no estabelecimento de um ambiente propício ao prosseguimento da missão no Teatro de Operações de Timor-Leste.

PALAVRAS-CHAVE: POPULAÇÃO CIVIL, OAP, COOPERAÇÃO CIVIL-MILITAR, FND, APRONTAMENTO.

ABSTRACT

The civil population has integrated part of conflicts and wars, which developed an inevitable interaction between military forces and civil actors. This interaction is the Civil-Military Cooperation and it is a key issue to the political and tactical levels.

A Commandant, in his planning, should analyze all aspects of the civilians presence in Operations Theater. The conditions for cooperation between military and civilian authorities should be created, in order to accomplish the mission designated, and increase the acceptance and protection in the OT.

This research intends to study the impact of Civil-Military Cooperation in the conduct of operations in East Timor. So, the first parte defines a conceptual approach, where is developed the concept of Civil-Military Cooperation according to the NATO and USA doctrine, the organization of FND's and the activities of Civil-Military Cooperation. The second part concerns the analysis of the conduct in the Civil-Military Cooperation by FND and the conclusions and recommendations.

The first part is based on documents analysis. In second part interviews was used to the officers who participate in peacekeeping missions in East Timor, in order to know if the Civil-Military Cooperation had any impact on the conduction of FND operations.

At conclusions we recognized that the Civil-Military Cooperation had a major impact on the conduct of FND's operations , it has been an essential tool in obtaining information and establishing an environment in order to sustainable continuation of the mission in the TO in East Timor.

KEY WORDS: CIVIL POPULATION, OAP, CIVIL-MILITARY COOPERATION, FND, PRÉ DEVELOPMENT TRAINING.

ÍNDICE GERAL

DEDICATÓRIA.....	i
AGRADECIMENTOS	ii
RESUMO.....	iii
ABSTRACT	iv
ÍNDICE GERAL	v
ÍNDICE DE FIGURAS.....	viii
ÍNDICE DE QUADROS	x
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS.....	xi
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 - CONCEITOS E DOCTRINA DA COOPERAÇÃO CIVIL-MILITAR	6
1.1 INTRODUÇÃO	6
1.2 DOCTRINA NATO (PORTUGUESA)	6
1.2.1 DEFINIÇÃO	8
1.2.2 FINALIDADE	9
1.2.3 FUNÇÕES	9
1.2.4 PRINCÍPIOS DA CIMIC	10
1.2.5 EMPREGO DA CIMIC NAS OPERAÇÕES.....	11
1.2.6 ORGANIZAÇÃO E COMANDO DA CIMIC	12
1.2.7 COMPONENTES FÍSICAS DA CAPACIDADE CIMIC	12
1.2.8 CAMPOS DE ACTIVIDADE DA CIMIC NUMA OPERAÇÃO NÃO-ARTIGO 5º.....	12
1.3 DOCTRINA NORTE-AMERICANA.....	13
1.3.1 DEFINIÇÃO	14
1.3.2 PRINCÍPIOS DAS CMO NAS OPERAÇÕES DE APOIO À PAZ	15
1.3.3 COMPONENTES FÍSICAS DA CAPACIDADE CIMIC	16
1.3.4 CAMPOS DE ACTIVIDADE DAS CMO	16
1.4 SÍNTESE CONCLUSIVA.....	16
CAPÍTULO 2 - A ORGANIZAÇÃO E O APRONTAMENTO DAS FORÇAS NACIONAIS DESTACADAS PARA O TEATRO DE OPERAÇÕES DE TIMOR-LESTE.....	18
2.1 INTRODUÇÃO	18
2.2 ORGANIZAÇÃO	18
2.3 APRONTAMENTO	19
2.3.1 A COOPERAÇÃO CIVIL-MILITAR.....	20

2.4 SÍNTESE CONCLUSIVA.....	22
CAPÍTULO 3 – AS FORÇAS NACIONAIS DESTACADAS NO TEATRO DE OPERAÇÕES DE TIMOR-LESTE.....	23
3.1 INTRODUÇÃO	23
3.2 A ACTUAÇÃO DAS FORÇAS NACIONAIS DESTACADAS	23
3.3 A ORGANIZAÇÃO DA COOPERAÇÃO CIVIL-MILITAR.....	24
3.4 A ACTUAÇÃO DA COOPERAÇÃO CIVIL-MILITAR	26
3.5 SÍNTESE CONCLUSIVA.....	28
CAPÍTULO 4 – ANÁLISE DA ACTUAÇÃO DAS FORÇAS NACIONAIS DESTACADAS NO ÂMBITO DA COOPERAÇÃO CIVIL-MILITAR	30
4.1 INTRODUÇÃO	30
4.2 ENTREVISTAS	30
4.2.1 CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA DAS ENTREVISTAS	30
4.3 ANÁLISE DA ACTUAÇÃO DAS FORÇAS NACIONAIS DESTACADAS	31
4.3.1 CONCEITOS E DOCTRINA.....	31
4.3.2 APRONTAMENTO	31
4.3.3 ACTUAÇÃO DA COOPERAÇÃO CIVIL-MILITAR	32
4.3.4 A IMPORTÂNCIA DA COOPERAÇÃO CIVIL-MILITAR.....	33
4.4 SÍNTESE CONCLUSIVA.....	34
CAPÍTULO 5 - CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	35
5.1 INTRODUÇÃO	35
5.2 VERIFICAÇÃO DAS HIPÓTESES	35
5.3 CONCLUSÕES FINAIS	38
5.4 RECOMENDAÇÕES.....	38
5.5 LIMITAÇÕES DA INVESTIGAÇÃO.....	39
5.6 INVESTIGAÇÕES FUTURAS.....	39
BIBLIOGRAFIA.....	41
GLOSSÁRIO	1
APÊNDICES.....	1
APÊNDICE A - ORIGEM DO CONFLITO EM TIMOR-LESTE.....	1
APÊNDICE B - PRINCÍPIOS DA CIMIC	1
APÊNDICE C - PARTICIPAÇÃO NACIONAL NO TEATRO DE OPERAÇÕES DE TIMOR-LESTE	1
APÊNDICE D - A ORGANIZAÇÃO E O APRONTAMENTO DAS FND PARA O TO DE TIMOR-LESTE	1
APÊNDICE E – APRONTAMENTO DE UMA FORÇA NACIONAL DESTACADA.....	1
APÊNDICE F – ACTIVIDADES CIMIC DESENVOLVIDAS	1

APÊNDICE G – MISSÕES E TAREFAS DAS FND NO TO DE TIMOR-LESTE.....	1
APÊNDICE H – ENTREVISTAS À AMOSTRA 1.....	1
APÊNDICE H.1 - GUIÃO DA ENTREVISTA	1
APÊNDICE H.2 – TRANSCRIÇÕES DAS ENTREVISTAS	4
APÊNDICE H.3 – QUADROS DE ANÁLISE QUALITATIVA À AMOSTRA 1	29
APÊNDICE I – ENTREVISTAS À AMOSTRA 2	1
APÊNDICE I.1 - GUIÃO DAS ENTREVISTAS	1
APÊNDICE I.2 – TRANSCRIÇÕES DAS ENTREVISTAS.....	3
APÊNDICE I.3 – QUADROS DE ANÁLISE QUALITATIVA À AMOSTRA 2.....	16
ANEXOS	1
ANEXO A OPERAÇÕES DE APOIO À PAZ.....	1
ANEXO B - COORDENAÇÃO CIVIL-MILITAR	1
ANEXO C - TAREFAS CIMIC NAS FASES DE UMA OPERAÇÃO NÃO – ARTIGO 5º	1
ANEXO D - ORGANIZAÇÃO DA CIMIC NOS DIFERENTES ESCALÕES TÁCTICOS	1
ANEXO E – COORDENAÇÃO DA CIMIC AO NÍVEL DE ESTADO MAIOR	1
ANEXO F – CIMIC GROUP SOUTH	1
ANEXO G – IMAGENS DE ACÇÕES DESENVOLVIDAS PELA COOPERAÇÃO CIVIL-MILITAR	1

ÍNDICE DE FIGURAS

CAPÍTULO 1

Figura 1.1: Tipos de Actividades desenvolvidas pela CIMIC.....	13
--	----

CAPÍTULO 3

Figura 3.1: Organigrama da célula CIMIC do Sector Central.....	25
--	----

APENDICE A

Figura A.1: Esquema das três fases Transitórias.....	51
--	----

APENDICE C

Figura C.1: Dispositivo da PKF/UNTAET.....	56
Figura C.2: Organigrama da PKF.....	57
Figura C.3: Efectivos dos Batalhões Destacados para Timor-Leste.....	57
Figura C.4: Dispositivo da PKF/UNMISSET.....	58

APENDICE D

Figura D.1: Organigrama do Batalhão.....	60
Figura D.2: Organigrama do 1BI/BLI.....	63
Figura D.3: Organigrama do Agrupamento HOTEL.....	65

APENDICE E

Figura E.1: Esquema do Faseamento do aprontamento.....	68
--	----

ANEXO C

Figura C.1: Esquema do desenrolar de uma Operação CIMIC.....	148
--	-----

ANEXO D

Figura D.1: Organização CIMIC ao nível de comando de território.....	150
Figura D.2: Organização CIMIC ao nível Divisão.....	150
Figura D.3: Organização CIMIC ao nível Brigada.....	151
Figura D.4: Organização CIMIC ao nível Batalhão/agrupamento.....	151

ANEXO E

Figura E.1: Coordenação ao nível de Estado-Maior.....	152
---	-----

ANEXO F

Figura F.1: Organização do CIMIC Group South.....	153
---	-----

ANEXO G

Figura G.1: Construção de uma Ponte pelo Módulo de Engenharia.....	154
Figura G.2: Encerramento da Construção do Jardim de Infância “Agrupamento Hotel”.	154
Figura G.3: Distribuição de Alimentação por uma Equipa CMA.....	155
Figura G.4: Distribuição de material desportivo.....	155
Figura G.5: Distribuição material escolar.....	156
Figura G.6: Cerimónia religiosa presidida pelo Capelão do Batalhão.....	156
Figura G.7: Assistência Sanitária pelo médico do Batalhão.....	157
Figura G.8: Formação sobre Equipamento Agrícola.....	157
Figura G.9: Formação não militar às FALENTIL.....	158

ÍNDICE DE QUADROS

Capítulo 4

Quadro 4.1: Correspondência das perguntas às hipóteses	31
--	----

APÊNDICE H

Quadro H.1:Análise qualitativa da questão nº3.....	113
Quadro H.2:Análise qualitativa da questão nº4.....	114
Quadro H.3:Análise qualitativa da questão nº6.....	115
Quadro H.4:Análise qualitativa da questão nº7.....	116
Quadro H.5:Análise qualitativa da questão nº8.....	117
Quadro H.6:Análise qualitativa da questão nº9.....	118
Quadro H.7:Análise qualitativa da questão nº11.....	119
Quadro H.7:Análise qualitativa da questão nº14.....	120

ANEXO I

Quadro I.1:Análise qualitativa da questão nº3.....	136
Quadro I.2:Análise qualitativa da questão nº4.....	137
Quadro I.3:Análise qualitativa da questão nº5.....	138
Quadro I.4:Análise qualitativa da questão nº6.....	139
Quadro I.5:Análise qualitativa da questão nº7.....	140

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

1BI	1º Batalhão de Infantaria
2BI	2º Batalhão de Infantaria
1BIPara	1º Batalhão de Infantaria Pára-quedista
2BIPara	2º Batalhão de Infantaria Pára-quedista
Agr	Agrupamento
AJP	Allied Joint Publication
AMSJ	Área Militar de São Jacinto
AOR	Area of Responsibility
APAD	Associação Portuguesa de Apoio ao Desenvolvimento
BAI	Brigada Aerotransportada Independente
BLI	Brigada Ligeira de Intervenção
BI	Batalhão de Infantaria
BIMEC	Batalhão de Infantaria Mecanizada
BMI	Brigada Mecanizada Independente
BrigInt	Brigada de Intervenção
BrigMec	Brigada Mecanizada
BrigRR	Brigada de Reacção Rápida
CA	Civil Affairs
CAO	Civil Affairs Operations
CCOE	CIMIC Centre of Excellence
CEME	Chefe de Estado-Maior do Exército
CFT	Comando das Forças Terrestres
CGS	CIMIC Group South
CIMIC	Cooperação Civil-Militar
CIVPOL	Polícia Civil
CITOAP	Centro de Instrução de Operações de Apoio à Paz
CMA	Civil-Military Affairs
CMO	Civil-Military Operations
CNT	Contingente Nacional em Timor
COFT	Comando Operacional das Forças Terrestres

CRO	Crise Response Operation
CSC	Comando do sector Central
DOC	Centro de Operações de Distrito
DPKO	Department of Peacekeeping Operations
EASTBATT	Batalhão Este
EM	Estado-Maior
EME	Estado-Maior Exército
EUA	Estados Unidos da América
FAP	Força Aérea Portuguesa
FM	Field Manual
FND	Força Nacional Destacada
GM	Guerra mundial
IAM	Instituto de Altos Estudos Militares
IESM	Instituto de Estudos Superiores Militares
IFOR	Implementation Force
INTERFET	International Force in East Timor
JP	Joint Publication
MC	Military Committee
NATO	Organização do Tratado do Atlântico Norte
OAP	Operações de Apoio à Paz
OI	Organização Internacional
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCE	Organização para a segurança e Cooperação na Europa
PKF	Peace Keeping Force
PORBATT	Portuguese Battalion
RC	Regulamento de Campanha

RI	Regimento de Infantaria
SFOR	Stabilization Force
TIA	Trabalho de Investigação Aplicada
TILD	Trabalho de Investigação de Longa Duração
TL	Timor-Leste
TO	Teatro de Operações
UEB	Unidade de Escalão Batalhao
UEC	Unidade de Escalão Companhia
UNAVEM	United Nations Angola Verification Mission
UNHCR	Alto Comissariado das Nações Unidas para os refugiados
UNMISSET	United Nations Mission in Support of East Timor
UNOGIL	United Nations Observation Group in Lebanon
UNTAET	United Nations Transitional Administration in East Timor

INTRODUÇÃO

No âmbito curricular académico do Curso de Mestrado em Ciências Militares na especialidade de Infantaria surge o presente Trabalho de Investigação Aplicada (TIA), subordinado ao tema “*As Forças Nacionais Destacadas e a Cooperação Civil-Militar*”.

Esta Introdução tem início com um enquadramento e respectiva fundamentação do tema, com uma posterior apresentação da delimitação, do problema de investigação, dos objectivos, das questões de investigação e das hipóteses. Por último é enunciada a metodologia e o modelo de investigação, finalizando com uma breve síntese dos capítulos.

Até à I Guerra Mundial (GM), procurava-se, tanto quanto possível, que as batalhas ocorressem em áreas afastadas dos aglomerados populacionais e que as populações indefesas ficassem salvaguardadas dos seus efeitos directos.

A partir da II GM, sobretudo devido ao maior alcance e poder destrutivo dos armamentos, os alvos das acções militares passaram a abranger também as áreas urbanizadas, propagando-se deste modo, a violência indiscriminada às populações indefesas. Apesar das tentativas de restringir a guerra unicamente aos combatentes armados, a realidade é que, presentemente, a violência é exercida, cada vez com maior frequência, sobre as populações. Existe, então, uma vertente social e humana, além dos beligerantes, sempre presente nas guerras e nos conflitos. Na consequência deste facto, a última grande guerra determinou o aparecimento da área funcional dos Assuntos Cívicos, especificamente vocacionada para a ligação e coordenação com as entidades cívicas.

Com o fim da guerra fria, irromperam sucessivos conflitos, essencialmente de cariz intra-estatal. Estes causados pela falência económica, pela instabilidade social, pela má gestão e degradação da autoridade estatal e agravados pelas questões étnicas e religiosas. Todos estes conflitos puseram em causa a Segurança e a estabilidade Internacional, induzindo preocupações na comunidade internacional que, sob a égide da ONU, da NATO, da União Europeia (EU), da OSCE e de outras organizações colectivas, intensificaram as suas intervenções militares em diversas missões de paz.

Neste contributo para a paz, Portugal, a partir de 1996, por imperativos de solidariedade, de defesa dos interesses nacionais e de afirmação externa do Estado, passa a participar, de forma regular, com forças constituídas em operações humanitárias e de paz no âmbito da ONU, da NATO e da EU.

De 1999 a 2004, participou com oito Unidades de Escalão Batalhão (UEB) no Teatro de Operações de Timor-Leste, ao serviço das Nações Unidas. O objectivo era restabelecer a

segurança no território de maneira a se criar as condições que levassem à independência desse país.

Tal como já foi referido, este trabalho é subordinado ao tema “*As Forças Nacionais Destacadas e a Cooperação Civil-Militar*”. A opção por este tema surge pelo facto de a Cooperação Civil-Militar ser actual e pertinente. As actividades de Cooperação Civil-Militar têm sido utilizadas pelas Forças Nacionais Destacadas, nos diferentes Teatros de Operações, como instrumento de aproximação à sociedade civil e como forma de promover a aceitação desses militares, verificando-se que constituem como facilitadores de outras actividades porventura mais incisivas em termos de utilização da força.

Por outro lado, através do contributo de alguns oficiais, que já desempenharam funções no âmbito da Cooperação Civil-Militar, foi possível, numa análise prévia, constatar que o conhecimento desta capacidade militar ainda é reduzida no Exército em geral.

Face ao campo tão vasto da Cooperação Civil-Militar, houve a necessidade de delimitar o trabalho para conseguir alguma objectividade. Deste modo, este trabalho não pretende estudar todos os princípios doutrinários da Cooperação Civil-Militar, mas simplesmente a sua aplicação nas OAP¹ pertencentes às Operações militares não - Artigo 5º - Operações de Resposta a Crises².

O teatro de operações escolhido a tratar foi o de Timor-Leste³, porque é um teatro já concluído onde as FND, sob a égide da Organização das Nações Unidas, cumpriram com sucesso as missões e tarefas que desempenharam. Além disso, o facto de as missões das diferentes FND terem sido regulares⁴, permite-nos examiná-lo com algum detalhe e menor número de factores externos intervenientes. Também foi escolhido o TO de Timor-Leste pela reduzida duração no tempo (1999-2004) em termos de actuação das nossas FND.

O trabalho realizado irá unicamente abordar a Cooperação Civil-Militar segundo a doutrina da NATO, onde se inspira a doutrina nacional, e a doutrina Norte Americana. Isto porque foram estas duas doutrinas evidentes na execução das actividades de Cooperação Civil-Militar em Timor-Leste.

Em suma, pretende-se estudar a influência da Cooperação Civil-Militar nas Operações conduzidas pelas nossas unidades que, nesses espaços geográficos, cumpriram as suas

¹Ver Anexo A – Operações de Apoio à Paz

²“*As Operações de Resposta a Crises podem ser descritas como operações multifuncionais que abrangem actividades políticas, militares e civis, executadas de acordo com a lei internacional, incluindo o direito internacional humanitário, que contribuem para a prevenção e resolução de conflitos e gestão de crises.*” (RC Operações, 2005, p.2, cap.14, parte III) Dividem-se em operações de Apoio à Paz (PSO) e Outras Operações e Tarefas de Resposta a Crises. Para mais informação consultar o capítulo 14 da parte III do Regulamento de Campanha (RC) Operações.

³ Consultar Apêndice A – Origem do Conflito em Timor-Leste, para perceber o que levou a actuação das nossas FND nesse TO.

⁴ As missões das FND em Timor-Leste foram essencialmente missões de segurança.

missões e retirar daí ensinamentos e lições aprendidas para outras forças que possam vir a desempenhar missões neste âmbito.

Dentro de uma panóplia de questões que poderiam ser abordadas neste tema, restringi-o a seguinte questão central: **“Qual o impacto da Cooperação Civil-Militar na conduta das operações das FND no teatro de operações de Timor-Leste?”**

Para orientar o estudo, definiram-se os seguintes objectivos específicos, tendo em vista o enquadramento teórico do tema e a investigação de campo:

- Analisar a doutrina portuguesa ao nível da cooperação Civil-Militar;
- Verificar a organização das FND no campo de acção da cooperação Civil-Militar no TO de Timor-Leste;
- Saber como se preparavam as FND para actuar no âmbito da cooperação Civil-Militar;
- Averiguar a capacidade de actuação das FND no espaço da Cooperação Civil-Militar;
- Entender qual o impacto que a Cooperação Civil-Militar teve na condução das Operações.

Para responder à questão central e aos objectivos definidos, considerou-se essencial obter sucessivamente, respostas fundamentadas às seguintes questões derivadas:

1. O que é a cooperação Civil-Militar?
2. Como se encontravam organizadas as Forças Nacionais Destacadas no Teatro de Operações de Timor-Leste e como se preparavam para actuar no âmbito da cooperação Civil-Militar?
3. Qual era a capacidade de actuação das FND no âmbito da cooperação Civil-Militar e como procediam as FND no TO de Timor-Leste de forma a melhorar a sua implantação a nível local e simultaneamente, cumprir as missões que lhe foram cometidas?
4. Qual a relevância da cooperação Civil-Militar na actuação das FND?

Em resposta às questões derivadas, foram formuladas várias hipóteses. Relativamente à primeira questão derivada levantou-se a seguinte hipótese:

H1 - Não existe uma doutrina nacional de Cooperação Civil-Militar. Os conceitos, técnicas, tácticas e procedimentos no âmbito da Cooperação Civil-Militar em uso a nível

nacional inspiram-se essencialmente nos manuais de campanha dos Estados Unidos da América (EUA) e da NATO.

Para a segunda levantou-se a seguinte hipótese:

H2 - As estruturas das FND que actuaram no TO de Timor-Leste, no quadro da cooperação Civil-Militar, visaram sobretudo aconselhar e apoiar a tomada de decisão dos respectivos Comandos perante situações específicas. A organização das FND não incluía formações especialmente vocacionadas para a Cooperação Civil-Militar.

No que se refere à terceira questão derivada, levantou-se a hipótese:

H3 - As FND utilizaram extensivamente a capacidade supletiva das valências existentes da força, tirando também partido do grau de inserção das suas forças de escalão tático Pelotão, operando no terreno. Ocasionalmente exploraram oportunidades pontuais, em associação com o Comando no Território Nacional, o escalão superior no TO, as autoridades locais e as Organizações não Governamentais (ONGs).

Por último, para a quarta questão, a hipótese foi a seguinte:

H4 - A cooperação Civil-Militar teve um efeito multiplicador das possibilidades das FND no TO, e portanto, contribuiu para uma melhor aceitação e compreensão do papel da FND pela população local, permitindo simultaneamente, melhorar a protecção da força e cumprir integralmente a sua missão.

Este trabalho segue o modelo de investigação hipotético-dedutivo e obedece aos princípios metodológicos propostos pela investigação científica de Quivy e Campenhoudt (2008). Quanto às normas tem como base orientadora as normas para a redacção de trabalhos da Academia Militar (Academia Militar, 2008) e quando estas eram omissas, em determinadas partes, utilizaram-se as normas do Guia Prático sobre a Metodologia Científica de Manuela Sarmiento (2008).

Assim, sendo, este trabalho está dividido em duas partes. A primeira parte está baseada numa pesquisa documental e na recolha de informação em publicações, artigos de revistas, manuais da NATO e dos EUA, entrevistas exploratórias, conversas informais e sites da Internet. Toda esta informação foi complementada com a análise de fontes oficiais, como é o caso dos relatórios fins de missão das FND e as directivas de aprontamento. A segunda parte está baseada em entrevistas semi-directivas realizadas a diferentes amostras e na análise dos conteúdos teóricos desenvolvidos na primeira parte, com o objectivo de verificar as hipóteses e dar resposta à questão central.

A primeira parte é composta pelos três primeiros capítulos. O primeiro capítulo contempla um conjunto de conceitos fundamentais ao tema, nomeadamente no que se refere às

diferentes doutrinas de Cooperação Civil-Militar e que, ao longo do trabalho, serão frequentemente abordadas. Daremos a conhecer a doutrina nacional, que se integra dentro da NATO, e a doutrina dos EUA.

Segue-se o segundo capítulo, onde se explica a organização e o Aprontamento⁵ das forças que integraram as FND para o TO de Timor-Leste. Seguidamente refere-se especificamente como se processou este processo no âmbito da Cooperação Civil-Militar.

No terceiro capítulo iremos descrever as missões das FND no TO de TL. Pretende-se com este capítulo verificar a organização e a capacidade de actuação das nossas FND ao nível da Cooperação Civil-Militar.

A segunda parte inicia-se no quarto capítulo e faremos a análise da actuação das FND no âmbito da Cooperação Civil-Militar e posteriormente teremos o quinto capítulo onde são apresentadas as conclusões e recomendações.

⁵ Nome dado ao tempo de preparação de uma força para futuro empenhamento num Teatro de Operações fora do território Nacional. (Azevedo, 2004)

CAPÍTULO 1 - CONCEITOS E DOCTRINA DA COOPERAÇÃO CIVIL-MILITAR

1.1 INTRODUÇÃO

Este capítulo tem como finalidade dar a conhecer o significado da Cooperação Civil-Militar segundo a doutrina⁶ da NATO e Norte Americana, e a forma como ela se organiza no interior destes organismos. Aborda-se também o caso português, contudo, como os manuais portugueses são elaborados segundo a doutrina NATO, incluiremos Portugal nessa parte.

Apenas são estudadas estas duas doutrinas, porque são aquelas pelas quais as forças portuguesas se regeram para a execução de actividades de cooperação Civil-Militar em Timor-Leste. Importa assim perceber se há alguma diferença entre elas já que Portugal participou nesta operação de paz sob o mandato das Nações Unidas⁷, contudo pratica a doutrina NATO.

1.2 DOCTRINA NATO (PORTUGUESA)

Em meados de 1990 a NATO começou-se a debater com dificuldades na área da interacção Civil-Militar nas operações militares. O primeiro debate surgiu à volta da questão se a cooperação Civil-Militar (CIMIC)⁸ deveria ser uma função de apoio, ou seja, facilitar as operações militares, ou se as actividades militares no domínio civil deveriam, sob alçada da CIMIC, tornar-se um objectivo por si próprio (Zaalberg, 2008). Segundo o mesmo autor, a doutrina da NATO que tinha sido desenvolvida para a CIMIC foi abordada como um problema à margem das operações militares, tal e qual como nas operações ofensivas na segunda Guerra Mundial⁹. As funções atribuídas ao CIMIC eram essencialmente o controlo da população, dos recursos e o apoio às autoridades da nação anfitriã. Já durante a Guerra Fria a doutrina CIMIC foi orientada no sentido de facilitar as operações convencionais,

⁶ *“Doutrina é um conjunto de princípios abstractos e genéricos, com um valor tautológico temporal e no qual se apoia um processo de actuação. São, assim, um conjunto de princípios reguladores da forma de actuar, orientando quem o adopte, no caminho da consecução dos objectivos que previamente definiu.”* (Sousa, 2009, p.5).

⁷ No âmbito da ONU esta doutrina denomina-se Coordenação Civil-Militar. Para mais informações ver Anexo B – Coordenação Civil-Militar

⁸ No âmbito da NATO e Portugal CIMIC significa Cooperação Civil-Militar

⁹ Segundo o autor, quando a NATO reinventou o conceito de CIMIC, em meados dos anos 90, foi buscar as suas raízes à organização dos Assuntos Cíveis Aliados da segunda Guerra Mundial (GM). Consultar a parte I – The Historical Origins of Civil-Military Cooperation do livro *Managing Civil-Military Cooperation* (2008).

limpando os “obstáculos” civis, como os refugiados, e a exploração dos recursos e infra-estruturas para fins militares.

Até 1995 a CIMIC não era vista como sendo muito importante, pelo contrário simplesmente representava *“um pouco mais do que um desafio de logística”* (Rehse, 2004). As experiências da missão da IFOR¹⁰ e da SFOR¹¹ na Bósnia-Herzegovina foi fundamental para a evolução da doutrina NATO em relação à CIMIC.

Em 1997, a NATO decide que as suas forças tinham necessidade de uma capacidade especializada ao nível da CIMIC. Foi a partir deste momento que um novo conceito de CIMIC¹² apareceu para substituir o seu antecessor da Guerra Fria (Zaalberg, 2008).

Seguindo o pensamento de Serafim (1999), este conceito já refere a actuação da CIMIC em operações não – artigo 5º, embora tivesse algumas limitações. Nessa mesma data o Comité militar da NATO criou o NATO CIMIC Working Group, com a finalidade de assegurar que a Aliança mantinha uma capacidade CIMIC eficaz. Em 1998 surge a primeira reunião do CIMIC Working Group, onde fica definida a necessidade de desenvolver uma doutrina CIMIC NATO.

Da discussão da NATO e dos seus aliados surge o documento que define todos os parâmetros da doutrina CIMIC – o AJP – 09. Este apresenta um conceito CIMIC com algumas diferenças dos conceitos inicialmente aprovados pela NATO, e que, fruto das lições apreendidas nos teatros de operações, tem vindo a sofrer alterações, nomeadamente no que concerne às Operações Não-Artigo 5º (Scott e Maclay, 2008).

Tal como para a NATO, as OAP foram uma novidade para Portugal na década de noventa¹³. Deparamo-nos com umas forças armadas sem doutrina própria neste âmbito. Ao mesmo tempo que se assiste à procura nos países aliados, do que havia já escrito sobre o assunto, procede-se ao envio de quadros a centros de formação, situados em vários países estrangeiros, como a NATO Military School of Oberammergau na Alemanha, onde são ministrados cursos sobre OAP e CIMIC. Segundo o Coronel Xavier de Sousa os esforços só começaram a ser sentidos, devido ao Centro de Instrução de Operações de Apoio à Paz

¹⁰ Força de Imposição de Paz da NATO na Bósnia-Herzegovina

¹¹ Força de Estabilização de Paz da NATO na Bósnia-Herzegovina

¹² *“Os recursos e acordos que apoiam as relações entre os Comandantes militares (OTAN) e as autoridades nacionais, civis e militares, e as populações civis, numa área onde as forças militares estão ou planeiam ser empregadas. Estes acordos incluem a cooperação com agências, organizações e autoridades não governamentais ou internacionais.”* (SERAFIM, A Cooperação Civil – Militar nas Operações de Apoio à Paz – Conceitos, Princípios e Estruturas, 1999, pág. 5)

¹³ Na realidade, a primeira participação portuguesa, em missões de paz, ocorreu em 1958, no âmbito da ONU, através da missão da United Nations Observer Group in Lebanon (UNOGIL, onde Portugal participou com alguns observadores militares, contudo o efectivo utilizado não era expressivo. Em Junho de 1991, na missão UNAVEM II, em Angola, Portugal participa com 40 militares, considerando-se essa a primeira experiência concreta do nosso país em missões deste tipo. (Sousa, 2009)

(CITOAP)¹⁴, que não se limitava à instrução e treino das FND que iam ser projectadas em TO longe de Portugal, mas também ia produzindo doutrina sobre OAP (Sousa, 2009).

1.2.1 DEFINIÇÃO

Para melhor percebermos o que se entende pela CIMIC temos que começar pela sua definição, onde, segundo a nossa doutrina, a CIMIC é definida como “a coordenação e a cooperação, em apoio da missão, entre o comandante de uma força militar e os actores civis, nos quais se incluem a população civil local e as suas autoridades representativas, bem como as organizações não governamentais internacionais e nacionais e ainda as agências” (p.1, cap.8, parte IV, RC Operações 2005).

Por outro lado, segundo a doutrina NATO (AJP Nº 9, 2003), o CIMIC define-se como *"The co-ordination and co-operation, in support of the mission, between the NATO Commander and civil actors, including national population and local authorities, as well as international, national and non-governmental organizations and agencies."*(MC 411/1, 2001, pág 1).

Analisando estas duas definições retiramos desde já algumas considerações importantes a entender. A definição portuguesa do conceito da CIMIC é a tradução da definição da doutrina NATO, o que quer dizer que absorvermos os conhecimentos neste âmbito. Depois, e mais importante a retirar da definição da CIMIC é que esta é uma operação militar, e como tal a sua missão é a coordenação e cooperação entre a força militar e os actores civis com a finalidade de apoiar o cumprimento da missão. Com isto quero dizer que o factor militar deverá ser prioritário.

Particularizando agora no que concerne às missões de apoio à paz a acção da CIMIC é diferenciada em função do estado inicial ou final da operação: o estado inicial CIMIC consiste em apoiar a missão da força, de forma a garantir a máxima liberdade de acção no meio civil, através da coordenação com os actores civis, dentro da sua área de responsabilidade e estabelecer as condições necessárias ao desenvolvimento de uma estabilidade duradoura na região. O estado final CIMIC é o momento em que as autoridades civis, apoiadas pelas principais organizações civis locais ou internacionais, já são capazes de se entender e de funcionar, sem o apoio das forças internacionais, permitindo desta forma que, as forças militares, abandonem esse teatro de operações (CITOAP, 2001).

¹⁴ Centro criado em 1996, no Campo Militar de Santa margarida, para apoiar a instrução e preparação das FND.

1.2.2 FINALIDADE

Segundo o nosso Regulamento de Campanha (RC) Operações (2005) a CIMIC divide-se em três finalidades que deverão complementar-se entre si. Estas são:

1.2.2.1 FINALIDADE IMEDIATA

Estabelecer e manter a cooperação entre o Comando de uma força militar, as autoridades civis, organizações, agências e a população, presentes na área de operações, de forma a criar condições que proporcionem ao Comandante as maiores vantagens possíveis para o cumprimento da missão (RC Operações, 2005).

1.2.2.2 FINALIDADE DE MÉDIO PRAZO

Contribuir e manter as condições que possibilitem atingir o estado final desejado para a operação (RC Operações, 2005).

1.2.2.3 FINALIDADE DE LONGO PRAZO

A longo prazo, a CIMIC deverá procurar manter as condições, para serem atingidos os objectivos da política externa de Portugal (RC Operações, 2005).

1.2.3 FUNÇÕES

Segundo o CITOAP (2001), a CIMIC tem uma actividade bastante centralizada no Comandante, mas em paralelo tem também um desenvolvimento muito independente, com objectivos próprios que visam criar o clima de confiança, melhorar a comunicação com a população civil e a imagem da força para obter a liberdade de movimentos.

Seguindo este modo de pensar, a função da CIMIC é estabelecer as melhores condições possíveis para a condução das operações militares, minimizando acontecimentos que possam afectar a missão.

O nosso RC Operações (2005), refere cinco funções que a CIMIC deverá cumprir em apoio à missão: a ligação civil-Militar, o apoio à Estrutura Civil, o apoio à Força, o apoio Interno e o apoio à política Externa de Portugal. Contudo só quatro têm ligação directa às Operações de Apoio à paz.

1.2.3.1 LIGAÇÃO CIVIL-MILITAR

A ligação Civil-Militar entende-se como *“o conjunto de relações que se estabelecem em tempo de paz, de crise ou de guerra, entre as forças militares e as autoridades, organizações e população civil”* (aulas CIMIC, IESM, 2007).

Os objectivos desta ligação é a criação de um clima de confiança, garantir a liberdade de acção, coordenar as acções civis que vão decorrer, assegurar uma comunicação efectiva, garantir a legitimidade da missão e garantir o apoio à população (aulas CIMIC, IESM, 2007). Assim, providencia-se a coordenação tida como necessária, de modo a facilitar e a suportar o planeamento e a condução de operações (RC Operações, 2005).

1.2.3.2 APOIO À ESTRUTURA CIVIL

Caracteriza-se por utilizar um grande número de recursos militares, como pessoal, material, equipamento, comunicações, treino e especialistas e abranger uma vasta actividade CIMIC. Contudo estas actividades só ocorrerão quando as estruturas civis são incapazes de levar a cabo essas tarefas (RC Operações, 2005).

1.2.3.3 APOIO À FORÇA

Em algumas circunstâncias a força militar que está a operar no terreno poderá estar dependente do apoio civil para obtenção de recursos, informações e segurança para assim assegurar a sua liberdade de acção e movimentos. No entanto, deverá existir uma coordenação para as forças não ficarem dependentes desse apoio, evitando rupturas nas operações militares (RC Operações, 2005).

1.2.3.4 APOIO À POLÍTICA EXTERNA DE PORTUGAL

Esta função abarca as actividades conduzidas pelas forças militares nacionais, em território estrangeiro, para apoiar e auxiliar a consecução da política externa de Portugal (RC Operações, 2005).

1.2.4 PRINCÍPIOS DA CIMIC

Os princípios da CIMIC¹⁵ são normas específicas que influenciam a condução das operações. Segundo o nosso RC Operações (2005) dividem-se em dois grandes grupos: os princípios de natureza militar e os princípios do relacionamento Civil-Militar. Os princípios de natureza

¹⁵ Para uma informação detalhada sobre os princípios da CIMIC consultar o Apêndice B – Princípios da CIMIC

militar são o primado da missão, comando, economia, priorização e concentração de recursos e obrigações legais e considerações humanitárias. Os princípios do relacionamento Civil-Militar são a consciência cultural, os objectivos comuns, a responsabilidade partilhada, o consentimento, a transparência e a comunicação (RC Operações, 2005).

1.2.5 EMPREGO DA CIMIC NAS OPERAÇÕES

O emprego da CIMIC nas operações deverá ser diferente caso estejamos perante uma operação militar no âmbito do Artigo 5º - Operações de Defesa Colectiva ou perante uma Operação Militar não - Artigo 5º - Operações de Resposta a Crises¹⁶, pois não só a natureza do ambiente civil é diferente, mas também a natureza das relações a estabelecer entre os militares e as organizações e autoridades civis (RC Operações 2005).

A condução das operações e actividades CIMIC desenvolve-se desde o comando da força, ao mais alto nível, até às diversas autoridades militares empenhadas em acções no terreno. Com isto, quer-se dizer que estas se desenvolvem aos níveis estratégico, operacional e tático (CITOAP, 2001).

Ao nível estratégico estabelece-se ligação entre o Comandante da força ao mais alto nível e a direcção superior das diferentes organizações. A ligação servirá para obter acordos que tornem mais fácil a missão da força, garantir a cooperação na obtenção de informação estratégica e facilitar a inter-relação Civil-Militar em benefício dos interesses nacionais (CITOAP, 2001).

Ao nível operacional estabelece-se ligações entre o comandante do teatro de operações e as chefias das diferentes organizações presentes na zona de operações. Estas ligações visam a celebração de acordos específicos e a promoção da cooperação entre as várias partes envolvidas (CITOAP, 2001).

O nível tático *“é o nível de relação entre as autoridades locais militares empenhadas numa operação e as autoridades e organizações locais no terreno, que se concretizam pela execução de acções destinadas à consecução dos objectivos definidos.”* (CITOAP, 2001, p.17). É neste nível onde as actividades CIMIC vão ter o seu efeito imediato, pois é aqui que se vai produzir as acções no terreno.

¹⁶ Ver Anexo C para consultar as tarefas da CIMIC durante as fases de uma operação Não - Artigo 5º

1.2.6 ORGANIZAÇÃO E COMANDO DA CIMIC¹⁷

A organização e comando da CIMIC, em apoio da missão, deverá variar de situação para situação, devendo ser bastante flexível, de modo a adaptar-se continuamente à operação a decorrer (RC Operações, 2005).

1.2.7 COMPONENTES FÍSICAS DA CAPACIDADE CIMIC¹⁸

A capacidade física da CIMIC é constituída por três elementos: Estado Maior (EM) da força, elementos/grupo/equipa CIMIC e especialistas funcionais. O Estado-maior da Força¹⁹ executa o planeamento, o aconselhamento e efectua assessoria ao comandante da força. *“O tamanho, a estrutura e a organização destes elementos de EM da área CIMIC, deverá variar de QG para QG, bem como de missão para missão, devendo incluir forçosamente oficiais de ligação a serem destacados para as várias organizações civis, de modo a facilitar o interface entre a força e o ambiente civil.”* (p.6, cap.8, parte IV, RC Operações 2005). Os Elementos CIMIC executam as operações e actividades CIMIC no terreno, normalmente aliados a uma componente de comando terrestre e que apoiam os comandos subordinados. Efectuam sobretudo o aconselhamento e a execução de projectos. Os especialistas Funcionais são especialistas numa determinada área, os quais podem ser projectados individualmente ou como equipa. Podem ser militares ou civis e desempenham a sua tarefa num curto período de tempo e onde a especificidade o exija. Servem para reforçar, quer os elementos de EM CIMIC na força quer os Elementos/Grupos/equipas a actuar no terreno (RC Operações 2005).

Com estes três elementos presentes, um Comandante tem capacidade de planear, executar, desenvolver e manter uma capacidade CIMIC adequada ao seu escalão. Contudo, a capacidade mínima, que deverá ser comum a todas as situações, é a existência de Elementos de EM da área CIMIC, os quais deverão estar plenamente integrados no EM da força a todos os níveis (RC Operações 2005).

1.2.8 CAMPOS DE ACTIVIDADE DA CIMIC NUMA OPERAÇÃO NÃO-ARTIGO 5º

Na figura 1.1 apresentamos o conjunto de actividades que a CIMIC pode desenvolver numa OAP, segundo a doutrina NATO e portuguesa, sempre com o objectivo da maior aceitação da força no teatro de operações onde se desenvolve a missão.

¹⁷ Ver Anexo D – Organização da CIMIC nos diferentes escalões tácticos

¹⁸ As forças vocacionadas unicamente para as missões e operações CIMIC têm uma estrutura própria. Estas componentes físicas da CIMIC referem-se às forças que estando vocacionadas para outro tipo de missões, como de combate ou segurança, são chamadas a desenvolver actividades neste âmbito. Em Timor-Leste, por exemplo, as nossas FND não tinham uma organização direccionada para a CIMIC, contudo desenvolveram inúmeras actividades desta índole.

¹⁹ Ver Anexo E – Coordenação da CIMIC ao nível de Estado Maior

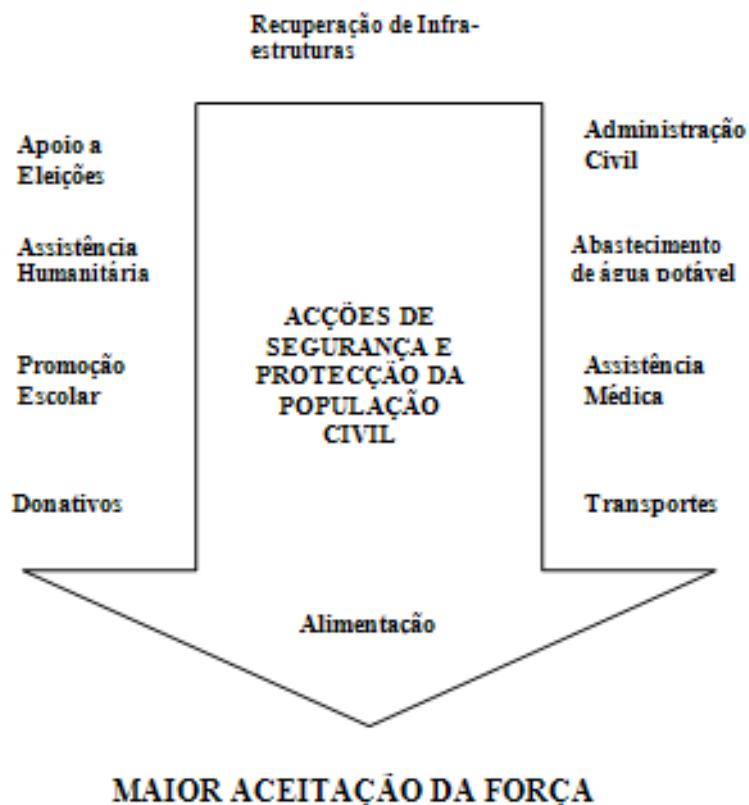


Figura 1.1: Tipos de actividades desenvolvidas pela CIMIC

Fonte: (CITOAP, 2001, p. 15)

1.3 DOCTRINA NORTE-AMERICANA²⁰

Ao longo da história, as Forças Armadas Norte-Americanas têm sido chamadas a executar OAP em defesa da estratégia dos EUA. As OAP.

As OAP têm, inerente a elas próprias, uma componente civil sobre a qual os comandantes têm de ter constantemente presente. As Operações de Assuntos Cíveis (CAO) incluem todas as actividades que estabelecem e mantêm relações positivas entre a força e as entidades não – militares (autoridades e organizações cíveis, população em geral, ONG e OI) na área de operações (FM 3-05.40, 2006).

Durante a Segunda Guerra Mundial (GM)²¹, por exemplo, as forças armadas dos EUA ajudaram os governos locais e a população na reconstrução das estruturas cíveis na Bélgica, França, Luxemburgo e Holanda. Eles distribuíram alimentação, reconstruíram pontes e procederam à desminagem de campos agrícolas. Tudo isto, enquanto as operações

²⁰ Tradução Livre.

²¹ Para um maior esclarecimento consultar a parte I – The Historical Origins of Civil-Military Cooperation do livro Managing Civil-Military Cooperation (2008).

convencionais continuavam contra os inimigos convencionais (Field Manual (FM) 3-07.31, 2003).

A missão das forças de assuntos civis é envolver e influenciar a população civil através do planeamento, execução e transição de operações de Assuntos Civis para apoiar os comandantes no envolvimento da componente civil no ambiente operacional, a fim de reforçar as CMO. O comandante usa essa capacidade para analisar e conduzir operações com o objectivo de assegurar a legitimidade e credibilidade da missão (FM 3-05.40, 2006).

Como característica central numa OAP as CMO ajudam a harmonizar as actividades entre civis e militares a fim de maximizar a utilização dos recursos destinados à população civil, reforça a credibilidade da força, promove consentimento e encoraja as partes do conflito a trabalhar numa solução pacífica do mesmo (FM 3-07.31, 2003).

Na fase inicial de uma OAP, quando as organizações civis não têm capacidade para realizar as tarefas imediatas e críticas que são da sua responsabilidade, os militares poderão ter de assumir ou cooperar para garantir que essas tarefas são realizadas (FM 41-10, 2000).

Executadas correctamente as CMO proporcionam um ambiente que permite que os comandantes militares atinjam a todos os níveis os objectivos diplomáticos, económicos e militares (FM 41-10, 2000).

1.3.1 DEFINIÇÃO

No sentido de compreendermos como se desenrola este processo, vamos distinguir aqui o que se entende por CMO e CAO. O manual de doutrina conjunta dos EUA define as CMO *“as the activities of a commander that establish, maintain, influence, or exploit relations between military forces, governmental and nongovernmental civilian organizations and authorities, and the civilian populace in a friendly, neutral, or hostile operational area in order to facilitate military operations to consolidate and achieve U.S. objective(...).”* (JP 3-57, 2001, cap.I, p.1).

Por outro lado, as CAO *“are those military operations planned, supported, executed, or transitioned by CA forces through, with, or by the indigenous populations and institutions (IPI), intergovernmental organizations (IGOs), nongovernmental organizations (NGOs), or other governmental organizations (OGAs) to modify behaviors, to mitigate or defeat threats to civil society, and to assist in establishing the capacity for deterring or defeating future civil threats in support of CMO and other U.S. objectives.”* (FM 3-05.40, 2006, cap.I, p.2).

Da primeira definição apresentada podemos retirar que as CMO envolvem a interacção entre as forças militares e os actores civis, em qualquer ambiente operacional, com a finalidade de facilitar e consolidar os objectivos militares. Tem uma execução

descentralizada, pois as suas missões podem ser executadas por outras forças militares, como por exemplo, os elementos de assuntos civis.

Da segunda definição retiramos que as Operações de Assuntos Cíveis englobam o relacionamento das forças militares com as entidades cíveis presentes no terreno. A finalidade é apoiar a missão das CMO.

As CMO são realizadas em todo o espectro de operações. Quando empregues, o comandante pode fazer uso de uma série de capacidades militares e envolver os actores cíveis, como a população, as OI, as ONG e as Organizações Humanitárias. Entre essas capacidades estão as forças de Assuntos Cíveis. Estas forças podem apoiar o comandante da força durante uma CMO através da sua execução (FM 3-05.40, 2006).

As actividades de Assuntos cíveis são distinguidas das CMO, na medida que envolvem a utilização de especialistas funcionais nas áreas de responsabilidade civil. O uso correcto dos Assuntos Cíveis reforçará o planeamento das CMO, ajudando assim ao cumprimento da missão militar (JP 3-57, 2001).

1.3.2 PRINCÍPIOS DAS CMO NAS OPERAÇÕES DE APOIO À PAZ²²

A sincronização do esforço civil-militar deve percorrer todos os níveis, desde o estratégico até ao tático. As CMO regem-se pelos seguintes princípios:

- A liderança política deve estabelecer os objectivos das componentes militares e cíveis para que estes sejam coordenados e harmonizados (FM 3-07.31, 2003).
- Os actores cíveis devem desenvolver um plano integrado ao nível estratégico e ao nível operacional. Esse plano vai facilitar a coordenação entre as várias organizações presentes, como por exemplo a ONU (FM 3-07.31, 2003).
- Se possível o comandante deve estabelecer mecanismos de apoio à harmonização de esforço, podendo usar recursos CA para evitar a duplicação de esforços (FM 3-07.31, 2003).
- A CMO numa OAP deve centrar-se na habilitação das organizações cíveis para que estas assumam a plena autoridade para a execução das tarefas cíveis (FM 3-07.31, 2003).
- À medida que a operação progride, as organizações cíveis devem assumir maior responsabilidade e exigir uma redução da ajuda militar (FM 3-07.31, 2003).
- As relações estabelecidas no início, juntamente com uma avaliação exacta dos progressos alcançados na execução de tarefas cíveis-militares são fundamentais para

²² Tradução livre do FM 3-07.31 de 2003

que se efectue uma transição suave da responsabilidade e da extracção final da força (FM 3-07.31, 2003).

- O comandante deve ter planos completos para a transição e encerramento da missão antes da implementação, ou logo que possível, durante a fase inicial (FM 3-07.31, 2003).
- Uso adequado dos meios militares. Os recursos militares devem ser limitados, minimizando a sua utilização e maximizando o uso de recursos locais (FM 3-07.31, 2003).

1.3.3 COMPONENTES FÍSICAS DA CAPACIDADE CIMIC

Os EUA têm na sua estrutura forças unicamente direccionadas para a vertente da Cooperação Civil-Militar, as forças de Assuntos Cívicos. Contudo, este tipo de actividades pode ser realizado por forças que têm como missão o combate convencional. Assim, para essas forças é introduzido na sua organização elementos capazes de planear e conduzir estas actividades. Estes elementos têm uma organização flexível ao nível do EM da força, podendo constituir Células de Assuntos Cívicos Militares (CMA) (FM 3-05.40, 2006).

1.3.4 CAMPOS DE ACTIVIDADE DAS CMO

O conjunto de actividades que a CMO se responsabiliza numa OAP, sempre com o objectivo da maior aceitação da força no teatro de operações onde se desenvolve a missão é a Assistência humanitária, a Administração Cívica, o Apoio a Eleições, o Estado de direito, a Polícia²³, o Poder Judicial e o Poder Penal²⁴ (FM 3-07.31, 2003).

1.4 SÍNTESE CONCLUSIVA

Com este capítulo pretendia-se responder á questão derivada do que é a Cooperação Civil-Militar. Podemos concluir que a cooperação Civil-Militar é uma operação militar que assenta na cooperação entre os actores cívicos e as forças militares com objectivo de ajudar o comandante no cumprimento da missão.

As actividades que podem ser desenvolvidas têm um âmbito bastante abrangente, assumindo um papel muito importante nas OAP. Além de contribuir para o sucesso da

²³ A lei de assistência externa de 1961 proíbe os militares de dar formação à polícia civil, contudo nos locais onde a autoridade nacional encontra-se destruída a força militar poderá prestar assistência inicial, ajudando na criação, instrução e treino de forças policiais civis. Os militares garantem a segurança até essas forças estarem preparadas para assumir a sua missão. Por outro lado pode-se pedir a intervenção da ONU com a introdução de uma Polícia Civil (CIVPOL) (FM 3-07.31, 2003).

²⁴ Para uma informação detalhada sobre cada campo de actividade consultar o FM 3-07.31 de 2003.

missão, o desenvolvimento correcto destas actividades podem ajudar no progresso da região onde as forças são projectadas. Isto, porque nas Operações de Apoio à Paz, a administração e autoridade na área podem assentar essencialmente ou exclusivamente nos militares pelo que as actividades CIMIC podem passar a ser uma das prioridades do comandante.

Estas actividades podem incluir, para além de outras, apoio ao movimento de refugiados, formas de minimizar os prejuízos, apoio à reconstrução de estruturas civis, ajuda humanitária, entre outras.

Fazendo uma análise comparativa das duas doutrinas para o mesmo conceito, verificamos que, apesar do modo de operar e o campo de actividades serem semelhantes, a doutrina dos EUA tem uma maior abrangência no terreno, pois a sua capacidade em termos de meios especializados nesta vertente permite-lhe oferecer uma maior capacidade de resposta.

A nível nacional os conceitos, técnicas, tácticas e procedimentos da cooperação Civil-Militar a nível nacional inspiram-se essencialmente nos manuais da NATO. Apesar de Portugal ter feito esforços no sentido de produzir alguma doutrina através da recolha das lições aprendidas nos diferentes TO, esse esforço não foi suficiente para que aparecesse um manual português sobre o assunto.

Contudo, convém realçar que a intenção da NATO, em relação à CIMIC, aquando o início do seu desenvolvimento, foi minimizar o aparecimento de diferentes doutrinas dentro dos seus aliados procurando unir esforços numa doutrina única. Na realidade não conseguiu este objectivo na sua íntegra, pois os países pertencentes à aliança continuaram a desenvolver a sua própria doutrina²⁵. Ainda assim, a NATO foi a organização que mais desenvolveu este conceito, criando mesmo em 2002 o CIMIC Group South (CGS)²⁶, do qual faz parte Portugal.

²⁵Temos por exemplo os EUA, Reino Unido, Canadá, Dinamarca, Holanda e Alemanha que continuaram a desenvolver a sua própria doutrina em relação à cooperação Civil-Militar.

²⁶Ver Anexo F – CIMIC GROUP SOUTH

CAPÍTULO 2 - A ORGANIZAÇÃO E O APRONTAMENTO DAS FORÇAS NACIONAIS DESTACADAS PARA O TEATRO DE OPERAÇÕES DE TIMOR-LESTE²⁷

2.1 INTRODUÇÃO

O presente capítulo tem a finalidade de abordar a preparação e o aprontamento das FND envolvidas no TO de Timor-Leste, dando especial ênfase às actividades desenvolvidas no âmbito da Cooperação Civil-Militar. Inicialmente apresenta-se a organização e o aprontamento de todas as FND de um modo geral²⁸. Depois verifica-se se havia formação direccionada para a componente da Cooperação Civil-Militar e se esta foi utilizada no aprontamento das forças.

2.2 ORGANIZAÇÃO

Na linha deste contributo para a paz, Portugal participou com oito UEB no Teatro de Operações de Timor-Leste entre 1999 e 2004, sob a égide da ONU. A rotatividade necessária face ao emprego de unidades fora do território Nacional obrigou à disponibilidade simultânea de três UEB. O que regressava ficava em renovação, outro encontrava-se em preparação para o futuro empenhamento e o terceiro estava no TO a realizar a missão (Azevedo, 2004). Apesar da responsabilidade da missão pertencer ao Exército todas as forças foram reforçadas com uma Unidade de Escalão Companhia (UEC) de fuzileiros da Armada (Sousa, 2005).

De um modo geral cada FND era constituída por um Comando, duas Companhias de Atiradores, uma Companhia de Fuzileiros, uma Companhia de Apoio, um módulo de Operações Especiais, um módulo de Engenharia e um módulo Sanitário. Nos Batalhões da Brigada Ligeira de Intervenção (BLI) era acrescentado além destes um Esquadrão de Reconhecimento e uma Companhia de Reacção Imediata (Azevedo, 2004).

Ao nível da Cooperação Civil-Militar, a organização era composta por dois oficiais, dois sargentos e duas praças, que integravam o estado maior do Batalhão ou formavam uma célula CMA.

²⁷ Consultar Apêndice C – Participação Nacional no TO de Timor-Leste.

²⁸ Para saber da organização e Aprontamento de cada força em particular consultar Apêndice D – Organização e Aprontamento das FND para o TO de Timor-Leste.

2.3 APRONTAMENTO

O Aprontamento dos Batalhões ou Agrupamentos²⁹ que se constituíram como FND para o TO de TL, fez-se utilizando efectivos pertencentes aos encargos operacionais das unidades que mobilizaram e a quem foi atribuída a responsabilidade da sua preparação (Azevedo, 2004).

As unidades responsáveis pelo aprontamento regularam-se pelas directivas provenientes do Chefe de Estado-Maior do Exército (CEME) e do Comando das Forças Terrestres (CFT). De um modo geral, o aprontamento foi comum a todos os batalhões e Agrupamentos, dividindo-se em duas fases³⁰.

Na primeira fase o objectivo foi aferir, nivelar e uniformizar os procedimentos e capacidades essenciais ao nível individual, especializando-se tecnicamente o militar para o desempenho de tarefas exigentes em termos de qualidade e profissionalismo. Foram ministrados ao pormenor, conhecimentos nas seguintes áreas: *possibilidades e características das forças em presença, características da área de operações, regras de empenhamento delimitadoras das acções de apoio à paz, cuidados de higiene e de saúde específicos, especificidade dos equipamentos orgânicos, procedimentos técnicos de segurança face a minas e armadilhas, influência das condições climáticas, entre outras.*” (Azevedo, 2004, p.133). Nesta fase foram também ministrados cursos e estágios específicos, que abrangeram as áreas da cooperação Civil-Militar, as operações de abastecimento aéreo, higiene, primeiros socorros, gestão do stress, controlo de tumultos e manutenção do equipamento (Azevedo, 2004).

Na segunda fase (treino orientado para a missão), foi dada especial importância ao colectivo com o objectivo de atingir capacidades nos domínios das técnicas, tácticas e procedimentos em OAP³¹: *“defesa de pontos sensíveis, protecção e reconhecimento de itinerários, utilização de helicópteros, acções de reconhecimento e vigilância sobre áreas sensíveis e acções de contra-subversão, reacção imediata a acções hostis, tais como reacção a emboscadas durante movimentos apeados e montados, entre outros.*” (Azevedo, 2004, p.134). Ainda durante esta fase decorreram os exercícios finais de aprontamento, onde as capacidades da força a ser destacada eram postas á prova e validava-se a instrução e o treino ministrado (Azevedo, 2004).

²⁹ Força de escalão Batalhão que na sua constituição tem unidades de manobra de Infantaria e Cavalaria.

³⁰ Consultar Apêndice E – Fases do Aprontamento de uma Força Nacional Destacada.

³¹ Para um estudo mais aprofundado desta questão veja-se o Manual de Operações da Apoio à Paz (Técnicas, tácticas e Procedimentos) da Escola Prática de Infantaria.

2.3.1 A COOPERAÇÃO CIVIL-MILITAR

2.3.1.1 1º BATALHÃO DE INFANTARIA PÁRA-QUEDISTA DA BAI³²

Sendo esta primeira força a entrar no TO de operações, onde a incerteza do que os espera é grande, a ênfase do treino foi direccionada para as técnicas, tácticas e procedimentos de OAP. As actividades que envolviam a Cooperação Civil-Militar não assumiram, nesta fase da missão uma preocupação especial do comandante da força. Contudo, ainda assim, houve a preocupação de na estrutura possuir elementos com conhecimentos e capacidade do planear e conduzir tal actividades (Azevedo, 2004).

2.3.1.2 2º BATALHÃO DE INFANTARIA PÁRA-QUEDISTA DA BAI

Durante o aprontamento, e dado o cariz desta célula, não houve muito a destacar. De salientar unicamente, o trabalho efectuado pelos elementos responsáveis da cooperação Civil-Militar na aquisição de material e no estabelecimento de contactos com entidades civis para o desenrolar do exercício final de aprontamento (2BIPara, 2000).

2.3.1.3 2º BATALHÃO DE INFANTARIA DA BLI³³

No âmbito Cooperação Civil-Militar o 2BI desenvolveu as seguintes actividades: foi compilada um conjunto de informações sobre a cultura e organização estatal de Timor-Leste, procedeu-se à recolha de alguma ajuda humanitária e a sua palatização, compilou-se a resenha de imprensa relacionada com TL. Além disso, alguns militares foram a estágios que lhes permitiram no TO apoiar as actividades de Cooperação Civil-Militar. Exemplo destes estágios, são os realizados ao nível da engenharia, da componente sanitária e sobre a cooperação Civil-Militar (Sousa, 2003).

2.3.1.4 1º BATALHÃO DE INFANTARIA DA BLI

O 1BI ao nível do aprontamento não deu ênfase à Cooperação Civil-Militar. Não se quer dizer que não se praticou nenhuma acção direccionada para o CMA. As acções a destacar são os militares pertencentes ao destacamento de engenharia e ao módulo sanitário realizaram estágios, que no futuro seriam em prol deste tipo de actividades. Os responsáveis pela célula desta actividade foram tirar o curso no âmbito da Cooperação Civil-Militar (1BI/BLI, 2002).

³² Brigada Aerotransportada Independente. Hoje em dia esta Brigada está extinta, pertencendo os Batalhões Pára-quedistas à Brigada de Reacção Rápida.

³³ Brigada Ligeira de Intervenção, hoje chamada Brigada de Intervenção.

2.3.1.5 2º BATALHÃO DE INFANTARIA PÁRA-QUEDISTA DA BAI

Durante o aprontamento não houve muito a destacar ao nível da Cooperação Civil-Militar. Tal como nos outros Batalhões os elementos responsáveis por esta matéria foram tirar um estágio durante a primeira fase do aprontamento para adquirirem algumas capacidades de planeamento. (Azevedo, 2004)

2.3.1.6 1º BATALHÃO DE INFANTARIA DA BMI³⁴

Durante o Aprontamento o módulo de engenharia efectuou algumas actividades para se preparar no âmbito da Cooperação Civil-Militar. O módulo sanitário dirigia-se às aldeias mais afastadas para proporcionar algum apoio. Em relação à célula CMA, o chefe desta célula já tinha o curso, contudo realizaram um estágio na primeira fase do aprontamento (1BMI/BMI, 2003).

2.3.1.7 AGRUPAMENTO (AGR) FOXTROT DA BLI

No âmbito desta temática, foi por várias vezes injectado incidentes nas companhias no âmbito do CMA. No início da primeira fase do aprontamento, oficial CMA do Agrupamento recebeu formação nesta área, para o capacitar do planeamento de actividades (AgrFOXTROT/BLI, 2003).

No exercício final, as companhias tiveram que planear actividades CMA para se relacionar com as populações (AgrFOXTROT/BLI, 2003).

2.3.1.8 AGRUPAMENTO HOTEL DA BLI

Segundo a opinião do comandante da missão a preparação ao nível da CMA foi completa e adequada (Sousa, 2010).

Durante esta fase decorreram várias palestras com outros comandantes de forças que já lá tinham estado. Além disso, nos exercícios o módulo de engenharia, que correspondia a um pelotão de construções horizontais, mas que também fazia construções verticais, fez o treino na vertente de abordagem às populações (AgrHOTEL/BLI, 2004).

No exercício final de aprontamento utilizou-se a célula CMA/CIMIC conjuntamente com o módulo de engenharia, o módulo sanitário e as companhias para fazerem algum trabalho de CMA/CIMIC. Este trabalho revestiu-se de consultas médicas, tratamentos, reparação de casas florestais e o próprio contacto da célula com a população antes do exercício. (AgrHOTEL/BLI, 2004).

³⁴ Brigada mecanizada Independente, hoje chamada Brigada Mecanizada.

2.4 SÍNTESE CONCLUSIVA

Segundo o nosso Coronel Xavier de Sousa (2009), para uma melhor percepção do que é realizado ao nível da cooperação Civil-Militar durante os aprontamentos, temos de perceber que o conceito em voga no nosso Exército, para estas actividades, é conhecido por “treino na função”³⁵, ou seja, a Cooperação Civil-Militar engloba um conjunto de actividades que podem ser treinadas enquanto são executadas.

Deste modo compreendemos que da análise realizada aos relatórios Fim de Missão e as Directivas de Aprontamento damos conta que ao nível da cooperação Civil-Militar pouco há a retirar. Na realidade, as nossas FND deram pouca importância a este tipo de actividades durante o aprontamento. As forças empenharam-se em treinar as principais tarefas a que iam estar sujeitas em Timor-Leste.

Nos dois primeiros PORBATT os objectivos eram essencialmente que a força adquirisse capacidades e conhecimentos teórico-práticos ao nível das tarefas, tácticas e procedimentos de OAP. A partir do terceiro PORBATT verifica-se uma maior preocupação em que os elementos destacados para a célula de Estado-Maior no âmbito da Cooperação Civil-Militar adquirissem conhecimentos nesta área. Isto, quer através de estágios e cursos, quer através da injeção de incidentes para que as forças pudessem treinar estas actividades.

Com este capítulo pretendia-se responder à questão derivada de como se encontravam organizadas as FND no TO de TL e como se preparavam para actuar no âmbito da Cooperação Civil-Militar. Após análise e estudo verificamos que as FND tinham uma estrutura de nível Batalhão reforçado com um Módulo de Engenharia, um Módulo Sanitário, um Módulo de Operações Especiais e uma célula CIMIC no Estado-Maior. Ao nível da preparação da cooperação Civil-Militar, esta realizou-se simplesmente através de cursos e estágios e em alguns incidentes para verificar a capacidade de actuação da força.

³⁵ Mais conhecido como “On Job Training”.

CAPÍTULO 3 – AS FORÇAS NACIONAIS DESTACADAS NO TEATRO DE OPERAÇÕES DE TIMOR-LESTE

3.1 INTRODUÇÃO

O presente capítulo tem o objectivo de dar a entender a actuação das FND ao nível da Cooperação Civil-Militar em Timor-Leste. Inicia pelo modo de actuação usado no terreno pelas nossas FND para cumprirem com sucesso as suas missões. Seguidamente aborda como se articulava a organização do Sector Central e do Batalhão ao nível da Cooperação Civil-Militar. Por último vamos fazer uma abordagem as actividades CIMIC desenvolvidas pelas FND³⁶.

3.2 A ACTUAÇÃO DAS FORÇAS NACIONAIS DESTACADAS³⁷

A actividade operacional em Timor-Leste foi conduzida através de Operações de Segurança, Operações de Informação e Acções de CMA, evoluindo este conceito com a progressão do “Downsizing”³⁸ e o aproximar da Independência de Timor-Leste. (Azevedo, 2004)

As operações visavam contribuir para a criação de um clima de segurança na Área de Responsabilidade (AOR), através de uma presença permanente e credível, materializando essa presença através da ocupação física de instalações e execução de um programa de patrulhamentos motorizados e apeados (Azevedo, 2004).

Na manutenção da segurança da Área de Responsabilidade o Batalhão português utilizou o conceito de força de quadricula, onde cada subunidade de manobra tinha à sua responsabilidade o mesmo distrito ou distritos, cada pelotão o mesmo sub distrito ou sub distritos e cada secção os mesmos sucus³⁹ ou aldeias. Desta forma, a população de uma determinada área era sempre contactada pelos mesmos militares e com naturalidade se criavam e estreitavam, laços de amizade e confiança extremamente úteis, tanto para a obtenção de notícias como para a actuação da cooperação Civil-Militar⁴⁰.

³⁶ Ver Apêndice F – Actividades CIMIC desenvolvidas por cada FND no TO de TL.

³⁷ Ver as missões e tarefas de cada FND em particular no Apêndice G – Missões e tarefas das FND no TO de Timor-Leste.

³⁸ Consiste no processo de redução do número de efectivos militares num TO, a medida que a estabilidade e a segurança vão sendo alcançadas, com vista a passar essas responsabilidades para as entidades civis.

³⁹ É a menor divisão administrativa de Timor-Leste, consistindo num agrupamento de aldeias ou bairros citadinos.

⁴⁰ De acordo com todos os RFM analisados.

Ao nível das patrulhas, faziam-se patrulhas de segurança que se caracterizavam por serem de longa duração, ou seja, podiam ir até três dias. As patrulhas de presença e visita que tinham a duração máxima de 24 horas, com o objectivo de se estabelecer o maior número de contacto com as populações. As patrulhas CMA que tinham duração máxima de cinco dias com o objectivo de apoiar a população que estavam nos locais mais isolados.⁴¹

3.3 A ORGANIZAÇÃO DA COOPERAÇÃO CIVIL-MILITAR

A ONU, percebendo que as Operações Humanitárias em Timor iriam depender duma cooperação entre as forças militares e os organismos civis, cria uma equipa CIMIC chefiada pelo chefe do gabinete de Coordenação dos Assuntos Civis. Para facilitar as coordenações, com esta equipa a INTERFET estabelece um Centro de Operações Civis-Militares (CMOC). Este centro, reforçado com uma equipa de oficiais de Assuntos Civis Norte Americana, além de coordenar o esforço civil e militar, tinha a capacidade de desenvolver projectos, que iam desde a ajuda no desenvolvimento do poder jurídico, com a criação de leis, até ao desenvolvimento de projectos de reconstrução, com vista à recuperação das infra-estruturas de Timor (Elmqvist, 1999).

Segundo o Coronel Xavier de Sousa (2008) a UNTAET⁴² e depois a UNMISSET⁴³ nunca impuseram que as FND portuguesas possuíssem a capacidade de conduzir, autonomamente, actividades de Cooperação Civil-Militar. Não obstante isso, Portugal integrou, sempre, na estrutura das suas FND, elementos capazes de planear e conduzir essas actividades (Sousa, 2008).

Todas as actividades de Cooperação Civil-Militar desenvolvidas tiveram como premissas essenciais a contribuição para a construção e manutenção de um clima de confiança mútua entre os militares da “*Peace Keeping Force*” (PKF) e a população local, de forma a assegurar a protecção da força e, na medida do possível, construir as bases para o desenvolvimento social da população timorense (CSC e 4^oCNT, 2002).

Como vimos no primeiro capítulo, a organização de uma célula CMA ou CIMIC⁴⁴ é flexível e deve ser organizada de acordo com as necessidades da missão. No Sector Central, a CIMIC estava organizada numa célula CMA (ver figura 2.1) ao nível do Estado-maior do Sector Central, que tinha a missão de coordenar e planear as actividades de cooperação Civil-Militar, para depois serem executadas pelas forças que se encontrava na sua dependência. Desta organização podemos observar a existência de um gabinete de planos

⁴¹ De acordo com todos os RFM analisados.

⁴² United Nations Transitional Administration in East Timor

⁴³ United Nations Mission in Support of East Timor

⁴⁴ Os conceitos de CIMIC e CMA são diferentes, contudo devido a uma doutrina ainda muito pouco desenvolvida aquando as missões em Timor-Leste, estes conceitos foram misturados como se tratando da mesma coisa.

e projectos que permitiu a elaboração de inúmeros projectos de reabilitação de infra-estruturas, tais como edifícios, espaços públicos e redes estradais. Foi este gabinete que materializou grande parte dos projectos desenvolvidos pela engenharia das nossas FND (CSC e 4ºCNT, 2002).

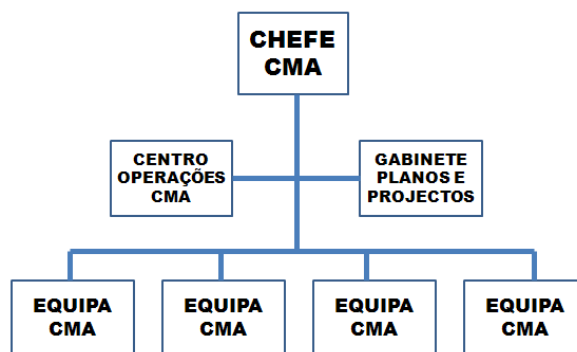


Figura 3.1: Organograma da Célula do Sector Central
Fonte: (RFM, Sector Central, 4º CNT, p. 131)

O Batalhão português passou por duas organizações diferentes no âmbito da cooperação Civil-Militar. Inicialmente foi baseada numa divisão da Área de responsabilidade (AOR) em duas partes com os oficiais CIMIC a assumirem cada uma das partes. Esta organização manteve-se até à nova intenção do Comandante da PKF⁴⁵.

A partir daqui a célula CMA do Batalhão assumiu a estrutura definitiva. O batalhão Português mantinha no seu Estado-Maior uma célula CMA que fazia a coordenação dos projectos vindo do escalão superior com os elaborados por si. Constituiu equipas CMA⁴⁶ em cada uma das subunidades do Batalhão, com a missão de coordenar os projectos e as actividades desenvolvidas na respectiva AOR (2BIPara/BAI, 2000).

Esta organização estava orientada para actividade dos Centros de Operações Distritais (DOC)⁴⁷, organismo que funcionavam durante 24 horas nas administrações dos distritos com a presença de civis da ONU e militares, com o objectivo de concentrar os esforços das entidades civis, das organizações internacionais e dos meios militares. Evitava-se assim, uma sobreposição de tarefas (2BIPara/BAI, 2000).

A importância que as actividades CMA assumiram no TO e a dimensão da área de responsabilidade do Batalhão, justificaram o reforço do pessoal ao nível do CMA e a criação de equipas CMA nas Subunidades. (1BI/BLI, 2002).

⁴⁵ A nova intenção do comandante do comandante foi emanada a meio da missão do 2º Contingente Nacional em Timor (CNT).

⁴⁶ Estas equipas eram constituídas por, pelo menos, um oficial, um sargento e uma praça, sendo o respectivo comandante de companhia o responsável pelas suas actividades.

⁴⁷ Órgãos onde se procedia à coordenação e integração de todas as actividades desenvolvidas pelas autoridades civis, policiais e militares num determinado distrito.

3.4 A ACTUAÇÃO DA COOPERAÇÃO CIVIL-MILITAR

A célula do Batalhão actuava segundo a directiva do escalão superior (PKF), a qual apontava como prioridade as acções de carácter humanitário, reabilitação de infra-estruturas e ajuda ao desenvolvimento (CSC e 4º CNT, 2002).

Esta directiva realizou-se por duas fases: a primeira centrada nos projectos de reabilitação de infra-estruturas, na ajuda à integração dos refugiados e na assistência humanitária em colaboração com OI ou ONG. A segunda fase incidiu na construção de estruturas para o desenvolvimento social do povo timorense, donde se salienta os diferentes cursos de formação, tanto ao nível militar como ao nível civil, ministrados pelas FND (CSC e 4º CNT, 2002). Esta fase, tinha essencialmente, em vista o estado final da CIMIC, pois possibilitava que os organismos civis de Timor adquiram competências importantes para a sua autonomia. O próprio Representante Especial do Secretário-geral disse num dos seus discursos que *“(...) talvez o mais importante tem sido a preocupação que o batalhão português tem demonstrado em proporcionar formação em áreas técnicas, como mecânica, electricidade, carpintaria, entre outras – é essa formação que dá aos timorenses as capacidades de no futuro gerirem as suas próprias vidas de modo auto-suficiente (...)”* (Azevedo, 2004, p.130)

Como vimos no primeiro capítulo, existe um conjunto de actividades que a CIMIC pode desenvolver numa OAP, que segundo a doutrina NATO e norte americana, têm sempre como objectivo uma maior aceitação da força no teatro de operações onde se desenvolve a missão. As FND portuguesas desenvolveram inúmeras actividades com vista o desenvolvimento a todos os níveis de Timor. Estas actividades agrupam-se no campo de actividades que está referido no primeiro capítulo. Assim sendo, tendo em conta essa organização de ideias, vai-se expor aqui, de acordo com o que está escrito nos Relatórios Fim de Missão, uma síntese das actividades que mereceram mais destaque⁴⁸.

➤ Engenharia

Ao nível da engenharia as forças portuguesas apoiaram-se nas capacidades do seu Módulo e Destacamento de engenharia. Os trabalhos de engenharia visaram sobretudo a identificação, estudo e execução de projectos de reconstrução e reabilitação de infra-estruturas. Muitas vezes esta acção foi coordenada com OI e ONG's.

Foram construídas escolas, jardins-de-infância, polidesportivos, bibliotecas, alojamentos para professores, contentores para reunião do armamento da FDTL e respectiva vedação exterior. Ao nível das vias de comunicação estradais, foram removidos muitos aluimentos de terra e reconstruídos vários troços de estrada. Fez-se terraplanagens de terrenos e limpeza

⁴⁸ No anexo G - Imagens das actividades desenvolvidas no âmbito da Cooperação Civil-Militar, poderá visualizar algumas fotografias referentes a estas actividades.

e remoção de entulho e escombros, tal como se procedeu à limpeza dos leitos do rio devido às fortes chuvas.

➤ Assistência Humanitária

Foi fornecido pelos sucessivos Batalhões, embora não tivessem verba própria para o fornecimento de alimentação, toneladas de géneros alimentares. Esta distribuição era feita através de organizações religiosas ou entrega directa à população por parte das patrulhas. Fruto de campanhas levadas a cabo em Portugal foi possível também a entrega de material escolar e brinquedos.

A Rádio Difusão Portuguesa, através do Batalhão, fez a distribuição de receptores rádio.

➤ Apoio Sanitário

Os Batalhões contribuíram, em termos de apoio à população local, colaborando algumas vezes com outras agências da área da saúde, com o seu módulo sanitário através de consultas, tratamentos de enfermagem, evacuações de emergência e acompanhamento nas campanhas de vacinação. O 2BIPara/UNTAET chegou a disponibilizar o seu aparelho de raio X para fazer o rastreio da tuberculose.

O módulo, por vezes, também acompanhava as patrulhas aos locais mais isolados para fornecer cuidados de saúde.

Na selecção inicial das Forças de Defesa de Timor-Leste (FDTL) os batalhões portugueses conduziram o grosso dos exames clínicos.

➤ Programas educacionais

Vários projectos foram desenvolvidos de reconhecida importância. O programa de treino não militar às Forças Armadas de Libertação e Independência de Timor-Leste (FALINTIL)⁴⁹. Programa de aperfeiçoamento sanitário para melhorar as capacidades técnicas dos enfermeiros das FALINTIL. Parceria com a escola agrária de Viseu com presença de professores para promover a cultura do café dinamizando-se a formação da população local nesta actividade. Acções de formação Profissional na área de primeiros socorros, da mecânica, da carpintaria, da electricidade, da canalização, do serviço de restaurante, da informática, do desporto e Protecção Civil.

⁴⁹ A criação das FDTL teve por base, militares da antiga FALINTIL. Coube a Portugal, através dos seus elementos do batalhão destacado em Timor fazer os testes de selecção para os primeiras elementos a integrarem as forças. Contudo antes de ter sido autorizado a Timor a criação das suas Forças Militares, continuou-se a ministrar instrução não militar aos elementos da FALINTIL.

➤ Patrulhas CMA

As patrulhas CMA eram uma fonte importante quer na detecção de problemas existentes, quer na recolha de informação.

➤ Apoio às eleições

Visionando o período eleitoral, o 2BI/BLI ajudou as entidades civis no recenseamento da população e acompanhou o período eleitoral.

➤ Assistência a refugiados

A chegada de refugiados a Timor era uma situação que exigia especial atenção do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (UNHCR). Em apoio a esta organização houve batalhões que desenvolveram uma base de dados relativa a cada distrito e ao mesmo tempo ajudavam no processo de repatriamento, reconciliação e reintegração dos refugiados no movimento de regresso de refugiados ao território.

➤ Socialização e animação cultural

Desenvolveu-se programas de carácter cultural, através da música, do teatro, desporto, com vista a estabelecer uma relação mais próxima com as populações e divulgar a cultura portuguesa.

O capelão do Batalhão desenvolvia também acções de apoio religioso em toda a AOR, como eucaristias e procissões.

3.5 SÍNTESE CONCLUSIVA

O tipo de ambiente e as missões que os batalhões portugueses cumpriram fundamentou a disposição tomada pelas forças no terreno. De um modo geral no início foi colocada a ênfase nas tarefas de segurança à AOR para eliminar a presença das milícias. Com o evoluir da situação o conceito de operação da PKF acrescenta outros tipos de missões, para além das de segurança, considerando de extrema importância levar a cabo ou apoiar outras tarefas que se propusessem a desenvolver as estruturas civis de Timor-Leste. Estas tarefas tinham em vista começar a reconstrução do país e criar condições que levasse a população a conseguir os seus próprios meios de subsistência.

A disposição das forças utilizando o conceito de quadrícula e os diferentes tipos de patrulhas efectuadas permitiram um grande grau de inserção da força a todos os escalões.

Isto possibilitou também que, a interacção com a população permitisse criar grandes laços de amizade e confiança, essenciais para a obtenção de notícias e para uma maior aceitação do Batalhão.

Consideramos que esta disposição assumida por todos os nossos Batalhões foi uma aposta acertada. Assim, as FND, utilizaram a sua capacidade na exploração das oportunidades para melhorar a sua imagem perante a população e mostrar-se como uma força de segurança e apoio, em vez de uma força de imposição. Para isto, também ajudou as relações obtidas com as diferentes organizações internacionais, ONG's e principalmente com as autoridades locais.

Vimos que organização das FND compreendia uma estrutura vocacionada para a CIMIC composta por uma célula CIMIC e por equipas CIMIC. Estas estruturas no quadro da CIMIC, não só visavam aconselhar e apoiar a tomada de decisão do comandante perante situações específicas, mas também visavam a coordenação e o planeamento de acções de Cooperação Civil-Militar por toda a AOR. As subunidades do batalhão além das suas tarefas normais de segurança, tinham também a missão de executarem essas acções planeadas pela célula e equipas CIMIC da FND.

A composição ao nível da Cooperação Civil-Militar e os Módulo de Engenharia e Sanitário proporcionaram grande flexibilidade de empenhamento aos comandantes das forças. Assim e após análise e estudo dos Relatórios Fim de Missão verificamos que as FND tinham uma capacidade significativa para desenvolver acções de CIMIC. Com uma Célula CMA de Estado-Maior e equipas CMA nas subunidades as FND planearam e conduziram, através das companhias e pelotões, um número bastante grande destas acções nos mais diversos campos de actividade.

CAPÍTULO 4 – ANÁLISE DA ACTUAÇÃO DAS FORÇAS NACIONAIS DESTACADAS NO ÂMBITO DA COOPERAÇÃO CIVIL-MILITAR

4.1 INTRODUÇÃO

A parte prática de um trabalho científico é fundamental porque constitui-se como uma parte fulcral para o desenvolvimento empírico, através do qual se consegue ajudar a validar as hipóteses ou não. Neste sentido é apresentado neste capítulo o trabalho de campo realizado, ou seja, a caracterização da amostra e a análise dos resultados das entrevistas. Por fim é feita uma breve conclusão sobre esses resultados.

4.2 ENTREVISTAS

Efectuaram-se entrevistas semi-estruturadas, ou seja os entrevistados responderam às perguntas com base num guião⁵⁰ previamente elaborado com a finalidade de direccionar os assuntos para algumas das hipóteses levantadas na introdução.

A realização das entrevistas tinha como finalidade reforçar o que ficou escrito no Relatório Fim de Missão das forças e obter uma opinião concreta e real, dos entrevistados sobre como na realidade se procedeu o aprontamento nível da CIMIC, como actuaram forças para desenvolver as actividades de cooperação Civil-Militar e qual a relevância dessas actividades na condução das operações.

As entrevistas foram posteriormente sujeitas a uma análise qualitativa através de quadros, que segundo Guerra (2006) tem como objectivo reduzir o material a trabalhar e facilitar a comparação das entrevistas.

4.2.1 CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA DAS ENTREVISTAS

Foram realizadas entrevistas a duas amostras distintas. A primeira constituída por quatro comandantes de Batalhão. A segunda a quatro comandantes de pelotão. As perguntas das entrevistas foram agrupadas de modo a darem respostas às hipóteses conforme está no seguinte quadro:

⁵⁰ Ver Apêndice H.1 e I.1 - Guião da Entrevista

Hipóteses	Amostra 1	Amostra 2
Hipótese 1	Pergunta 4	
Hipótese 2	Perguntas 3, 4, 6	Perguntas 3, 4, 5
Hipótese 3	Perguntas 7, 8, 9	Perguntas 6, 7, 8
Hipótese 4	Pergunta 11, 14	

Quadro 4.1: Correspondência das perguntas às hipóteses.

4.3 ANÁLISE DA ACTUAÇÃO DAS FORÇAS NACIONAIS DESTACADAS⁵¹

4.3.1 CONCEITOS E DOUTRINA

Existiam várias fontes pela qual os Batalhões se regeram. De acordo com os entrevistados para a colocação das unidades no terreno e para as operações foi utilizado os manuais da guerra subversiva e as técnicas, tácticas e procedimentos em OAP. A disposição das forças no terreno obedeceu ao conceito de quadrícula, para assim ser mais fácil o contacto com a população e consequentemente o cumprimento da missão. Para a Cooperação Civil-Militar, os elementos responsáveis nesta área foram tirar cursos e estágios de acordo com a doutrina NATO. Ainda assim, segundo o Coronel Xavier de Sousa, este curso dado em Portugal era direccionado para escalões muito elevados. O tipo de missões que era possível assumir com o escalão Batalhão não permitia conduzir operações CIMIC, mas simplesmente acções ou actividades CIMIC. Ele refere mesmo que “*CIMIC é diferente de acções CIMIC, enquanto a CIMIC é para escalões muito grandes, as acções CIMIC já se podem realizar ao nosso nível.*” (Sousa, 2010).

4.3.2 APRONTAMENTO

De um modo geral o aprontamento das forças deu-se, como referido no segundo capítulo, por duas fases. Uma direccionada para o treino individual e a segunda para o treino colectivo.

⁵¹ Os quadros da análise qualitativa encontram-se, respectivamente, no Apêndice H.3 e I.3– Análise qualitativa das entrevistas à amostra 1 e amostra 2.

Como refere o Capitão Alves “o treino foi inicialmente virado para o nivelamento individual, para que todos os militares ficassem com o mesmo treino, passando depois para a fase secção, pelotão, companhia e batalhão (...) (Alves, 2010).

No âmbito da Cooperação Civil-Militar só no batalhão do entrevistado um é que não houve nenhuma acção de formação da CIMIC. Isto, porque, tal como visto no segundo capítulo deste trabalho, este Batalhão não abordou esta temática durante o Aprontamento.

No aprontamento, segundo os entrevistados, foram efectuados alguns incidentes para as forças melhorarem o contacto com a população, tal como diz o Major Martins de Sá, que simulou pedidos de ajuda de elementos da população.

Os meios mais utilizados foram o Módulo Sanitário nas aldeias mais isoladas dos locais onde se realizava o exercício final de Aprontamento e o Destacamento de Engenharia.

O batalhão do Coronel Xavier de Sousa colaborou com as autoridades locais para utilizar o destacamento de Engenharia em ajuda da população.

4.3.3 ACTUAÇÃO DA COOPERAÇÃO CIVIL-MILITAR

Segundo o Coronel Fonseca e Sousa a população dividia-se em três escalões etários, com ponto de vista diferentes. Os que se lembravam da colonização, pessoas com mais de 45 anos. O escalão etário dos 20 aos 45, as pessoas que cresceram com a ocupação Indonésia, e por fim os miúdos, que estavam a acompanhar o processo da Liberdade. De maneira geral, esta população não era hostil com os portugueses, pelo contrário, aceitavam bem a presença dos portugueses, contudo o mesmo não se verificava com as outras forças da PKF. Esta população era muito carenciada e muito pobre e as suas infra-estruturas de habitação, de educação e de saúde eram muito rudimentares.

Todos os batalhões tiveram uma estrutura de CMA/CIMIC que corresponde a uma célula CMA. Esta era constituída por dois oficiais, dois sargentos e duas praças nos primeiros batalhões. Depois o efectivo foi reduzido para um oficial, um sargento e uma praça. Seguindo uma ordem lógica dos entrevistados e através dos RFM, verificamos que no início a célula era mais robusta.

Ao nível das missões e tarefas, estas são transversais e dividem-se essencialmente em duas partes distintas. Uma direccionada para a obtenção de informações e a outra para a ajuda humanitária. A obtenção de notícias era muito importante em Timor, para que conseguissem realizar as operações militares mais incisivas em termos de força. Apesar de o coronel Xavier de Sousa referir que as acções CMA estavam proibidas pela PKF, tanto o seu batalhão como todos os outros executaram actividades nesse sentido. Por falta de

elementos de informação não podemos aqui expor o que levou, quando e porquê a PKF a tomar esta medida.

As actividades desenvolvidas foram direccionadas para a ajuda humanitária, como a distribuição de livros, distribuição de comida e outros bens de primeira necessidade. No que respeita ao apoio sanitário fizeram várias deslocações por toda a AOR. Ao nível dos programas educacionais, ministrou-se formação nos mais variados temas. Realizaram também trabalhos de engenharia, com as construções horizontais e verticais. Colaboram com a UNHCR no apoio aos refugiados e por fim realizaram patrulhas CMA⁵². Grande parte destas actividades foi desenvolvida por iniciativa dos Batalhões e das suas subunidades. O Coronel Henriques diz mesmo que *“esta área estava muito entregue aos Batalhões e a maior parte delas foi por nossa iniciativa”* (Henriques, 2010). Mesmo ao nível de pelotão, os entrevistados referem que a maior parte das actividades foram desenvolvidas pelos próprios comandantes. O Capitão Alvarinho acumulou, além das funções de comandante de pelotão a função de oficial CMA da companhia planeando para cada mês as actividades para cada pelotão da sua companhia.

Para a ajuda ao desenvolvimento o nosso Coronel Marquilhas e o Coronel Fonseca e Sousa tinham uma conta bancária direccionada para Timor, fornecida pela Associação Portuguesa de Apoio ao Desenvolvimento (APAD). Os restantes já não tiveram acesso a esse apoio.

4.3.4 A IMPORTÂNCIA DA COOPERAÇÃO CIVIL-MILITAR

É da opinião de todos os entrevistados que as actividades CMA/CIMIC contribuíram para o cumprimento da missão e ajudaram no reconhecimento do Batalhão.

Ao nível da protecção da força todos referem que em Timor o ambiente não exigia grandes problemas para a força, pois os portugueses eram muito bem aceites pelos timorenses. O mesmo não se passava com os outros Batalhões que estavam presentes no TO. O ponto mais importante é no âmbito das operações, onde o CMA/CIMIC juntamente com as informações facilitou as operações militares desenvolvidas. O Coronel Xavier de Sousa refere mesmo que *“(...) é um facto. Houve operações que só foram possíveis executar com facilidade, evitando situações que poderiam correr de outra forma graças à acção da CIMIC.”* (Sousa, 2010). Do mesmo modo, o Coronel Fonseca e Sousa menciona que o CMA foi colocado em todas as operações pois era importantíssimo para as informações.

Para os restantes entrevistados o CMA/CIMIC deve ser usado como meio de obtenção de informação, mesmo sendo contra a doutrina actual. Na opinião do Coronel Marquilhas o CMA/CIMIC é um meio fundamental para obter notícias, sendo impossível separar as

⁵² Patrulhas com duração máxima de 5 dias com o objectivo de apoiar a população em necessidades e bens carenciados. (RFM, 2BIPara, 2000)

informações do CMA, contudo o Coronel Xavier de Sousa menciona que isso não deve ser a principal intenção, mas que deve existir essa finalidade.

Em relação a este assunto o Coronel Henriques refere que em ambientes hostis o CMA/CIMIC poderá ser usado com esse propósito, contudo em Timor isso não se justificava.

4.4 SÍNTESE CONCLUSIVA

Através das entrevistas verificamos que aquando a projecção inicial de forças para Timor pouco havia sobre a Cooperação Civil-Militar, levando os comandantes a procurar prepararem-se tanto pela doutrina dos manuais portugueses da guerra subversiva como pela doutrina da NATO. Em relação a este aspecto, através dos RFM sabe-se que, o próprio escalão superior, a PKF, levou a cabo alguns estágios já no terreno, para a área do CMA.

Constata-se que há uma grande semelhança nos ensinamentos aplicados por todos os batalhões na preparação das suas FND. Isso resultou, como facilmente se pode observar, da existência de um programa de treino normalizado e aplicável a todas as FND que cumpriram missões neste TO, acrescido ao facto de todas as Brigadas, de forma natural, recolherem as lições aprendidas a partir das unidades que cumpriram as missões.

A decisão sábia de colocar Células CMA/CIMIC nas FND contribuiu, assinalavelmente, para a aceitação da nossa Força pelos Naturais de Timor, e para que a mesma pudesse actuar, mais assertivamente, num TO onde nem sempre as manifestações de amizade eram iguais para com todos os contingentes que lá actuavam. O desenvolvimento das acções CMA possibilita a criação de um clima de confiança, facilita a interacção com a população, permitindo o estabelecimento de um ambiente propício ao prosseguimento da missão.

Com este capítulo pretendia-se responder á questão derivada sobre a relevância da Cooperação Civil-Militar na actuação das FND. Após análise aos entrevistados e com base nos RFM verificamos que a Cooperação Civil-Militar foi importantíssima na actuação das nossas FND. Na realidade o CMA/CIMIC foi uma das possibilidades para implementar a actividade de informações usada no TO de Timor-Leste por algumas FND. O CMA/CIMIC era usado em função das operações e na recolha de informação. Aqui as patrulhas CMA tiveram um desempenho fundamental pois possibilitavam o acesso às populações mais isoladas. Com tudo isto podemos afirmar que o CMA/CIMIC facilitava as operações concorrendo para a protecção da força e para a aceitação dos militares portugueses, cumprindo a sua missão.

CAPÍTULO 5 - CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

5.1 INTRODUÇÃO

O presente TIA tem como objectivo apurar o impacto que a Cooperação Civil-Militar teve na condução das operações das FND no teatro de operações de Timor-Leste. Com tal intuito, expuseram-se os principais conceitos teóricos que envolvem a temática, desde a sua definição até à sua utilização pelas FND. Assim sendo, formulou-se um quadro conceptual expresso ao longo das conclusões retiradas em cada capítulo da parte teórica. Após realizar a investigação e retirar as ilações patentes na primeira parte, tornou-se imperativo analisar e discutir os resultados obtidos do trabalho de campo, de modo a validar ou refutar as hipóteses colocadas na Introdução deste trabalho.

Assim neste capítulo, vão ser verificadas as hipóteses enunciadas e apresentaremos as reflexões finais a que se chegou com a realização do presente trabalho de investigação, bem como, as respectivas recomendações achadas convenientes. Por fim são expostas as limitações sentidas ao longo da realização do trabalho e, em jeito de desafio, propostas para investigações futuras.

5.2 VERIFICAÇÃO DAS HIPÓTESES

Neste ponto do trabalho e ao concluir a investigação é possível verificar as hipóteses inicialmente formuladas.

Relativamente à primeira hipótese: **Não existe uma doutrina nacional de cooperação Civil-Militar. Os conceitos, técnicas, tácticas e procedimentos no âmbito da cooperação Civil-Militar em uso a nível nacional inspiram-se essencialmente nos manuais dos EUA e da NATO**, foi parcialmente validada com base na análise do primeiro capítulo e através da questão nº 4 da entrevista à primeira amostra. Os conceitos, técnicas, tácticas e procedimentos da cooperação Civil-Militar a nível nacional inspiram-se essencialmente nos manuais da NATO. Quando apareceu a necessidade do Exército português elaborar doutrina neste âmbito, esta foi absorvida dos nossos aliados NATO. Por outro lado, através da pergunta nº4, verificamos que aquando a projecção inicial de forças para Timor pouco havia sobre estes assuntos, levando os comandantes a prepararem-se pela doutrina dos manuais portugueses da guerra subversiva. Contudo numa fase posterior alguns batalhões já procuraram, através dos comandantes e oficiais responsáveis por esta

área estudar doutrina aliada sobre o tema. Ainda em relação a este aspecto, o próprio escalão superior, a PKF, levou a cabo alguns estágios já no terreno, para a área do CMA. Na minha opinião, com estas duas fundamentações permite-nos concluir que apesar de o Exército com o passar do tempo ter demonstrado a preocupação em desenvolver manuais que auxiliassem as nossas FND, esse esforço foi produzido bastante depois do início da missão em Timor-Leste. Assim, verificamos que os todos os batalhões absorveram as técnicas e ensinamentos utilizadas nos manuais de guerra subversiva, apesar de terem uma estrutura ao nível da CIMIC tipicamente NATO.

Quanto à segunda hipótese: **A estrutura das FND que actuaram no TO de Timor-Leste, no quadro da cooperação Civil-Militar, visaram sobretudo aconselhar e apoiar a tomada de decisão dos respectivos Comandos perante situações específicas. A organização das FND não incluía formações especialmente vocacionadas para a cooperação Civil-Militar.** Esta hipótese foi totalmente refutada como indica o observado no 2º capítulo e nas perguntas nº3, nº4, nº6 da entrevista à primeira amostra e nas perguntas nº3, nº4, nº5 da entrevista à segunda amostra. As FND, de facto, não incidiram no treino no âmbito da Cooperação, pois tinham como objectivo fundamental treinar as principais tarefas a que iam estar sujeitas em Timor-Leste. Contudo e apesar do conceito em voga no Exército ao nível da Cooperação Civil-Militar ser o *“On Job Training”*, houve uma preocupação de capacitar os elementos Estado-Maior responsáveis por estas actividades, com conhecimentos neste âmbito. Isto quer através de estágios e cursos, quer através da injeção de incidentes para que as forças pudessem treinar estas actividades. Através dos RFM e das entrevistas pudemos perceber que na organização da maior parte das FND, esta compreendia uma estrutura vocacionada para a CIMIC composta por uma célula CMA de Estado Maior e por equipas CMA nas subunidades. Estas estruturas no quadro da CIMIC, não só visavam aconselhar e apoiar a tomada de decisão do comandante perante situações específicas, mas também visavam a coordenação e o planeamento de acções de Cooperação Civil-Militar por toda a AOR. As subunidades do batalhão além das suas tarefas normais de segurança, tinham também a missão de executarem essas acções planeadas pela célula e equipas CIMIC da FND.

No que diz respeito à terceira hipótese: **As FND utilizaram extensivamente a capacidade supletiva das valências existentes da força, tirando também partido do grau de inserção das suas forças de escalão táctico Pelotão, operando no terreno. Ocasionalmente exploraram oportunidades pontuais, em associação com o Comando no Território Nacional, o escalão superior no TO, as autoridades locais e as ONGs.** Esta hipótese foi totalmente verificada, tanto pelo terceiro capítulo como pelas perguntas nº7 e nº8 da entrevista à primeira amostra, e as perguntas nº6, nº7 e nº8 da entrevista à

segunda amostra. A caracterização do TO levou aos batalhões a adoptarem a disposição no terreno segundo o “conceito de quadrícula”. Isto possibilitou uma grande inserção das forças no TO, fazendo com que, a interacção com a população e a criação de laços de amizade permitisse levar a cabo outras missões que não as da segurança. Missões essas, que se propusessem a desenvolver as estruturas civis de Timor-Leste, tendo em vista criar condições que levassem o país a adquirir meios de subsistência para a retirada das forças. Após análise e estudo dos RFM e das entrevistas, principalmente das efectuadas à segunda amostra, verificamos que as FND até tinham uma capacidade significativa para desenvolver acções de Cooperação Civil-Militar, planeando um número bastante grande de acções. É bem verdade, que também tal foi possível através da acção do módulo sanitário e do módulo ou Destacamento de Engenharia, pois proporcionavam grande flexibilidade de empenhamento ao comandante.

De facto, aproveitando o grau de inserção no terreno das suas forças, a todos os escalões, as FND utilizaram muito para além da sua capacidade na exploração das oportunidades para melhorar a sua imagem perante a população e mostrar-se como uma força de segurança e apoio, em vez de uma força de imposição. Para isto, também ajudou as relações obtidas com as diferentes organizações internacionais, ONG`s, autoridades locais e mesmo o apoio vindo de Portugal.

Por fim a quarta hipótese: **A cooperação Civil-Militar teve um efeito multiplicador das possibilidades das FND no TO, e portanto, contribuiu para uma melhor aceitação e compreensão do papel da FND pela população local, permitindo simultaneamente, melhorar a protecção da força e cumprir integralmente a sua missão.** Esta hipótese foi totalmente verificada pelo quarto capítulo e pela análise dos RFM. A Cooperação Civil-Militar foi importantíssima na actuação das nossas FND. A organização das forças no âmbito da Cooperação Civil-Militar com as Células CMA e as Equipas CMA contribuiu, assinalavelmente, para a aceitação da nossa Força pelos Naturais de Timor, e para que a mesma pudesse actuar, mais assertivamente no TO.

O desenvolvimento das acções CMA possibilita a criação de um clima de confiança, facilita a interacção com a população, permitindo o estabelecimento de um ambiente propício ao prosseguimento da missão. O CMA/CIMIC foi uma das possibilidades para implementar a actividade de informações usada no TO de Timor-Leste por algumas FND. O CMA/CIMIC era usado em função das operações e na recolha de informação. Aqui as patrulhas CMA tiveram um desempenho fundamental pois possibilitavam o acesso às populações mais isoladas. Com tudo isto podemos afirmar que o CMA/CIMIC facilitava as operações concorrendo para a protecção da força e para a aceitação dos militares portugueses, cumprindo a sua missão.

5.3 CONCLUSÕES FINAIS

Através da verificação das hipóteses que foram formuladas inicialmente, foi possível adquirir informação importante no sentido de responder à questão central desta investigação: **“Qual o impacto da Cooperação Civil-Militar na conduta das operações das FND no teatro de operações de Timor-Leste?”**.

Timor era um TO especial para Portugal. Não obstante da ligação que existia com os portugueses e a aceitação natural da população aos militares portugueses, este facto, não causou uma menor preocupação por parte das Autoridades Nacionais com a questão da segurança dos nossos militares. Foi o pensamento de reforçar a segurança da força, através da aceitação e inserção dos militares junto da população que a Cooperação Civil-Militar assume a sua principal importância e aparece como um factor fundamental nas operações militares. As operações em Timor-Leste foram, transversalmente a todas as forças, operações de segurança e de informações. Como observámos durante o trabalho a Cooperação Civil-Militar teve um impacto maior nas operações de informações actuando como apoio à actividade de obtenção de informações. Esta obtenção de informações possibilitou a realização das outras operações mais incisivas em termos de uso da força.

Concluimos então, que a Cooperação Civil-Militar teve um grande impacto na conduta das operações das FND sendo usada em função destas na recolha de informação e no estabelecimento de um ambiente propício ao prosseguimento da missão

5.4 RECOMENDAÇÕES

Tendo em conta o exposto ao longo do trabalho e como complemento às conclusões tiradas do estudo será adequado apontar como recomendações complementares as seguintes:

É necessário esclarecer a doutrina portuguesa no âmbito da Cooperação Civil-Militar, para que não haja dúvidas por parte dos comandantes das FND o que se entende por este conceito e até onde as forças poderão desenvolver os seus projectos, para não haver disparidades nas forças do mesmo país ao nível das técnicas, tácticas e procedimentos. Isto porque, é importante que os elementos que trabalhem a Cooperação Civil-Militar percebam o que realmente isso significa, para não se pensar que se está a ajudar, quando de facto estamos a limitar ainda mais o desenvolvimento do país.

No caso de Portugal, estas actividades são sempre realizadas por escalões baixos, normalmente por UEB. Assim sendo, deveria partir da iniciativa dos escalões mais elevados constituir uma estrutura do Exército, encarregue da coordenação com as organizações nacionais e Internacionais e ONG de modo a conseguirem fundos financeiros ou materiais para as forças no terreno terem alguma flexibilidade de emprego no que respeita à

Cooperação Civil-Militar e não se encontrarem limitadas aos seus meios reduzidos. Além desta estrutura, à semelhança do que aconteceu com os primeiros Batalhões em Timor-Leste, deveria também, ser criado um fundo monetário direccionado para a CIMIC, já que o desenvolvimento destas actividades envolve sempre o gasto de recursos.

Quanto aos RFM fica a impressão que estes por vezes não são trabalhados pelo escalão superior das forças, não se retirando daí muitos ensinamentos e lições apreendidas úteis para futuras missões em TO de ambientes parecidos. Por isso era necessário criar algum organismo responsável por estudar os RFM e daí tirar todos os ensinamentos para outras forças.

Outro aspecto a ter em atenção é a utilização da Cooperação Civil-Militar como fonte de obtenção de informações deverá ser muito bem avaliada. Se for a intenção do comandante utilizar com este propósito é essencial que o faça com homens devidamente bem preparados para esse efeito, pois um erro cometido a este nível pode levar á quebra da confiança por parte da população e daí resulta todo um conjunto de aspectos negativos para a força.

Por último, a formação no que respeita à CIMIC deveria ser reforçada desde o Aprontamento, para que todos os militares fossem sensibilizados para a importância e o impacto que este tipo de actividades tem no terreno.

5.5 LIMITAÇÕES DA INVESTIGAÇÃO

Na realização deste trabalho de investigação foram encontradas algumas limitações que dificultaram a execução do mesmo.

A primeira dificuldade prende-se, desde já, com o facto do tempo disponibilizado para a realização de um trabalho desta importância ser reduzido, o que impossibilita um estudo mais aprofundado da matéria. Depois, número limite de páginas condiciona bastante a organização, estrutura e encadeamento lógico do trabalho

O facto de os Relatórios Fim de Missão serem classificados torna, por vezes, difícil o acesso a eles, sendo necessário, todo um conjunto de procedimentos para os conseguir consultar.

5.6 INVESTIGAÇÕES FUTURAS

Com a consciência plena das limitações, tem-se a perfeita noção que o tema a que se subordina o trabalho não se esgotou na elaboração do mesmo. Deste modo, propõe-se a levar esta questão mais além.

Como se verificou, actualmente a Cooperação Civil-Militar é uma actividade muito usada nas operações de apoio à paz, por isso seria interessante estudar outros TO onde os portugueses não estiveram tão bem integrados, para perceber então se a Cooperação Civil-Militar teve o mesmo impacto na condução das operações.

Outro aspecto muito interessante a desenvolver seria os aspectos positivos e negativos da utilização da Cooperação Civil-Militar como fonte de informação.

Estudar as campanhas em África ao nível da cooperação Civil-Militar e perceber como estas se relacionam com o teatro de operações de Timor-Leste.

Em relação ao trabalho, para melhor percebermos como funciona a cooperação Civil-Militar tínhamos que estudar a escalões mais elevados, porque ao nível batalhão esta traduz-se em muito pouco.

BIBLIOGRAFIA

LIVROS

- Academia Militar. (2008). *Orientações para redacção de trabalhos*. Lisboa: Academia Militar.
- Azevedo, G., & Calmeiro, L. (2004). *O Exército Português em Timor-Leste*. Lisboa: SCMA/GabCEME.
- Calmeiro, L., & Magro, J. (2005). *O Exército português nos caminhos da Paz. 1989-2005*. Lisboa: SCMA/GabCEME.
- Coning, Cedric. (2007). *Civil-Military Coordination na UN Peacebuilding Operations*. S.l.: s.e..
- Editora, Porto (2008). *Dicionários da Língua Portuguesa*. Porto: Porto Editora.
- Fluminense, Empresa Literária (1994). *Dicionário Inglês-Português*. Lisboa: Empresa Literária Fluminense.
- Guerra, I. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo: Sentidos e formas de uso*. Estoril: Principia Editora
- Quivy, R. & Campenhoudt, L. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Rehse, Peter. (2004). *CIMIC: Concepts, Definitions and Practice*. Hamburg: Heft 136.
- Sarmiento, Manuela (2008). *Guia Prático sobre a Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertações de Mestrado e Trabalhos de Investigação Aplicada*. Universidade Lusíada Editora, Lisboa.
- Sousa, F. (2003). *Opúsculos com os Ensinaamentos sobre o Aprontamento das FND destinadas ao Teatro de Operações de Timor-Leste*. s. l.: s. e..
- Sousa, F. (2005). O Exército e as Operações de Paz da ONU. Lições Aprendidas. In Branco, C. (Coord) – *Os portugueses nas Nações Unidas*. Lisboa: Prefácio. (pp. 197-220). Lisboa: Prefácio.
- Sousa, F. (2009). A Influência, no Exército, da Participação Nacional em Missões de Paz. In Branco, C. (Coord) - *Portugal e as Operações de Paz*. Lisboa: Prefácio (pp. 399-460). Lisboa: Prefácio.

Zaalberg, T. (2008). The Historical Origins of Civil-Military Cooperation. In S. Rietjens & M. Bollen (Eds.), *Managing Civil-Military Cooperation, A 24/7 Joint Effort for Stability* (Parte 1, pp. 5-25). Burlington: Ashgate.

TESES E DISSERTAÇÕES

Serafim, José (1999). *A Cooperação Civil-Militar nas Operações de Apoio à Paz – Conceitos, Princípios e Estruturas*. Trabalho Investigação de Longa Duração (TILD), Instituto de Altos Estudos Militares, Lisboa

MANUAIS E DOCUMENTOS MILITARES

CITOAP (2001). *Guia do Graduado CIMIC*. Amadora: Centro de Instrução e Treino de Operações de Apoio à Paz.

Elmqvist, Michael. (1999). *CIMIC in East Timor*. Geneva: UN office for the Coordination of Humanitarian Affairs

Escola Prática de Infantaria (2008). *Manual de Operações de Apoio à Paz – Tácticas, Técnicas e Procedimentos*. Mafra: Escola Prática de Infantaria.

Estado Maior do Exército (2005). *Regulamento de Campanha: Operações*. Lisboa: Estado Maior do Exército.

Field Manual (2000). *FM 41-10 Civil Affairs Operations*. Washington, DC: Headquarters, Department of the Army.

Field Manual (2003). *FM 3-07.31 Peace Operations: Multi-Service Tactics, Techniques, and Procedures for Conducting Peace Operations*. Virginia: US Army Training and Doctrine Command.

Field Manual (2006). *FM 3-05.40 Civil Affairs Operations*. Washington, DC: Headquarters, Department of the Army.

IAEM (1996). *ME – 20-76-04 Operações de Apoio à Paz*. Lisboa: IAEM.

IESM (2007). *Curso CIMIC Nível Tático*. Lisboa: IESM.

Joint Publication (2001). *JP 3-57 Joint Doctrine for Civil-Military Operations*. s.l.: s.e..

MDN (2010). *PDE 0-18-00 ABREVIATURAS MILITARES*. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional

NATO (2001). *MC 411\1 NATO Civil – Military Co-operation (CIMIC) Policy*. Bruxelas: North Atlantic Treaty Organization.

NATO (2003). *AJP 09 Civil – Military Co-operation (CIMIC) Doctrine*. Bruxelas: North Atlantic Treaty Organization.

ONU Department of peacekeeping Operations (2002). *Civil-Military Coordination policy*. Department of Field Support

ONU Department of peacekeeping Operations (2010). *Civil-Military Coordination in UN Integrated Peacekeeping Missions (UN-CIMIC)*. Department of Field Support.

DIRECTIVAS DE APRONTAMENTO

CEME (2000a). *Directiva Nº 1. Aprontamento do Comando do Sector Central e do 2BIPara/BAI para integração na UNTAET/PKF Timor-Leste*. 2º Semestre de 2000. Oeiras: COFT.

CEME (2000b). *Directiva Nº 3. Aprontamento de Forças para integração na UNTAET/PKF Timor-Leste* no ano de 2001. Oeiras: COFT.

CEME (2001). *Directiva Nº 121. Aprontamento da FND/UNTAET/PKF (Comando e Estado Maior do Sector Central e do 1º BI/BLI)*. 2º Semestre de 2002. Lisboa: COFT.

CEME (2002). *Directiva Nº 64. Aprontamento da FND/UNTAET/PKF (Cmd CNT, 1º BIMec/BMI e Destacamento de Helicópteros/FAP)*. 1º Semestre de 2003. Lisboa: COFT.

CEME (2003a). *Directiva Nº 9. Aprontamento da FND/PKF/UNMISSET (Agr FOXTROT/BLI)*. 2º Semestre de 2003. Lisboa: COFT.

CEME (2003b). *Directiva Nº 67. Aprontamento da FND/PKF/UNMISSET (Agr HOTEL/BLI)*. 1º Semestre de 2004. Lisboa: COFT.

RELATÓRIOS FIM DE MISSÃO

Comando do Sector Central (CSC) e 2ºCNT (2001). *Relatório Fim de Missão*. Díli: CSC e 2ºCNT

Comando do Sector Central (CSC) e 3ºCNT (2002). *Relatório Fim de Missão*. Díli: CSC e 3ºCNT

Comando do Sector Central (CSC) e 4ºCNT (2002). *Relatório Fim de Missão*. Díli: CSC e 4ºCNT

2BIPara/BAI (2000). *Relatório Fim de Missão 2BIPara/PKF/UNTAET*. S. Jacinto: 2BIPara.

2BI/BLI (2001). *Relatório Fim de Missão 2BI/PKFUNTAET/*. Viseu: 2BI.

1BI/BLI (2002). *Relatório Fim de Missão 1BI/PKF/UNMISSET*. Vila Real: 1BI.

1BIMec/BMI (2003). *Relatório Fim de Missão 1BIMec/PKF/UNMISSET*. Santa margarida: 1BIMec.

Agr. FOXTROT/BLI (2003). *Relatório Fim de Missão Agr FOXTROT/PKF/UNMISSET*. Chaves: Agr FOXTROT.

Agr HOTEL/BLI (2004). *Relatório Fim de Missão Agr HOTEL/PKF/UNMISSET*. Vila Real: Agr HOTEL.

ENDEREÇOS E ARTIGOS ELECTRÓNICOS

Center for Strategic and Internacional Studies – Acedido em: <http://www.CSIS.ORG/ISP>, no dia 5 de Maio de 2010 às 22:15.

CIMIC Group South – Acedido em: <http://www.cimicgroupsouth.org>, no dia 19 de Abril de 2010 às 11:30.

Porto, Editora (2010). Dicipédia: In Infopédia, 2003-2010. Acedido em: [http://www.infopedia.pt/\\$dicipedia](http://www.infopedia.pt/$dicipedia), no dia 22 de Julho de 2010 às 17:00.

Governo de Timor-Leste – Acedido em: <http://Timor-Leste.gov.tl/?lang=pt>, no dia 22 de Julho de 2010 às 15:00.

ONU – Acedido em: <http://www.un.org>, no dia 15 de Abril de 2010 às 20:00.

Scott, R., & Maclay, J. (2010). *NATO AND ALLIED CIVIL-MILITARY CO-OPERATION, doctrine, operations, & organization of forces*. Center for Strategic & Internacional Studies. Acedido em: http://csis.org/files/media/csis/pubs/090128_nato_civil_military_doctrine_and_ops.pdf, no dia 10 de Março de 2010 às 16:00

Sousa, F. (2008). As capacidades Militares Terrestres nas Operações de Apoio à Paz. *Revista Militar*. Acedido em: <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=240>, no dia 15 de Junho de 2009 às 21:00.

LEGISLAÇÃO

Resolução AG 1514 da ONU, de 14 de Dezembro de 1960 – Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e políticos (ICCPR).

Resolução 1412 da ONU, de Agosto de 1998 – Acordo entre a República da Indonésia e Portugal para a questão de Timor-Leste.

ENTREVISTAS

Alvarinho, Rui. Capitão de Artilharia (2010). Entrevista realizada na Academia Militar, 20 de Junho de 2010.

Alves, Paulo. Capitão de Infantaria (2010). Entrevista realizada no EME, 17 de Março de 2010.

Duarte, Dinis. Major de Infantaria (2010). Entrevista realizada no RI13, 15 de Julho de 2010.

Fonseca e Sousa, José. Coronel de Infantaria (2010). Entrevista realizada na DARH, 23 de Março de 2010.

Henriques, Eugénio. Coronel de Infantaria (2010). Entrevista realizada no EME, 17 de Março de 2010.

Marquilhas, João. Coronel de Infantaria (2010). Entrevista realizada no Comando da BRR, 10 de Março de 2010.

Martins de Sá, António. Major de Infantaria (2010). Entrevista via electrónica, 16 de Junho de 2010.

Xavier de Sousa, Francisco. Coronel de Cavalaria (2010). Entrevista realizada no RC 6, 24 de Março de 2010.

FOTOGRAFIAS

1BI/BLI (2002b). *“Fotos de Timor-Leste”* (CD). Vila Real: RI 13

2BIPara/BAI (2000b). *“Fotos de Timor-Leste”* (CD). Tancos: CMD BRR.

GLOSSÁRIO

Actividades de Assuntos Cívicos: Actividades realizadas ou apoiadas pelos Assuntos Cívicos que reforçam a relação entre as forças militares e as autoridades civis nas áreas onde as forças militares estão presentes (JP 3-57, 2001, p.185).

Actividade CIMIC: É a actividade destinada a apoiar o cumprimento das OAP através da prossecução de um objectivo que é de responsabilidade de uma autoridade civil, OI ou ONG, contribuindo para o êxito do objectivo militar (CITOAP, 2001, p.7).

Administração Civil: É uma administração estabelecida por um governo estrangeiro em território amigo, ao abrigo de um acordo com o governo da zona, para exercer uma certa autoridade, como por exemplo a função do governo local (JP 3-57, 2001, p.185).

Ajuda Humanitária: Actividades conduzidas para aliviar o sofrimento humano. A ajuda humanitária pode preceder ou acompanhar actividades de carácter humanitário providenciadas por organizações civis especializadas (EPI, 2008, p.265).

Apoio à estrutura civil: São as actividades necessárias e executadas durante as missões de paz, pelos comandos militares às autoridades ou organizações civis (CITOAP, 2001, p.7).

Assuntos Cívicos: São equipas, das forças activas ou da componente da reserva, organizadas, treinadas e especializadas para conduzir actividades de Assuntos Cívicos e apoiar Operações Cívico-Militares (JP 3-57, 2001, p.185).

Célula CIMIC: É o local que se pode estabelecer aos níveis tácticos para se determinarem e coordenarem as actividades de cooperação (CITOAP, 2001, p.7).

CMOC: É um centro de operações que se enquadra no conjunto de relações internas do estado-maior de um comando para a coordenação e desenvolvimento das actividades CIMIC incluindo nele todas as áreas funcionais (CITOAP, 2001, p.7).

Cooperação Civil-Miliar (CIMIC): A cooperação e coordenação, em apoio da missão, entre o Comando NATO e a população civil, incluem as autoridades nacionais e locais, bem como organizações ou agências internacionais, nacionais e não-governamentais (EPI, 2008, p.263).

Organização Não-Governamental: Organização Não-Governamental é o termo oficial usado no Artº 71 da Carta das Nações Unidas e que caracteriza organizações privadas (primariamente não--comerciais), geralmente motivadas por valores humanitários ou religiosos (EPI, 2008, p.266).

Refugiado: Qualquer pessoa que, devido a receios fundamentados de perseguição por questões raciais, de nacionalidade, religiosas e/ou políticas, encontra-se fora do seu país de origem (EPI, 2008, p.266).

APÊNDICES

APÊNDICE A - ORIGEM DO CONFLITO EM TIMOR-LESTE

Ainda não é possível fixar a data nem o autor da descoberta da ilha onde se situa Timor-Leste, mas o primeiro contacto português com a ilha de Timor ocorreu a 1514. A partir daí esse território foi sempre muito usado pelas naus portuguesas para trocas comerciais e pelos missionários para a evangelização, através dos quais se vai desenvolvendo uma progressiva influência religiosa, ao mesmo tempo que se vai estabelecendo a dominação portuguesa (Azevedo, 2004).

Portugal só começou a interferir na política interna de Timor-Leste por volta de 1642, mas foi com a chegada do primeiro governador, em 1703, que o protectorado português se consolidou na ilha (Azevedo, 2004).

Em 1859, um tratado firmado entre Portugal e Holanda fixa a fronteira entre o Timor Português (Timor-Leste) e o Timor Holandês (Timor Ocidental), contudo, em 1945, quando a Indonésia obtém a sua independência, Timor Ocidental passa a fazer parte de seu território. O governo indonésio, em obediência ao Direito Internacional, afirma na ONU que não tinha quaisquer reivindicações territoriais sobre Timor-Leste. Assim, o conselho de Segurança das Nações Unidas considera, ao abrigo da resolução 1514 de 14 de Dezembro de 1960, Timor-Leste como um Território Não-Autónomo⁵³, sob administração portuguesa⁵⁴. Desde 1962 até 1973, a Assembleia Geral da ONU aprovou sucessivas resoluções, afirmando o direito à autodeterminação⁵⁵ de Timor-Leste, tal como das restantes colónias portuguesas de então. Em Portugal o regime de Salazar (e de Marcelo Caetano), recusou-se a reconhecer esse direito, afirmando que Timor-Leste era uma província tão portuguesa como qualquer outra de Portugal Continental, contudo com a Revolução de 25 de Abril de 1974, que restaurou a democracia em Portugal, consagrou-se o respeito pelo direito à autodeterminação das colónias portuguesas (Azevedo, 2004).

Visando promover o exercício desse direito, foi criada em Díli a 13 de Maio daquele ano a Comissão para a Autodeterminação de Timor. O Governo Português autorizou, então, a criação de partidos políticos, surgindo assim três organizações partidárias em Timor-Leste:

- UDT (União Democrática Timorense), que preconizava a integração de Timor numa comunidade de língua portuguesa

⁵³ Território dependente que, por mandato da ONU, deve ser objecto de um processo de descolonização.

⁵⁴ Consultado do site oficial do governo de Timor-Leste.

⁵⁵ A autodeterminação é um direito colectivo de que dispõem todos os povos para definirem o seu destino. Este direito conferiu três elementos ao povo de Timor-Leste: Primeiro - decidir livremente sobre o seu estatuto político. Segundo - levar livremente a cabo o seu desenvolvimento económico, social e cultural. Terceiro - dispor livremente da sua riqueza e recursos naturais. (Artigo 1º, nº 2 do Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (ICCPR)).

- ASDT (Associação Social-Democrata Timorense) depois transformada em FRETILIN (Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente), que defendia o direito à independência
- APODETI (Associação Popular Democrática Timorense), que propunha a integração com autonomia na comunidade Indonésia

A partir Janeiro de 1975, colocou-se em marcha um programa local de progressiva descolonização, através de uma Reforma Administrativa. Os resultados da primeira consulta popular puseram em evidência o reduzido apoio da população ao APODETI, tornando-se óbvio que, por processos democráticos, os Timorenses nunca aceitariam a integração no país vizinho e que a esmagadora maioria dos Timorenses recusava totalmente a integração na Indonésia⁵⁶.

A 28 de Novembro de 1975 dá-se a proclamação unilateral da Independência de Timor-Leste pela FRETILIN e com ela tem também início a guerra civil. A Indonésia, a pretexto de proteger os seus cidadãos em território Timorense, invade a parte Leste da ilha, tornando-a a sua 27ª província por unanimidade no parlamento. Entretanto as autoridades indonésias procuraram concentrar a população em aldeamentos junto ao litoral ou às vias de comunicação, o que desorganizou, em boa parte, as estruturas sociais tradicionais (Azevedo, 2004).

Após a ocupação do território pela Indonésia a resistência Timorense consolida-se progressivamente, inicialmente sob a liderança da FRETILIN. Posteriormente, sob a liderança de Xanana Gusmão é implementada a política de Unidade Nacional, unificando os esforços de todos os sectores políticos Timorenses. Aproximadamente um terço da população do país, mais de 250 mil pessoas, morreu na guerra. O uso do português foi proibido, e do tétum foi desencorajado pelo Governo pro-Indonésio, que realizou violenta censura à imprensa e restringiu o acesso de observadores internacionais ao território (Azevedo, 2004).

Em 1998, com a queda do Presidente Suharto, Jusuf Habibie assumiu a presidência desse país, tendo acabado por concordar, após um complexo processo de negociações diplomáticas, com a realização de um referendo onde permitia que os Timorenses fossem consultados sobre o futuro do seu território. A população votaria "sim" se quisesse a integração na Indonésia com autonomia, e "não" se preferisse a independência⁵⁷.

Nos termos do acordo realizado e com a interpretação que lhes foi dada pelo Secretário-Geral e pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, decorreriam três fases antes da transição para a independência. Como podemos verificar através da figura 4, à frente, a primeira fase decorreria até à consulta popular. A segunda fase ou período interino

⁵⁶ Consultado do site oficial do governo de Timor-Leste.

⁵⁷ Consultado do site oficial do governo de Timor-Leste.

decorreria até à revogação do acto de anexação pelo parlamento indonésio, em que “o *Governo da Indonésia será responsável pela manutenção da paz e segurança em Timor-Leste de forma a garantir que a consulta popular se realize de uma forma justa e pacífica numa atmosfera livre de intimidação, violência e interferência de qualquer lado*” (ONU, resolução 1412, artº3, volume 2062, p.9).

Na terceira fase Portugal e Indonésia comprometiam-se a transferir a administração para as Nações Unidas, que então passariam a conduzir os destinos de Timor-Leste até à independência ser declarada (Azevedo, 2004).

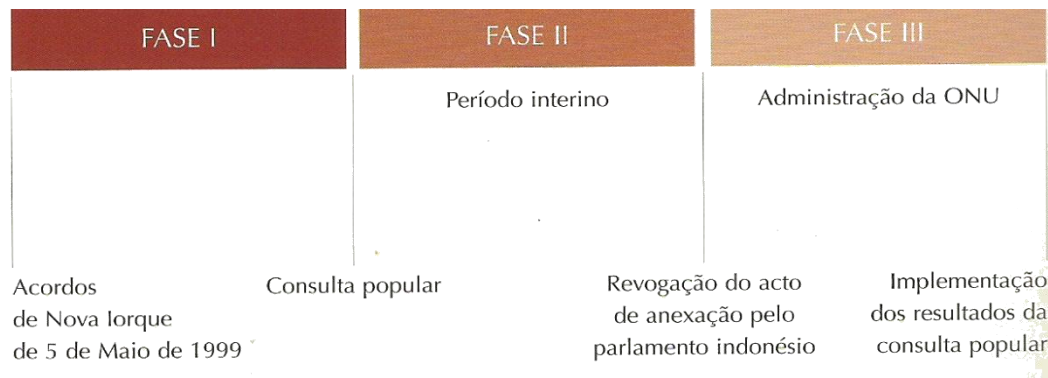


Figura A.1: Esquema das três fases transitórias

Fonte: (Azevedo, 2004, p.35)

As nações Unidas, através da “*United Nation Assistance Mission in East Timor*” (UNAMET), assumiram a responsabilidade da organização da consulta popular, bem como a supervisão da implementação dos seus resultados. O referendo foi realizado em Agosto de 1999 e, com mais de 90% de participação da população no referendo e com 78,5% de votos, o povo Timorense rejeitou a autonomia proposta pela Indonésia, e escolheu a independência formal. Devido a esses resultados as milícias procederam à destruição do território, matando, roubando e obrigam á fuga em massa da população. Atacaram inclusive a sede da UNAMET, provocando quase a evacuação total do quartel-general em Díli. Os ataques eram promovidos por milícias anti-independência, armadas por membros do exército indonésio descontentes com o resultado do referendo (Calmeiro, 2005).

O Conselho de Segurança autorizou, finalmente, a criação uma força militar internacional (INTERFET)⁵⁸, com a missão de restaurar a paz e a segurança em Timor-Leste. Na sequência do relatório elaborado pela INTERFET relativamente à situação da administração civil encontrada em Timor-Leste, que fazia referência às infra-estruturas civis danificadas e inexistência de qualquer administração civil efectiva, o Secretário-geral das Nações Unidas propôs ao Conselho de Segurança a criação da “*United Nations Transitional Administration in East Timor*” (UNTAET). Esta seria responsável pela administração global de Timor-Leste

⁵⁸ *International Force in East Timor*

e tinha poderes para exercer a função legislativa, executiva e judicial, funcionando com as componentes (Calmeiro, 2005):

- Governo e administração pública,
- Reabilitação humanitária e de emergência,
- Militar, substituindo as forças da INTERFET.

O conselho de segurança considerou como elementos fundamentais do mandato da UNTAET os seguintes: (Azevedo, 2004)

- Garantir a segurança e a ordem em Timor-Leste,
- Estabelecer uma administração efectiva,
- Contribuir para o desenvolvimento dos serviços sociais e civis,
- Assegurar a coordenação e distribuição de Ajuda Humanitária, reabilitação e assistência ao desenvolvimento,
- Apoiar o desenvolvimento de capacidades de auto governo,
- Apoiar a criação de condições para um desenvolvimento sustentável.

Aos poucos a situação foi sendo controlada, com o progressivo desarmamento das milícias e o início da reconstrução de moradias, escolas e do resto da infra-estrutura. Foram realizadas eleições para a Assembleia Constituinte que elaborou a actual Constituição de Timor-Leste. Esta passou a vigorar no dia 20 de Maio de 2002, quando foi devolvida a soberania ao país passando a ser assinalado como Dia da Restauração da Independência⁵⁹.

⁵⁹ Retirado do sítio da Internet do governo de Timor-Leste

APÊNDICE B - PRINCÍPIOS DA CIMIC

PRINCÍPIOS DA CIMIC

Os princípios da CIMIC são normas gerais que influenciam a conduta das operações. Segundo o nosso RC Operações (2005) dividem-se em dois grandes grupos: os princípios de natureza militar e os princípios do relacionamento Civil-Militar.

PRINCÍPIOS DE NATUREZA MILITAR

Conjunto de princípios que orientam o processo militar interno possibilitando a execução de um plano CIMIC. Estes princípios baseiam-se em processos estritamente militares a serem observados no processo de decisão.

Primado da missão

“As missões de apoio são planeadas, preparadas e executadas em concordância com a intenção do comandante e sem nunca esquecer o objectivo militar proposto. A missão militar é sempre prioritária.” (CITOAP, 2001, pág.11).

Com isto queremos dizer que a CIMIC é uma função de apoio de combate onde todas as tarefas são coordenadas de modo a não comprometerem os objectivos finais da missão militar (RC Operações 2005).

Comando

O comandante tem a responsabilidade pela direcção das actividades CIMIC, devendo existir a consciência, desde o escalão mais alto até ao mais baixo, do impacto das operações militares no ambiente civil e vice-versa (RC Operações 2005).

Economia

Deve-se ter a constante preocupação de minimizar o uso de meios militares em apoio das populações e autoridades civis e maximizar o uso de meios civis em apoio das operações militares (RC Operações 2005). Contudo o comandante deve *“evitar consumir ou utilizar os recursos civis essenciais à sobrevivência das populações; reduzir, ao máximo, os fornecimentos de apoios muito prolongados no tempo, com vista a génese de uma “cultura de dependência.”* (CITOAP, 2001, pág.11).

Prioritização e Concentração de Recursos

Como na maior parte das operações de apoio à paz os recursos para a CIMIC são, por norma, limitados, estes deverão ser canalizados e concentrados nas tarefas fundamentais para o sucesso da missão (RC Operações 2005). *“A concentração de meios, dá aos civis uma melhor percepção da determinação da força para actuar, no sentido de garantir os interesses da população e, conseqüentemente da força responsável pela missão de paz.”* (CITOAP, 2001, pág.11).

Obrigações legais e considerações humanitárias

O comandante tem a responsabilidade de actuar segundo as leis nacionais e internacionais, devendo os direitos humanos serem respeitados e protegidos. Os efeitos das operações militares deverão ter o menor efeito sobre os não-combatentes, pois este princípio é considerado essencial para a legitimidade da missão (RC Operações 2005).

PRINCÍPIOS DE RELACIONAMENTO CIVIL-MILITAR

Consciência Cultural

Todos os militares deverão possuir o conhecimento e sensibilidade para os aspectos socioculturais⁶⁰ da região. Num ambiente frágil a nível político, uma violação dum destes aspectos poderia causar um efeito negativo, prejudicando o cumprimento da missão (RC Operações 2005).

Objectivos Comuns

Depois de estabelecido o relacionamento civil-militar é necessário que este se mantenha, o que geralmente é bastante complicado, pois a força militar e as várias organizações civis existentes poderão ter interesses imediatos diferentes (RC Operações 2005). *“A base para uma forte e efectiva cooperação, está na partilha de objectivos comuns, por ambas as partes.”* (CITOAP, 2001, pág.12).

Responsabilidade Partilhada

A estrutura e o modo de trabalho das organizações civis e agências com as quais os militares cooperam são diversos, por isso a análise dos objectivos comuns deve conduzir à

⁶⁰ Entende-se aqui aspectos socioculturais como a religião, as leis, as tradições, a história, os costumes e a cultura da população.

divisão de tarefas e responsabilidades, para assim manter-se um relacionamento com benefícios comuns (RC Operações 2005).

Consentimento

Apesar do consentimento das organizações civis poder ser alcançado por meios coercivos, o mesmo não deve ser feito. Todos os esforços para alcançar o consentimento sem ser necessário recorrer à força, permite a quem está a operar no terreno alcançar resultados mais satisfatórios (CITOAP, 2001).

Transparência

“Para um maior sucesso nas operações e actividades CIMIC é necessário desenvolver um ambiente de transparência, demonstrando competência e capacidade para ganhar confiança das partes.” (CITOAP, 2001, p.13).

A finalidade deste princípio é a de ganhar a confiança de todos os actores integrantes do ambiente civil fomentando o entendimento mútuo (RC Operações 2005).

Comunicação

A comunicação é fundamental para manter o consentimento e a cooperação. As diferenças entre as organizações civis e as militares obrigam a um esforço em tempo e compreensão. Por isso a comunicação deverá ser efectiva, aberta e constante (RC Operações 2005).

APENDICE C - PARTICIPAÇÃO NACIONAL NO TEATRO DE OPERAÇÕES DE TIMOR-LESTE

A componente militar da UNTAET, “Peace Keeping Force” (PKF), tinha por missão apoiar a manutenção de um ambiente seguro em Timor-Leste e estava organizada num dispositivo territorial assente em quatro sectores:

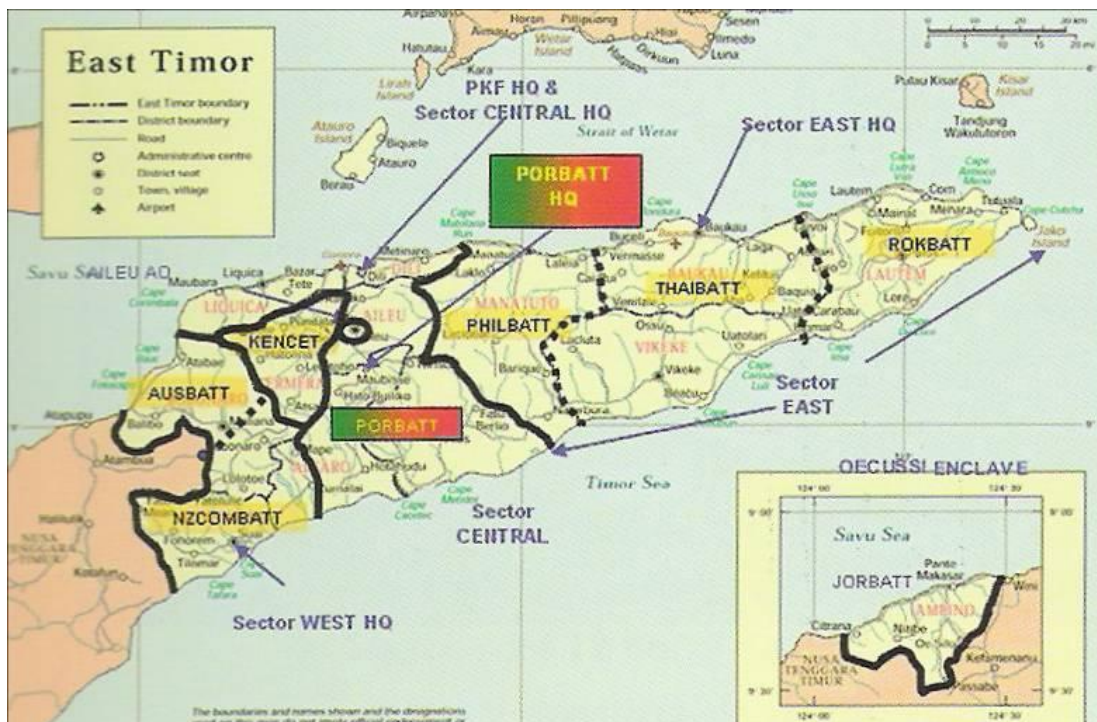


Figura C.1: Dispositivo da PKF/UNTAET

Fonte: (Calmeiro, 2005, p.119)

- A Este, sob o comando Tailandês
- O Central, sob comando Português
- A Oeste, sob o comando Australiano
- O Enclave de Oecussi-Ambeno, sob comando Jordano

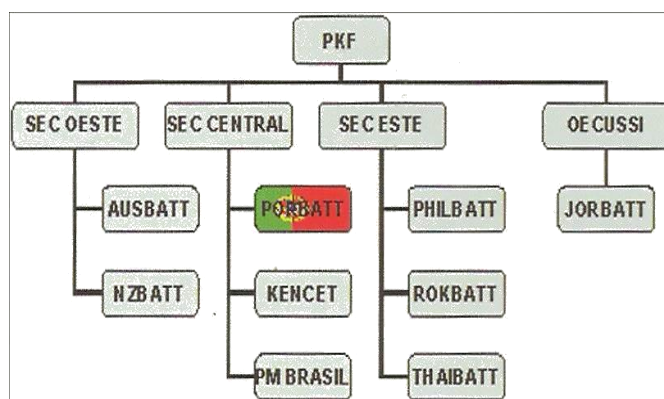


Figura C.2: Organograma da PKF

Fonte: (Azevedo, 2004, p.47)

O sector central compreendia seis distritos, Díli (incluindo a ilha de Ataúro), Liquiça, Ermera, Aileu, Ainaro e Manufahi, sendo da responsabilidade da companhia queniana o distrito de Ermera.

A participação do exército Português inicia-se em Janeiro de 2000, quando projecta para Timor-Leste, no quadro da UNTAET, uma Unidade de Escalão Batalhão (UEB), reforçada com uma Unidade de Escalão Companhia (UEC), perfazendo no total cerca de 800 militares (Sousa, 2005).

Os batalhões portugueses, desde Janeiro de 2000 até 10 de Junho de 2004, actuando no âmbito daquela missão e, ainda, da “*United Nations Mission in Support of East Timor*” (UNMISSET), cumpriram missões nesse TO longínquo, diminuindo o número à medida que se caminhava para o fim da missão (Sousa, 2005).

Batalhões Destacados para Timor-leste		
Força	Efectivos	Comandante
1º BIAAt	709 do Exército	TCor Cordeiro Simões
2º BIAAt	707 do Exército	TCor Braga Marquilhas
2º BI/BLI	697 do Exército e 155 Fuzileiros	TCor Pereira Figueiredo
1º BI/BLI	693 do Exército e 155 Fuzileiros	TCor Fonseca e Sousa
2º BIPara	495 do Exército e 155 Fuzileiros	TCor Pires da Silva
1º BIMec	495 do Exército e 150 Fuzileiros	TCor Nunes Henriques
AgrFox trot	495 do Exército e 150 Fuzileiros	TCor Carabau Brás
AgrHotel	388 do Exército e 117 Fuzileiros	TCor Xavier de Sousa

Figura C.3: Efectivos dos Batalhões destacados para Timor-Leste

Fonte: (Sousa, 2005, p.209)

O Exército português integrou o Comando da PKF, desde a sua criação, com um total de 34 militares. Integrou ainda o Comando do Sector Central, que esteve activo no período do mandato da UNTAET, com um total de 93 militares, variando esse efectivo, de forma decrescente, à medida que se caminhava para meados de 2003. O comandante do Sector era, em acumulação, o Comandante do Contingente Nacional em Timor (CNT), que em termos quantitativos foi o segundo mais volumoso, logo a seguir ao australiano (Calmeiro, 2005).

A missão da UNTAET consistia em providenciar o contínuo apoio necessário à segurança, interna e externa e a integridade territorial de Timor-Leste, em conjugação com as Forças Armadas (FA) daquele país, as Forças de Defesa de Timor-Leste (F-FDTL), e assegurar a atempada passagem da responsabilidade dessa segurança para as autoridades e para o governo daquele território (Sousa, 2005).

A 20 de Maio de 2002 Timor-Leste torna-se um país independente e a UNTAET termina a sua missão de administração transitória, ao mesmo tempo que o Conselho de Segurança das Nações Unidas, apoiava uma nova missão para o território, a UNMISET. A estrutura da PKF sofreu alterações, desaparecendo os Sectores Central e este. Manteve-se o Sector Oeste com um batalhão australiano e um batalhão neozelandês, enquanto os batalhões português, tailandês e coreano, passaram a depender directamente do Comandante da PKF. Para o cumprimento da missão a UNMISET contou com a mesma articulação militar da extinta UNTAET (Calmeiro, 2005).

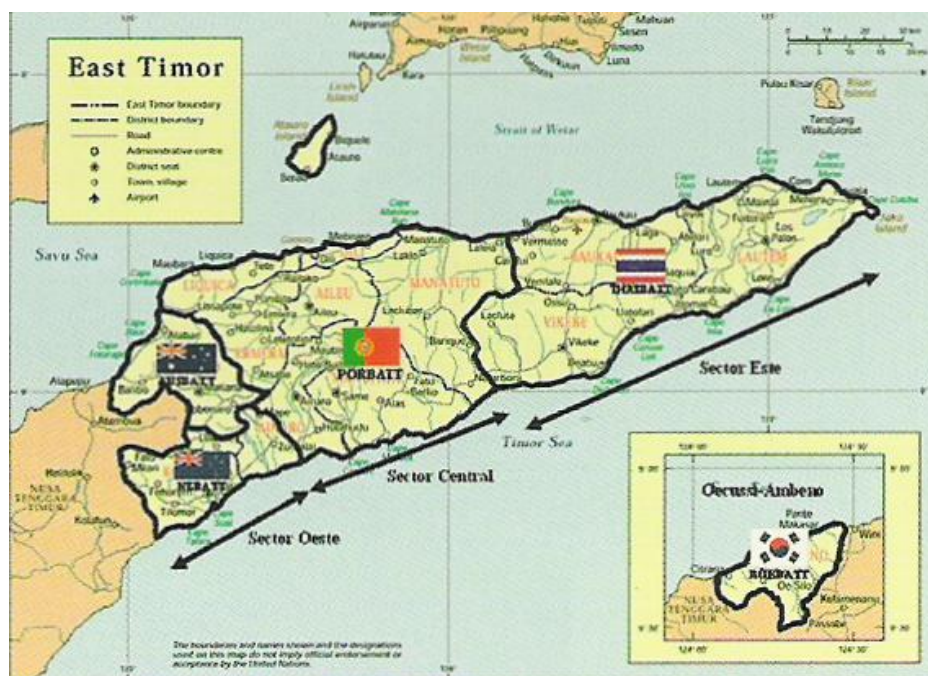


Figura C.4: Dispositivo da PKF/UNMISET

Fonte: (RFM, 1BI/BLI, 2002, Anexo A)

Em 19 de Maio de 2005, terminou o mandato da UNMISET, sendo substituída pela “*United Nations Office in Timor-Leste*” (UNOTIL). Desta feita termina também a actuação das UEB no TO de TL. Esta missão tinha uma componente policial e uma componente militar (Calmeiro, 2005).

No global, a participação do Exército em Timor-Leste ascendeu a oito UEB, militares no QG/PKF, Comando do sector central, observadores militares, oficiais de ligação e conselheiros, com um efectivo total de 4550 militares, durante cinco anos (Calmeiro, 2005).

As intervenções dos militares portugueses foram extremamente apreciados pelos timorenses e a acção dos mesmos não se restringiram à actividade operacional, mas estenderam-se ao apoio sanitário, social, à educação e à formação (Sousa, 2005).

APÊNDICE D - A ORGANIZAÇÃO E O APRONTAMENTO DAS FND PARA O TO DE TIMOR-LESTE

1º BATALHÃO DE INFANTARIA PÁRA-QUEDISTA DA BAI

ORGANIZAÇÃO

Consultando a figura 3.1 verifica-se que o PORBATT⁶¹ tinha na sua organização um comando, duas Companhias de Atiradores Pára-quedista, uma Companhia de Comando e Serviços, um Destacamento de Engenharia, um Destacamento de Operações Especiais e foi reforçado com uma Companhia de Fuzileiros da Armada. No total esta organização correspondia a 709 militares. (Azevedo, 2004)

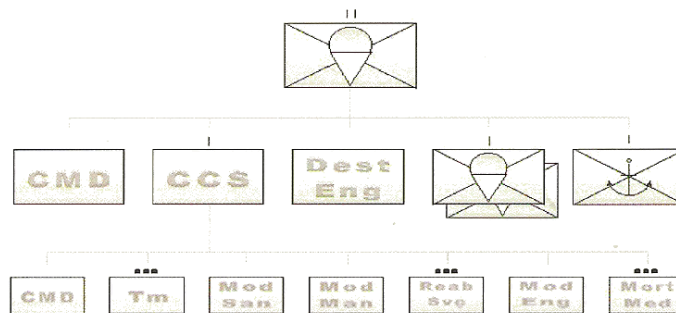


Figura D.1: Organigrama do Batalhão

Fonte: (Azevedo, 2004, p.60)

APRONTAMENTO

O Batalhão iniciou a sua preparação em Outubro de 1999 no Regimento de Infantaria (RI) nº 15 em Tomar e entrou no TO a 14 de Fevereiro de 2000. (Azevedo, 2004)

O aprontamento procedeu-se segundo as duas fases já descritas neste trabalho. Na primeira fase procedeu-se ao nivelamento da força, com a intensificação da instrução de tiro aos militares, formação na área de sobrevivência, higiene e primeiros socorros. Na segunda fase passou-se para o treino colectivo, nomeadamente ao nível do escalão pelotão, companhia e Batalhão (Azevedo, 2004).

⁶¹ Portuguese Battalion. Nome dado aos Batalhões portugueses que cumpriram missão em Timor-Leste.

A primeira projecção de uma FND para uma missão de apoio à paz num novo teatro de operações, tem sempre um encargo logístico desgastante. Esta complexidade logística inicial e as suas limitações inerentes à sustentação da força resultaram não só da sua própria organização, como também dos aspectos específicos da Área de Responsabilidade (AOR), da preparação e transporte dos materiais, das sucessivas mudanças de posição para ajustamento do dispositivo, bem ainda de todos os trabalhos conducentes à permanência das tropas nas diversas instalações da AOR. (Azevedo, 2004)

2º Batalhão de Infantaria Pára-quedista da BAI

ORGANIZAÇÃO

O PORBATT 2 tinha a mesma composição do anterior, ou seja, era formado por um comando, duas Companhias de Atiradores Pára-quedista, uma Companhia de Comando e Serviços, um Destacamento de Engenharia, um Destacamento de Operações Especiais e foi reforçado com uma Companhia de Fuzileiros da Armada (CEME, 2000a).

APRONTAMENTO

O aprontamento do Batalhão iniciou em Março de 2000 na área Militar de São Jacinto (AMSJ) e iniciou a missão no TO em 15 de Agosto de 2000, com um efectivo total de 707 militares. A preparação iniciou-se com o efectivo e enquadramento existentes no 2BIPara/BAI, tendo posteriormente sido reforçada com uma companhia de Fuzileiros (2BIPara/BAI, 2000).

O Batalhão a duas unidades de manobra escalão companhia esteve durante a fase de aprontamento a dar igual prioridade aos compromissos da BAI (Exercícios EOLE00/LINKED SEAS00)⁶². Exercícios que decorreram sem ter em conta que a Unidade se encontrava organizada e em treino de aprontamento para uma missão de OAP (2BIPara/BAI, 2000)

O treino foi direccionado para a tipologia de missões que engloba: defesa de pontos e áreas sensíveis, reconhecimento e protecção de Itinerários, acções específicas de Operações de Apoio à Paz, como protecção e apoio ao movimento de populações deslocadas, escolta a colunas, etc), acções defensivas de reacção imediata e acções ofensivas hostis, entre outros (Marquilhas, 2010).

Na primeira fase do aprontamento intensificou-se a instrução de tiro aos militares, ministrou-se formação em áreas como sobrevivência, saúde, higiene e primeiros socorros e recolha e processamento de notícias. Aquando o termino desta fase apresentou-se a unidade de Engenharia e a 23ª Companhia de Fuzileiros. A partir desta altura passou-se para o treino de tarefas críticas na SecAt e posteriormente para o PelAt e Companhia. A nível de SecAt e

⁶² Exercícios combinados realizados pelo Batalhão. O LINKED SEAS 2000 foi realizado em Portugal e era no âmbito NATO. O exercício EOLE 2000 foi realizado em Espanha no âmbito da EUROFOR.

PelAt no final da primeira fase executou-se circuitos de avaliação. Na segunda fase, as Companhias e o Batalhão executaram exercícios do seu escalão no EOLE00, LINKED SEAS00 e no Exercício final de Aprontamento. Neste último exercício foi criado o cenário de Timor e os militares treinaram acções iguais as que viriam a desempenhar no TO. Foi o único exercício no qual o Batalhão esteve totalmente direccionado para a missão que viria a desempenhar em Timor-Leste (CEME, 2000a).

2º BATALHÃO DE INFANTARIA DA BLI

ORGANIZAÇÃO

O PORBATT 3 era constituído por 697 militares divididos na seguinte organização: Comando, duas Companhias de Atiradores, uma Companhia de Comando e Serviços, um Esquadrão de Reconhecimento, um Destacamento de Engenharia, um Destacamento de Operações especiais e foi reforçado com uma Companhia de Fuzileiros da Armada (CSC e 3º CNT, 2002).

APRONTAMENTO

O Batalhão desenvolveu a sua actividade de aprontamento no Regimento de Infantaria 14, em Viseu, a partir de Agosto de 2000. A sua preparação teve a duração de quatro meses e foi o aprontamento mais curto de todos os Batalhões. Na primeira fase nivelou-se conhecimentos e normalizou-se procedimentos na instrução individual do combatente. Os militares frequentaram estágios e cursos de preparação técnica. Na segunda fase ministrou a instrução e treino orientado para a missão. Optou por o fazer de forma gradual integrando nesta parte a avaliação do escalão secção até ao escalão batalhão. Incidiu principalmente nas técnicas utilizadas nas operações de apoio à paz. Este período terminou com o exercício final de aprontamento de nominado “HERMES02”, que decorreu na região do Rio Trancalhão em Viseu (CEME, 2000b)

1º BATALHÃO DE INFANTARIA DA BLI

ORGANIZAÇÃO

Embarcaram para o TO de TL um total de 693 militares, acrescidos de 155 militares da armada. Estavam divididos na seguinte estrutura orgânica do 1º BI: Comando e Secção de Comando; Companhia de Fuzileiros; 1ª Companhia de Atiradores; 2ª Companhia de Atiradores; Companhia de Reacção Imediata; Esquadrão de Reconhecimento; Destacamento de Engenharia e Companhia de Apoio (2BI/BLI, 2002).

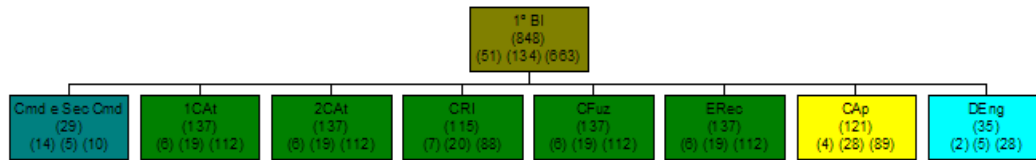


Figura D.2: Organograma do 1º BI/BLI

Fonte: (1º BI/BLI, 2002, Anexo L)

APRONTAMENTO

A preparação do 1º BI decorreu no RI 13, em Vila Real. Iniciou-se em Fevereiro de 2001 e terminou em Setembro de 2001. Neste período a intenção de aproximar a instrução e treino às condições existentes no TO de TL. O aprontamento decorreu em três fases distintas (2º BI/BLI, 2002).

A primeira fase teve como objectivo fundamental nivelar conhecimentos e normalizar procedimentos. Iniciou-se com a realização de uma escola preparatória de quadros e em simultâneo vários militares do batalhão frequentaram estágios de preparação técnica, nas áreas mais diversas consideradas de interesse significativo para o aprontamento (CEME, 2001).

A segunda fase orientou-se para o treino colectivo, onde houve preocupação de por escalões (secção, Pelotão e companhia) trabalhar as técnicas utilizadas nas operações de apoio à paz. Esta fase terminou com o exercício final de aprontamento Hermes 01/01, na Serra da Padrela. A terceira fase consistiu-se no planeamento e preparação do embarque para Timor-Leste (CEME, 2001).

2º Batalhão de Infantaria Pára-quedista da BAI

ORGANIZAÇÃO

Embarcaram para o TO de TL um total de 495 militares do Exército, acrescidos de 155 militares da armada. Estavam divididos na seguinte estrutura orgânica do 2º BIPara: Comando, duas Companhias de Atiradores Pára-quedista, uma Companhia de Comando e Serviços, um Destacamento de Engenharia, um Destacamento de Operações Especiais e foi reforçado com uma Companhia de Fuzileiros da Armada (Azevedo, 2004).

APRONTAMENTO

O aprontamento do 2º BIPara teve início em Janeiro de 2002 na AMSJ. Tal como os batalhões anteriores, o seu aprontamento procedeu-se segundo as duas fases de aprontamento (Azevedo, 2004).

Na primeira fase procedeu-se ao nivelamento da força em termos de conhecimentos e procedimentos, intensificaram a instrução de tiro aos militares e alguns militares estágios e cursos de preparação técnica, como os condutores e os operadores rádio. (Azevedo, 2004)

Na segunda fase passou-se para o treino colectivo, nomeadamente ao nível do escalão pelotão, companhia e Batalhão, terminando a avaliação do batalhão no exercício final de aprontamento (Azevedo, 2004).

1º BATALHÃO DE INFANTARIA DA BMI

ORGANIZAÇÃO

O batalhão estava organizado em duas companhias de atiradores, num comando e estado-maior, uma companhia de apoio, uma companhia de fuzileiros, um módulo de engenharia e um módulo de Operações Especiais (1BI/BMI, 2003).

APRONTAMENTO

O aprontamento seguiu as duas fases. Numa primeira fase ao nível individual preparam-se os militares para a técnica individual do combatente individualmente. Seguidamente na segunda fase preparam-se os militares para as tarefas que iam ser exigidas ao nível do patrulhamento e ao nível da montagem de segurança a pontos sensíveis, controlo de itinerários. No fundo, para as tarefas que teriam que ser executadas no TO. Também foi revistas situações para reagir ou actuar em combate mais convencional (CEME, 2002).

Uma parte ao nível do aprontamento que o batalhão desenvolveu foi a consciencialização dos militares para o ambiente e características próprias Timor e a postura e forma correcta que os militares tinham que tomar. Isto foi conduzido no dia-a-dia com a instrução, palestras e exercícios (1BI/BMI, 2003).

AGRUPAMENTO (AGR) FOXTROT DA BLI

ORGANIZAÇÃO

O Agrupamento FOXTROT tinha como composição orgânica um Comando e Estado-Maior, uma Companhia de Apoio, uma Companhia de Fuzileiros, uma Companhia de Atiradores e um Esquadrão de Reconhecimento. Era constituído por um total de 495 militares do Exército, acrescido de 150 militares da Armada (Agr FOXTROT, 2003).

APRONTAMENTO

Iniciou o seu aprontamento em Fevereiro de 2003, em Chaves, de acordo com a directiva do escalão superior⁶³. Este decorreu em duas fases. A primeira fase entre Fevereiro e Abril, com o objectivo de promover actividades de instrução destinadas a aferir, nivelar e uniformizar os conhecimentos e capacidades essenciais ao nível individual e de secção, terminando com a realização de um exercício, realizado na Serra da Cabreira, por forma a validar a instrução ministrada e a execução de tiro (CEME, 2003^a).

A segunda fase decorreu entre o mês de Abril até ao embarque da força. Teve o propósito de desenvolver actividades de instrução colectiva e treino operacional de nível pelotão e companhia. Esta fase terminou com a realização do exercício final de aprontamento HERMES 01/03 realizado na Serra da Padrela, que serviu para validar a instrução ministrada, e testar todo um conjunto de procedimentos necessários para o TO (Agr FOXTROT, 2003).

Agrupamento HOTEL da BLI

ORGANIZAÇÃO

O Agrupamento HOTEL tinha uma composição orgânica com comando e Estado-Maior, uma companhia de fuzileiros, uma companhia de atiradores, uma companhia de Comandos e uma companhia de Apoio (Ver figura 3.3). No total, compunham um efectivo de 505 militares (Agr HOTEL, 2004).

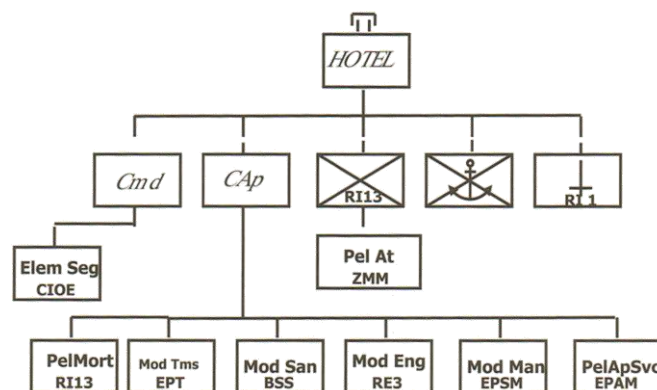


Figura D.3: Organograma do Agrupamento HOTEL

Fonte: (Azevedo, 2004, p.119)

⁶³ Directiva N°01/03 AgrFOXTROT/BLI/UNMISSET;

APRONTAMENTO

O aprontamento durou seis meses dividido em três fases. A primeira fase correspondeu ao nivelamento de conhecimentos. Depois veio uma fase de treino orientado para a missão e de seguida o embalamento do material e lançamento para o TO (CEME, 2003b).

A primeira foi direccionada para o homem, com instrução de técnica individual de combate, com a execução de tiro, formação em socorrismo, armamento, etc. Foi também nesta fase que os militares que tinham que tirar cursos específicos, como por exemplo os condutores e os operadores rádio, se deslocaram às unidades que davam formação nesse sentido (CEME, 2003b).

A segunda foi direccionada para o treino dos pelotões, companhias e Batalhão. Treinaram progressões, reacções a emboscadas, golpes de mão, etc. Essencialmente as técnicas e tácticas em operações de apoio à paz. Esta fase culminou com um exercício final de aprontamento (CEME, 2003b)

A terceira fase, correspondente ao carregamento e lançamento da força para o TO, foi realizada a organização do material e do pessoal pelas levas que iriam ser deslocadas para Timor (CEME, 2003b).

APÊNDICE E – APRONTAMENTO DE UMA FORÇA NACIONAL DESTACADA

Na sequência da fundação da NATO, em 1949, o Exército assumiu como orientação principal a adaptação da sua estrutura e dos seus procedimentos à doutrina da Aliança Atlântica. Contudo com o aparecimento da guerra do Ultramar, a prioridade transferiu-se e consequentemente ajustou-se para responder às exigências de um conflito armado. Após este episódio da história portuguesa, o Exército focalizou-se de novo no empenhamento na Aliança Atlântica, tornando-se mais apto a participar na satisfação dos compromissos internacionais assumidos por Portugal (Azevedo, 2004).

Com o fim da Guerra Fria e a consequente emergência da conflitualidade regional e inter-étnica, a Aliança iniciou a sua transformação estrutural e as Forças Armadas empreenderam uma evolução no sentido de responderem aos novos desafios do ambiente estratégico, através de missões de apoio à paz e de operações de estabilização fora dos territórios nacionais. Assim, no início da década de noventa as alterações estruturais do Exército orientaram-se para o cumprimento dessas missões, mantendo-se activo e empenhado no contributo do País para responder às novas dimensões da segurança internacional no quadro da ONU, da NATO e da União Europeia (UE). (Azevedo, 2004)

“Uma Força destacada para um TO, com o objectivo de manter a paz, deve possuir as capacidades que lhe confirmam uma certa flexibilidade operacional e que viabilize uma rápida transição para uma operação mais “musculada”. (Sousa, 2008, p.6).

Apesar de a natureza das OAP ser específica, o ambiente onde se desenrolam é complexo e perigoso, e por isso requerem o mesmo tipo de aptidões que as operações convencionais (IAEM, 1996).

Ao Comandante de uma FND compete garantir que a preparação da sua unidade se faça por forma à mesma adquirir as capacidades militares necessárias para cumprir, no TO, a sua missão. Assim, o Comando e o EM de uma FND deve, antes mesmo de iniciar a sua preparação, analisar os documentos em vigor no TO, tais como: o “Mandato da Força”, “Ordens de Operações”, “Regras de Empenhamento”, “Restrições de Emprego da Força”, protocolos com outras Forças, etc. Depois disso, é importante procurar informação actualizada sobre o TO, devendo estabelecer contactos com a Força Nacional que, no momento, lá estiver (se for esse o caso), ou com outras que lá actuem. Essa informação é importante para orientar a forma como se deve treinar a FND (Sousa, 2008).

O aprontamento (instrução e o treino) para uma missão de OAP é distribuído normalmente por duas fases:

- A primeira, a da instrução Técnica e Nivelamento, é generalizada a todo o militar ou unidade que vai participar na OAP, destina a fornecer-lhe os conhecimentos genéricos acerca das OAP (IAEM, 1996).
- A segunda, treino orientado para a missão, procura-se adequar a instrução à operação em que se vai participar, fornecendo ao contingente toda a informação específica (IAEM, 1996).

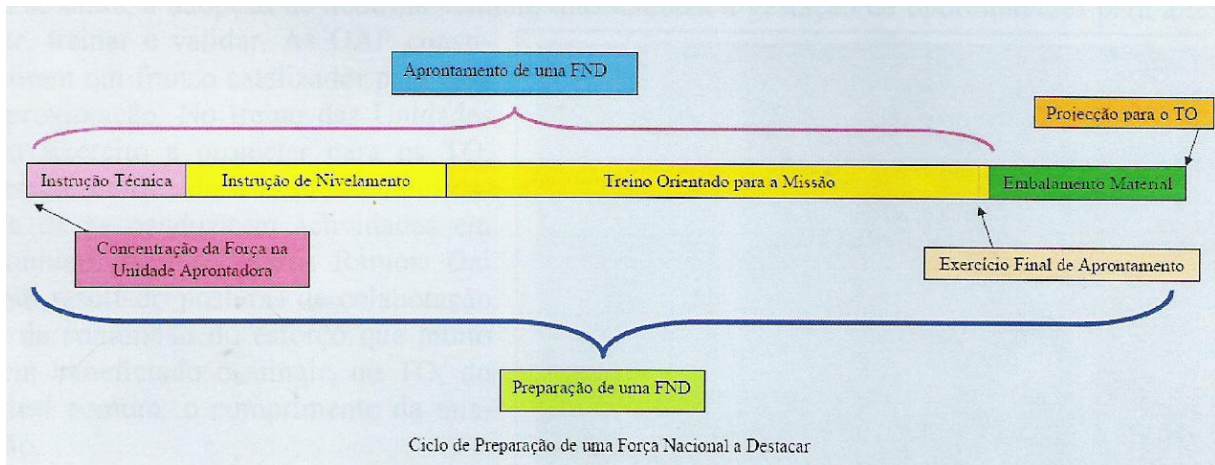


Figura E.1: Esquema do faseamento do Aprentamento

Fonte: (Sousa, 2009, p.15)

A primeira fase é a base da eficiência da força. Constitui a parte em que os militares adoptam uma perspectiva global correcta do entendimento da missão. A finalidade do treino deverá ser o melhoramento das qualidades individuais do executante. O treino e instrução destina-se a dar uma formação base comum a todos os que vão integrar a missão. Tendo em conta o carácter multinacional da participação em OAP, a instrução básica é o primeiro passo no qual se tenta atingir a interoperabilidade da força (IAEM, 1996).

Esta fase é organizada em três áreas distintas: Conhecimentos gerais, que se destinam a todos os militares pertencentes à força, onde eles são instruídos sobre a doutrina e conceitos de OAP, o papel da ONU e de outras organizações internacionais envolvidas na operação e o contexto legal da mesma. A atitude, que se destina a fornecer os conhecimentos em relação às características específicas, tais como a postura profissional, a disciplina, o bom senso, a restrição, a paciência e a atitude flexiva, essenciais durante a operação. Por fim as técnicas profissionais, que se destina à aprendizagem das técnicas e procedimentos operacionais (IAEM, 1996).

Pertencem-te ainda à primeira fase vem a instrução técnica, para os militares que de acordo com a função que possam vir a cumprir necessitam de um conjunto de habilitações próprias e inerentes a essa função, como por exemplo, operador de Centrais Telefónicas,

Criptografia, transporte de matérias perigosas, observadores militares, condutores, socorristas, etc (Sousa, 2008).

A segunda fase deve complementar as fases anteriores, procurando identificar as áreas a completar, ou que sejam pertinentes a desenvolver. Procura-se que a força adquira formas de actuar que lhe permita cumprir a sua missão. Incide, essencialmente, no conhecimento dos normativos em vigor no TO, no treino de tácticas específicas (como sejam os golpes de mão, os cercos e buscas, os Check-points, etc.) e em outras áreas importantes (Sousa, 2008).

A esta fase pertence ainda o treino colectivo onde se valida os níveis do treino individual e a prática do desempenho das acções colectivas. Deve culminar com uma actividade, denominada Exercício Final de Aprontamento (IAEM, 1996).

APÊNDICE F – ACTIVIDADES CIMIC DESENVOLVIDAS

1º BATALHÃO DE INFANTARIA PÁRA-QUEDISTA DA BAI

Ao nível das Actividades de cooperação Civil-Militar pouco temos a destacar. Como já referimos anteriormente, este batalhão foi o primeiro a entrar no teatro de operações, o que acarreta todo um conjunto de acções que implica que outras, consideradas secundárias como a cooperação civil-militar, fiquem para segundo plano. Contudo a célula CMA do batalhão trabalhou sobretudo no levantamento das necessidades de apoio humanitário, projectos de reconstrução de infra-estruturas e interacção com todo o tipo de organizações presentes no teatro de Operações. Ainda assim temos a referir o módulo de engenharia, que trabalhou sobretudo na construção de infra-estruturas para as forças militares, mas também começou a limpeza e reconstrução de vias de comunicação estradais (Azevedo, 2000).

2º BATALHÃO DE INFANTARIA PÁRA-QUEDISTA DA BAI

A actividade inicial da secção no TO foi baseada numa divisão da AOR da célula CIMIC do batalhão a dividir-se em duas partes com os oficiais CIMIC a assumirem cada uma das partes. Numa primeira fase a actividade CIMIC em conjugação com a HUMINT⁶⁴ esteve voltada para junto das populações com o objectivo de obter informações relativas aos grupos de Milícias. (RFM, 2BIPara, 2000) O próprio comandante do Batalhão, Coronel Marquilhas, diz na entrevista que *“muitas foram as operações onde a capacidade CIMIC foi usada em conjugação com as informações como meio de aceder á população.”* (Marquilhas, 2010)

Numa segunda fase e de acordo com a nova intenção do comandante da PKF a célula CIMIC do Batalhão adoptou a estrutura definitiva. Esta estava orientada para a actividade dos centros de Operações Distritais (DOC) (2BIPara/BAI, 2000).

Ao nível de projectos desenvolvidos, vamos aqui descrevê-los segundo os campos de actividades referidos no primeiro capítulo (2BIPara/BAI, 2000).

- Assistência humanitária:

Fornecidos pelos meios do batalhão e embora não tivéssemos verba própria para o fornecimento de alimentação foi possível desenvolver alguma actividade nesse sentido com uma criteriosa gestão dos excedentes do Batalhão. Desta forma, o batalhão distribuí-o

⁶⁴ Human Intelligent

cerca de 20 toneladas de géneros alimentares. A distribuição era feita através de organizações religiosas e entrega directa à população por parte das patrulhas. Foi também distribuído às pessoas carenciadas pelas patrulhas roupa (calças nº2 e sapatos de ginástica) de um lote antigo de fardamento excedentário do Exército. Fruto de uma campanha levada a cabo em Portugal, o 2BIPara recebeu cerca de 4000 prendas para distribuir pelas crianças Timorenses na quadra Natalícia. Ao nível das ONG`s existentes no TO, o Batalhão forneceu escoltas militares quando o estado de segurança a isso obrigava.

- Apoio Sanitário:

O Batalhão contribui-o, em termos de apoio à população local com o seu módulo Sanitário através de consultas, tratamentos de enfermagem e evacuações de emergência. Disponibilizou o seu aparelho de RAIÓ-X para o rastreio da tuberculose, doença essa com enorme incidência na área de Maubisse. O módulo também se deslocava aos locais de residência das populações acompanhando as patrulhas para assim fornecer cuidados de saúde aos mais desfavorecidos e deslocados. O 2BIPara conduziu ainda o grosso dos exames clínicos para a selecção das forças de Defesa de Timor-Leste (FDTL).

- Programas educacionais:

Contribuímos com dois projectos de reconhecida importância. O primeiro foi o programa de treino não militar às FALINTIL. Este programa de treino visou proporcionar aos elementos uma formação adequada a possibilitar a reintegração na sociedade civil facultando-lhes conhecimentos em áreas tão diversas como a informática e os primeiros socorros. O segundo foi o programa de aperfeiçoamento Sanitário que visou melhorar as capacidades técnicas dos enfermeiros das FALINTIL. Ainda apoiamos os professores portugueses nos deslocamentos às escolas fornecendo segurança enquanto davam aulas.

- Trabalhos de Engenharia:

Numa primeira fase, o módulo de engenharia trabalhou sobretudo na melhoria das condições de vida das nossas posições e numa segunda fase na ajuda do desenvolvimento de TL. Construímos ao todo 7 escolas, 2 bibliotecas, 1 alojamento para professores, 5 contentores para reunião do armamento da FDTL e respectiva vedação exterior, reconstruímos um troço da estrada SAME-BETANO, e reconstruímos da estrada ALAS-WEDAUBEREC e removemos de aluimentos de terra em diversas ocasiões.

2º BATALHÃO DE INFANTARIA DA BLI

Tal como na missão anterior a articulação do CMA estava orientada para a actividade dos DOC. A organização consistia na célula CIMIC do Batalhão era planejar, coordenar e aplicar os recursos e facilidades à disposição mantendo a ligação com as autoridades locais, população, OI, ONG com a finalidade de criar um ambiente de estabilidade que permitisse o desenvolvimento das instituições e infra-estruturas do futuro estado de Timor-Leste (2BI/BLI, 2001).

Face à importância deste tipo de actividades, os elementos que estavam na Secção de Vigilância do Campo de Batalha (VCB) integraram nas diferentes equipas CMA do Batalhão. Para cumprir a sua missão a célula apoiava-se no destacamento de Engenharia, no núcleo sanitário e em equipas das companhias distribuídas pelo Sector Central. Ao nível de projectos desenvolvidos, vamos aqui descrevê-los segundo os campos de actividades referidos no primeiro capítulo (Sousa, 2003)

- Engenharia

Os trabalhos de engenharia visaram sobretudo a identificação, estudo e execução de projectos de reconstrução e reabilitação de infra-estruturas aproveitando a capacidade restante de laboração do destacamento de Engenharia do Batalhão muitas vezes em concordância com projectos, neste âmbito executados pelas OI e ONG's.

- Assistência Humanitária

O Módulo Sanitário desenvolveu, sozinho ou em coordenação com ONG da área da saúde, avaliação e gestão de pedidos de apoio. A Rádio Difusão Portuguesa, através do Batalhão, fez a distribuição de receptores rádio. Visionando o período eleitoral o batalhão ajudou as entidades civis no recenseamento da população e acompanhou o período eleitoral, nomeadamente na recolha de informações que influenciassem as operações militares.

- Assistência de refugiados

A chegada de refugiados a Timor era uma situação que exigia especial atenção do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (UNHCR) e as forças portuguesas em coordenação com elas ajudavam na reintegração destes elementos, através da monitorização, apoio, acompanhamento e registo de movimentos de regresso.

- Programas educacionais:

Antes de partir para a missão o batalhão já tinha uma parceria com a escola agrária de Viseu, que tendo a presença de alguns professores em Timor-Leste promoveram a cultura do café dinamizando-se a formação da população local nesta actividade. Ao mesmo tempo pelo batalhão foi feita a distribuição de ferramentas agrícolas e de material didáctico nas escolas.

- Cursos e acções de formação

Para completar o conhecimento e o nível de proficiência das células CMA do Sector Central e do Batalhão o escalão superior (PKF) desenvolveu um curso CMA dado pela sua célula de Estado-Maior

- Patrulhas CMA

As patrulhas CMA eram uma fonte importante quer na detecção de problemas existentes, quer na recolha de informação.

1º BATALHÃO DE INFANTARIA DA BLI

A organização do batalhão ao nível da CMA consistia na célula do Batalhão com a missão de coordenar os projectos e actividades na AOR e na região de Díli e em equipas CMA em cada uma das subunidades do Bat, com a missão de coordenar os projectos e as actividades desenvolvidas na respectiva AOR (1BI/BLI, 2001)

Através desta organização, o Bat teve capacidade de implementar as actividades em todos os distritos para manter estreita ligação com as Autoridades da Administração Local, Chefes de Suco, UNPOL⁶⁵, ONG e Autoridades Religiosas, para, através de acções de apoio à ajuda humanitária, conquistar a confiança e conseguir a cooperação da população. Neste sentido foi desenvolvido, através da cadeia de comando e otimizando os meios e tempo disponível, um conjunto de projectos e actividades planeadas e inopinadas, que se revelaram de grande importância. A execução destes projectos de CMA baseou-se sobretudo nos meios humanos e materiais da companhia de Apoio e no Destacamento de Engenharia. Ao nível das subunidades são de destacar as patrulhas, que para além de executarem as tarefas de manutenção de segurança, se constituíram como unidades de execução de CMA, tendo desempenhado um papel primordial no estabelecimento de contactos e prestação de apoio sanitário às populações dessas regiões (1BI/BLI, 2001).

Em relação aos projectos desenvolvidos temos a referir os seguintes:

⁶⁵ Entidade primariamente responsável pela manutenção da lei e ordem em Timor-Leste.

- Engenharia

No respeitante ao Plano de Reconstrução Vertical e Horizontal, respeitou-se o Plano de Acção Social superiormente aprovado por despacho de S.Ex.^a o GEN CEMGFA, e efectuou-se a intervenção nesta área em conformidade com as necessidades de informação e a capacidade do Módulo de Engenharia e de acordo com as prioridades constantes do plano de pesquisa, concretizou-se a reconstrução de diversas instalações, como a Escola do Alto do Hospital, a Escola de MAUBISSE, o Monumento à Independência, o Centro Juvenil de S. TARCISO, o Tribunal de GLENO, o Mausoléu de AILEU e o Jardim de 20 de Maio.

- Assistência Humanitária

Colaborou-se com as OI e ONG a operar na AOR do Batalhão na ajuda humanitária, através da iniciativa própria de distribuição de alimentos e outros bens de primeira necessidade e prestou-se cuidado de saúde e acompanhamento nas campanhas de vacinação, nos vários distritos da AOR, em estreita coordenação com a actividade operacional do Bat. Acções de apoio à população civil do Módulo Sanitário. Acções de distribuição de livros, comida e bens de primeira necessidade, assistência médica e realização de actividades culturais na Ilha de ATAÚRO.

- Assistência de refugiados

No apoio aos refugiados o Bat desenvolveu uma base de dados relativa a cada distrito e ao mesmo tempo apoiava a UNHCR no processo de repatriamento, reconciliação e reintegração dos refugiados no movimento de regresso de refugiados ao território

- Cursos e acções de formação

Apoiaram-se acções de Formação Profissional na área dos Primeiros Socorros, da Mecânica, da Carpintaria, da Electricidade, da Canalização e do Serviço de Restaurante e, em estreita coordenação com a Missão Agrícola Portuguesa, deu-se continuidade à instalação e desenvolvimento dos dois centros de viveiros de Café, em MAUBISSE e SAME. Implementaram-se programas educacionais na área da Agricultura, da Educação Física, do Ambiente e do Português, com vista a sensibilizar a população para as questões de preservação dos ecossistemas e iniciação e aprofundamento da Língua Portuguesa. Para os militares do batalhão responsáveis pela área CMA participaram na conferência CMA realizada no Sector Oeste.

- Patrulhas CMA

Condução de patrulhas regulares para recolha de informação, que contribuísse para a protecção da força (tarefa prioritária).

- Socialização e animação cultural

Desenvolveu-se programas de carácter cultural, através da música e do teatro, com vista a estabelecer uma relação mais próxima com as populações e divulgar a cultura portuguesa. O capelão do Batalhão desenvolvia também acções de apoio religioso em toda a AOR.

1º BATALHÃO DE INFANTARIA DA BMI

O Batalhão organizou a sua componente de CMA com uma célula de CMA de estado-maior composta por um capitão, um sargento e duas praças. Ao nível das companhias havia uma equipa CMA em cada uma delas constituído por um oficial e um sargento (1BI/BMI, 2003).

A missão dividia-se em duas vertentes, uma humanitária e outra de recolha de informação. Vivíamos num ambiente de necessidade de obter informação e uma das melhores formas era o CMA, recompensando o chefe de suco no terreno (1BI/BMI, 2003).

Em relação aos projectos desenvolvidos temos a referir os seguintes (1BI/BMI, 2003):

- Engenharia

A nível da engenharia para além do apoio à reconstrução de troços de estrada, há um projecto levado a cabo de realce. A pedido da cruz vermelha e em coordenação com as autoridades locais realizou-se a reconstrução de um edifício destinado à cruz vermelha montar um posto de socorro.

- Assistência Humanitária

Colaborou-se com as OI e ONG a operar na AOR do Batalhão na ajuda humanitária, através da distribuição de alimentos, nos locais mais isolados da AOR.

- Cursos e acções de formação

O módulo de Operações Especiais desenvolveu um curso de Técnicas de montanhismo para ministrar aos Bombeiros. Através do programa português do instituto Camões com a

presença de mais de uma centena de professores a dar aulas pelas aldeias mais isoladas e com menos acesso à educação. Apoiou-se nos deslocamentos e segurança dos mesmos.

- Socialização e animação cultural

Desenvolveu-se programas de carácter cultural, através da música e do teatro, com vista a estabelecer uma relação mais próxima com as populações e divulgar a cultura portuguesa, como a primeira exposição do livro lusófono, uma feira do livro montada pelo Batalhão em coordenação com os professores portugueses.

AGRUPAMENTO FOXTROT DA BLI

O conceito de CMA desenvolvido pelo Agrupamento consistia em desenvolver pela cadeia de comando, um conjunto de projectos e actividades, planeados e inopinados, em apoio das Operações em curso, tendo como objectivos a manutenção da confiança do povo timorense e a recolha de informações (Agr FOXTROT, 2003, p. 121).

A organização no TO do CMA consistia numa célula do PORBATT/EASTBATT, que coordenava pela cadeia de comando os projectos e actividades CMA, e em quatro equipas, correspondentes a cada uma das subunidades, constituídas por elementos orgânicos destas. No mínimo, a constituição destas equipas deveria ser de um oficial e de um sargento e o comandante da subunidade era o responsável pelas acções CMA na sua área de responsabilidade (Agr FOXTROT, 2003, p. 121).

A missão da célula CMA era *“Planear, preparar e executar ou coordenar acções de cooperação Civil-Militar, por forma a criar ou reforçar as condições psicológicas, materiais e tácticas favoráveis à actuação operacional do Agrupamento em toda a área de operações (...).”* (Agr FOXTROT, 2003, p. 121).

Com esta missão o comandante pretendia conjugar a actividade operacional e CMA para junto das populações para obter informações sobre a localização de focos de tensões existentes ou latentes. Além disso, queria que a actividade CMA mantivesse estrita ligação com as Autoridades da Administração local, Chefes de Suco, ONG`s, OI`s e autoridades religiosas, para através de acções de apoio à ajuda humanitária conquistar a confiança e conseguir a cooperação da população. (RFM, Agr FOXTROT, 2003, p. 121)

Para a sustentação das actividades o Agrupamento apoiou-se na Companhia de Apoio, no Módulo Sanitário e no Módulo de Engenharia. Em relação aos projectos desenvolvidos temos a referir os seguintes:

- Engenharia

Ao nível de projectos de engenharia, o agrupamento identificou, estudou e manteve a execução de projectos de reconstrução e reabilitação de infra-estruturas, aproveitando a capacidade restante do Modulo de Engenharia, ou apoiando projectos neste âmbito de OI ou ONG. Os projectos desenvolvidos de destaque são as terraplanagens de terreno, a construção de um polidesportivo descoberto, a limpeza e remoção de entulhos e escombros, demolição de construções de alvenaria e o rebaixamento do leito do rio “*Motta Bemori*” e reforço das margens.

- Assistência Humanitária

O Modulo de Sanitário fez a prestação de cuidados de saúde em prol da sociedade timorense, colaborando algumas vezes essa ajuda com outras agências da área da saúde. É de destacar o acompanhamento nas campanhas de vacinação em toda a AO. O agrupamento também efectuou distribuição de géneros alimentares sobranes, roupas, livros e bens de primeira necessidade.

- Assistência de refugiados

Apoiar a UNMISSET e outras Agências das NU na recepção, processamento e segurança durante o movimento de refugiados para ou através do sector.

- Cursos e acções de formação

Apoiou acções de formação Profissional na área de informática, desportiva, medicina preventiva de doenças tropicais e ainda de protecção civil. Implementou programas educacionais na área da Educação Física e Língua Portuguesa com vista a sensibilizar a população para o desporto e aprofundamento da Língua Portuguesa.

- Patrulhas CMA

Recolha de informação, contribuindo para a protecção da força.

- Socialização e animação cultural

Através da montagem de exposições, sessões de cinema, cursos de computadores, actividades desportivas e o ensino da música apoiou-se a divulgação da língua portuguesa. O capelão do Agrupamento realizou também cerimónias eucarísticas em toda a AO.

AGRUPAMENTO HOTEL DA BLI

O conceito de CMA desenvolvido pelo Agrupamento consistia em desenvolver pela cadeia de comando, um conjunto de projectos e actividades, na área de operações do Agr.

Tal como o agrupamento interior a organização no TO do CMA consistia numa célula do EASTBATT, que coordenava pela cadeia de comando os projectos e actividades CMA, e em quatro equipas, correspondentes a cada uma das subunidades, constituídas por elementos orgânicos destas. No mínimo, a constituição destas equipas deveria ser de um oficial e de um sargento e o comandante da subunidade era o responsável pelas acções CMA na sua área de responsabilidade (Agr HOTEL, 2004).

No cumprimento da missão, a célula CMA, teve como principal sustentação a Companhia de Apoio, o Módulo Sanitário e o Módulo de Engenharia (Agr HOTEL, 2004).

Segundo o RFM do agrupamento HOTEL a missão da célula CMA consistia em *“planear, coordenar, supervisionar e executar todas as acções de cooperação Civil - Militar, de forma a criar ou a reforçar as condições psicológicas, materiais e tácticas favoráveis à actuação operacional do Agr em toda a AOp. Quando determinado, actuou em reforço ou proveito da célula CMA/PI da PKF. A Secção de Assuntos Cíveis colaborou na execução do protocolo das cerimónias conduzidas pelo EASTBATT e, à ordem, actuou como Órgão de Informação Pública junto dos Órgãos de Comunicação Social.”* (Agr HOTEL, 2004, p.37).

Com esta missão o comandante pretendia implementar a actividade CMA em toda a AO e manter estreita ligação com as Autoridades da Administração local, Chefes de Suco, UNPOL, ONG's, OI's, Órgãos de Comunicação Social e Autoridades Religiosas, para através de acções de apoio à ajuda humanitária conquistar a confiança e conseguir a cooperação da população (Agr HOTEL, 2004).

Em relação aos projectos desenvolvidos pelo CMA temos a referir os seguintes:

- Engenharia

Em apoio da população, ONG, OI, o módulo de engenharia trabalhou em projectos de reconstrução e mobilidade. Os que tiveram maior destaque foram a construção de raiz de um jardim-de-infância, a reparação da torre de instrução do centro de instrução das F-FDTL, reparação do edifício destinado à implementação da Biblioteca Distrital em Aileu, o apoio à Agência Brasileira de Cooperação na remoção da estrutura de cobertura do Centro Educacional Profissional em Becorá, reparação de buracos nas estradas de Dili, com a presença e respectiva transferência de ensinamentos, de elementos do ministério dos transportes, comunicações e obras públicas.

- Assistência Humanitária

Ao nível sanitário prestou-se apoio clínico, dividido em dois tipos de actividade. Um diariamente nas estruturas físicas do Agr com o atendimento médico e de pequena cirurgia e programado, realizado fora dessas instalações. Dentro deste último grupo, regularmente, realizavam-se acções de apoio médico e de enfermagem a populações isoladas nas povoações mais isoladas.

Ao nível da ajuda humanitária de bens de primeira necessidade, o Agr em colaboração com as OI e ONG a operar no terreno distribuíram géneros alimentares excedentes e outros bens considerados de primeira necessidade à população local. Também distribuíram material escolar às escolas de toda a AO.

- Cursos e acções de formação

Apoio em acções de formação Profissional nas áreas da Informática, desporto, medicina preventiva de doenças tropicais. Implementação de programas educacionais na área do desporto e Língua Portuguesa, com vista a sensibilizar a população para estas vertentes.

- Patrulhas CMA

As patrulhas nos seus deslocamentos às áreas mais remotas procuravam recolher informação para a protecção da força.

- Socialização e animação cultural

Realização de eucaristias em diversos locais e igrejas de Timor, pelo capelão. Também, através do Capelão, o Agrupamento prestou serviços e apoios a instituições religiosas.

APÊNDICE G – MISSÕES E TAREFAS DAS FND NO TO DE TIMOR-LESTE

1º BATALHÃO DE INFANTARIA PÁRA-QUEDISTA DA BAI

O batalhão tinha por missões manter um ambiente seguro, efectuar o desarmamento e a desmilitarização de grupos armados, apoiar a manutenção da integridade do território e prestar apoio em actividades humanitárias. Como primeiro batalhão a entrar num novo teatro de operações teve uma dificuldade acrescida, tanto a nível operacional como a nível logístico. Apesar do atraso, devido aos tais problemas logísticos, da chegada dos militares ao território, o batalhão procedeu de imediato a um conjunto de acções para facilitar a coordenação e não comprometer a actividade operacional do batalhão. Para isso efectuou de imediato contactos e patrulhas conjuntas com as unidades operacionais das forças da INTERFET em Díli, para recolher toda a informação possível que facilitasse a substituição em posição das forças italianas, australianas e quenianas. Contactou as autoridades civis para estabelecer uma ligação estreita e começaram a fazer o levantamento das necessidades de apoio humanitário mais urgentes no distrito de Díli, apoiando com os meios adequados disponíveis, acções de carácter humanitário e programas de reconstrução de infra-estruturas (Azevedo, 2004).

Só ao fim de algum tempo é que as condições de segurança permitiram que o Batalhão procedesse ao reposicionamento de forças nos Distritos de Aileu, Ainaro, e Manufahi. Ao longo do tempo da missão as operações efectuadas visaram sobretudo a captura de civis armados destabilizadores, marcar uma forte presença e no decurso das operações montar vários postos de observação e radares de vigilância do campo de batalha em locais dominantes e sobre os itinerários mais prováveis de passagem. O batalhão acabou a missão a Agosto de 2000 (Azevedo, 2004).

2º BATALHÃO DE INFANTARIA PÁRA-QUEDISTA DA BAI

As forças foram colocadas na área de operações do sector central com vista a uma presença militar em todos os distritos que compõem o sector (2BIPara/BAI, 2000).

Inicialmente as principais tarefas do Batalhão eram manter a segurança na sua área de operações (tarefa prioritária e principal), conduzir patrulhas de segurança e reconhecimento, conduzir operações de detecção e limpeza de actividades de milícias, manter uma presença militar permanente em todos os distritos do sector, apoio à CIVPOL na manutenção da lei e ordem, especialmente na cidade de Díli, assistir as Agências das Nações Unidas na recepção de refugiados/retornados garantindo segurança na chegada ao

porto e Aeroporto de Dili, escolta dos mesmos até ao Centro de Recepção de Refugiados e revista das respectivas bagagens, assistir as Agências das Nações Unidas na escolta de refugiados/retornados entre de Refugiados e as localidades de destino, conduzir actividades de cooperação Civil-militar e garantir segurança a seis pontos sensíveis⁶⁶ (2BIPara/BAI, 2000).

Contudo, a meio da missão um novo conceito de operação foi emanado pelo comando da PKF, baseado em cinco aspectos fundamentais (2BIPara/BAI, 2000):

- Capacidade para manter uma presença permanente em cada sub-distrito
- Meios para manter uma presença regular em cada sub-distrito
- Capacidade para criar e manter equipas de CIMIC em cada sub-distrito
- Utilização de forças de Operações especiais com as equipas CIMIC
- Utilização das Falintil

2º BATALHÃO DE INFANTARIA DA BLI

A missão do batalhão consistia essencialmente em manter a segurança na sua área de responsabilidade. Era ainda responsável por garantir um Pelotão reserva com 12 h de “*Notice to Move*” (NTM) ⁶⁷, garantir uma “*Quik Reaction Force*” (QRF)⁶⁸ com 30 minutos NTM, garantir uma UEC como reserva do comandante da PKF com 24 horas de NTM, manter estreita ligação com a CIVPOL e garantir segurança a cinco pontos sensíveis⁶⁹ (2BI/BLI, 2001).

Para dar resposta à sua missão em toda a área de operações o batalhão conduzia patrulhas de reconhecimento e segurança em áreas remotas em conjugação com as actividades CMA, utilizando infiltração e exfiltração aérea. Com estas operações conseguiu manter uma presença constante junto da população conseguindo assim detectar a presença e o movimento de milícias armadas (CSC e 3ºCNT, 2002).

O 2º BI/BLI cumpriu excepcionalmente um período de missão de oito meses como consequência da necessidade se assegurar as melhores condições possíveis para a realização das primeiras eleições livres do povo de Timor (2BI/BLI, 2001).

⁶⁶ Heliporto de Dili, Local de Reabastecimento de água, Hospital Militar das NU, Aeroporto de Dili, Centro de Recepção de Refugiados, Repetidores de Bissilau, Russulau e Bazartete.

⁶⁷ Tempo de preparação para uma força estar pronta a sair para a missão.

⁶⁸ Força de intervenção Rápida

⁶⁹ Heliporto de Dili, Local de Reabastecimento de água, Hospital Militar das NU, Aeroporto de Dili e Centro de Recepção de Refugiados

1º BATALHÃO DE INFANTARIA DA BLI

O Batalhão desenvolveu a sua actividade enquadrado, até 29Abr02, no Sector Central (Comando Português) da PKF, e após 29Abr02 dependendo directamente do Comandante da PKF. Para além disso a missão do 1BI teve vários marcos significativos devido essencialmente à redução⁷⁰ de efectivos (7 000 para 5 000) por parte da PKF/UNTAET e o consequente reajustamento do dispositivo⁷¹. A realização das primeiras eleições presidenciais e as cerimónias da independência de Timor-Leste a 20 de Maio de 2002 (1BI/BLI, 2002).

A missão do batalhão consistia em *“conduzir a partir de 12Out01, na sua Área de Responsabilidade, operações de Segurança, com a finalidade de estabelecer um ambiente pacífico e seguro, e apoiar a Administração Transitória, o Alto Comissariado para os Refugiados e outras agências das NU no regresso e reintegração de refugiados.”* (1BI/BLI, 2002, p.1).

Contudo foram dadas mais duas missões adicionais ao Batalhão, respectivamente, a manutenção de uma companhia a dois pelotões preparada para constituir reserva do comandante da PKF e garantir segurança a cinco pontos sensíveis na região de Díli⁷² (1BI/BLI, 2002).

Para o cumprimento da missão foram identificadas cinco tarefas fundamentais que, na sua génese, se mantiveram constantes ao longo de toda a operação. A garantia da segurança da AOR, o desenvolvimento de actividades CMA sempre em prol das operações e em perfeita coordenação com estas, o apoio à UNHCR, e outras agências a operar no terreno, no regresso dos refugiados, dar sempre a mais elevada prioridade à protecção da força e a manutenção em permanência dos mais elevados padrões de comportamento e de profissionalismo (1BI/BLI, 2002).

2º BATALHÃO DE INFANTARIA PÁRA-QUEDISTA DA BAI

Com a independência de Timor a missão da UNTAET termina, contudo o Conselho de Segurança da ONU aprova uma nova missão para o território, a *“United Nations Mission of Support in East Timor”* (UNMISET). Esta missão tinha como finalidade de continuar a providenciar o apoio à segurança externa e à integridade do território de Timor-Leste, garantindo a gradual transição de responsabilidades da UNMISET para a F-FDTL e para as respectivas autoridades da administração pública (Azevedo, 2004).

⁷⁰ Foram repatriados os contingentes da KENCET, do PHILBAT e do JORBATT.

⁷¹ O Batalhão português ficou com a responsabilidade da área de operações da KENCET e do PHILBAT e repatriou 155 militares.

⁷² Aeroporto de COMORO, Heliporto de Díli, Hospital militar da PKF, Local de captação e Reabastecimento de Água, Local de processamento de refugiados.

Em consequência do alargamento da área de operações à responsabilidade portuguesa, foi entregue às autoridades locais timorenses as instalações de Manatuto, Same e Ainaro.

A missão do contingente português também sofreu alterações significativas, passando agora a ser *“o 2BI Para conduzir operações de segurança na sua área de responsabilidade, para apoiar a ONU e outras agências das Nações Unidas na consolidação de uma República Democrática de Timor-Leste independente.”* (Azevedo, 2004, p.139).

Do conjunto de actividades que desenvolveram destacam-se a segurança a pontos sensíveis, as patrulhas efectuadas pela reserva do batalhão à área de responsabilidade para se familiarizar com toda a área de operações e as acções de apoio às autoridades policiais no reforço da segurança (Azevedo, 2004).

Em Dezembro de 2002 verifica-se outro aumento da área de responsabilidade ao batalhão português. A partir dessa altura o batalhão passou a assumir a responsabilidade de nove dos treze distritos de Timor-Leste, o que significava, no seu conjunto 80% do território de Timor-Leste. O 2BI Para volta a reorganizar o dispositivo, destacando em permanência, um efectivo de 2 pelotões para Baucau (Azevedo, 2004).

1º BATALHÃO DE INFANTARIA DA BMI

O batalhão estava organizado em duas companhias de atiradores, num comando e estado-maior, uma companhia de apoio, uma companhia de fuzileiros, um módulo de engenharia e um módulo de Operações Especiais (1BI/BMI, 2003).

Quanto à missão geral era providenciar um ambiente calmo e seguro para permitir que o desenvolvimento político caminhasse para a independência de Timor (1BI/BMI, 2003).

O batalhão usou a organização de força de quadricula no terreno, de forma a que cada companhia, correspondesse a um distrito, cada pelotão correspondesse a sub-distrito e que cada secção correspondesse a um conjunto de aldeias ou de Sucos. As quadrículas eram perfeitamente delimitadas pela distribuição geográfica desses Sucos e cada uma das forças só trabalhava no dia-a-dia dentro da quadrícula que lhe era atribuída (1BI/BMI, 2003).

As principais tarefas eram a defesa de alguns pontos identificados como sensíveis, como era o caso do local de recolha de água potável, o aeroporto, a zona onde os refugiados entravam e era feita a primeira triagem (1BI/BMI, 2003).

AGRUPAMENTO FOXTROT DA BLI

A missão do PORBATT⁷³ consistia em *“conduzir operações de segurança na sua área de operações, para contribuir e apoiar a integridade territorial de TIMOR-LESTE contra uma ameaça externa. Garante uma Reserva Móvel do Comandante da PKF, de escalão companhia (-), para conduzir operações de segurança em qualquer ponto do território de Timor-Leste.”* (Agr FOXTROT, 2003, p. 89).

Durante o tempo em que decorreu a missão, o agrupamento não sofreu qualquer alteração ao nível do seu dispositivo e desenvolveu as suas actividades segundo as primeiras duas das três fases de actividades da PKF⁷⁴. A primeira fase visava contribuir para a criação de um clima de segurança na área de responsabilidade, através de uma presença permanente e credível, materializando essa presença através da ocupação física de instalações e execução de um programa de patrulhamentos motorizados e apeados, utilizando sempre que possível o conceito de função de quadrícula. Apoiar a UNMISET e outras Agências das NU na recepção, processamento e segurança durante o movimento de refugiados para ou através do sector, com a execução de escoltas, apoio médico sanitário, apoio ao transporte de refugiados, transporte de cargas e acções CMA. Após a recepção de deslocados, acompanhar a sua reintegração na área de operações do Agrupamento, através da execução de patrulhas de segurança aos locais de destino final dos refugiados (Agr FOXTROT, 2003).

Na segunda fase o conceito de operação do agrupamento visava manter a segurança na área de responsabilidade, através de uma presença permanente e credível, materializando essa presença através de uma ocupação física de instalações e execução de um programa de patrulhamentos de presença e visita com utilização sempre que possível dos meios aéreos disponíveis. As patrulhas de presença e visita diferem das primeiras essencialmente no tempo de duração das mesmas. Enquanto as patrulhas de segurança caracterizavam-se por serem de longa duração, ou seja, podiam ir até três dias, as patrulhas de presença e visita têm a duração máxima de 24 horas, e com o objectivo de se estabelecer o maior número de contacto com as populações. Esta nova tipologia de patrulhas de presença e visita requer um planeamento mais cuidado e pormenorizado, resultado da exigência de em muitos casos só serem possíveis por meios aéreos. Ainda durante esta fase o Agrupamento reduziu os seus efectivos, repatriando a 12 de Dezembro 149 militares, efectivo correspondente a uma companhia (Agr FOXTROT, 2003).

⁷³ A partir de 01DEC03, o Batalhão português passou a designar-se de EASTBATT.

⁷⁴ O conceito de Operação da PKF previa três fases até 30 de Junho de 2004, data do fim da missão da PKF em território timorense. A primeira fase até 30 de Novembro de 2003, o objectivo era impedir a concretização de ameaças e criar um ambiente de segurança, através da presença de forças nos vários distritos. A segunda fase desenrolar-se-ia entre um de Dezembro de 2003 e 19 de Maio de 2004, período no qual a PKF se empenharia no reforço da estabilidade e da segurança de Timor-Leste. A terceira fase teria lugar a partir de 20 de Maio de 2004 e consistiria no repatriamento das unidades, dando por finda a actividade operacional.

AGRUPAMENTO HOTEL DA BLI

A missão do Agrupamento consistia em *“conduzir operações de segurança na sua área de operações, com patrulhas de visita e presença, nos distritos onde não foi mantida presença física permanentemente. A partir de 1 de Maio 2004 inicia-se o processo de repatriamento e retirada do TO. Garante uma Reserva Móvel do Comandante da PKF, de Escalão Companhia e à ordem projecta forças altamente móveis em qualquer ponto da sua AOR”* (Agr HOTEL, 2004, p.3).

A estrutura do Batalhão consistia num Comando e Estado Maior em Caicoli (Díli). Este tinha uma célula CMA, que fazia CIMIC e uma célula de Operações Especiais. Em Caicoli ainda havia uma Companhia de Apoio, um pelotão de Reacção rápida (15 min NTM) e um módulo de Engenharia. Em Becorá tínhamos uma companhia de Atiradores que constituía a reserva operacional da PKF. Em Aileu a Companhia de Comandos, em Baucau a Companhia de fuzileiros (Agr. HOTEL, 2004).

As tarefas a que o Batalhão estava submetido consistia uma presença permanente e credível, materializando essa presença através da ocupação física de instalações e execução de um programa de patrulhamentos motorizados e apeados, utilizando sempre que possível o conceito de função de quadrícula e efectuar patrulhamentos de presença e visita com utilização sempre que possível dos meios aéreos disponíveis. Manter uma unidade de escalão companhia como reserva do comandante da PKF (Agr. HOTEL, 2004).

APÊNDICE H – ENTREVISTAS À AMOSTRA 1

APÊNDICE H.1 - GUIÃO DA ENTREVISTA



ACADEMIA MILITAR

Direcção de Ensino

Mestrado em Ciências Militares na Especialidade de Infantaria

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

ENTREVISTA

AUTOR: Aspirante INF Hugo Daniel da Silva Gouveia

ORIENTADOR: Coronel de Cavalaria Luís Nunes da Fonseca

LISBOA, AGOSTO DE 2010

GUIÃO DA ENTREVISTA

A presente entrevista enquadra-se no Trabalho de Investigação Aplicada (TIA) subordinado ao tema “As Forças Nacionais Destacadas e a Cooperação Civil Militar” inserido no curso para Oficial de Infantaria da Academia Militar.

1. Pode dizer-me o seu nome completo, quais as funções que desempenhou quando esteve no Teatro de Operações de Timor-Leste e qual o período da missão?
2. Como estava organizada a estrutura e quais eram a missão e tarefas cometidas ao Batalhão no Teatro de Operações de Timor-Leste?
3. Havia na estrutura do Batalhão algum órgão especificamente vocacionado para o CMA/CIMIC? Se sim, quais eram a sua missão, finalidade e tarefas?
4. Como se processou a formação no seio do Batalhão durante o aprontamento na vertente de CMA/CIMIC? Qual era a doutrina Aplicada? Existia no Batalhão elementos com formação na área CMA/CIMIC?
5. Poderia dar-me uma ideia da forma como se articulou a preparação, a calendarização, o aprontamento e que tipologia de exercícios foram conduzidos?
6. A vertente CMA/CIMIC foi tratada nesses exercícios? Considera que a sua força se encontrava, no final do aprontamento, adequadamente preparada para a execução de tarefas e lidar com os problemas na área do CMA/CIMIC?
7. Pode caracterizar-me sucintamente o TO de TL em termos da população (hostil, amigável, indiferente, carenciada?), da zona de acção (infra-estruturas de habitação, educação, saúde, etc?) e do relacionamento da sua força com as autoridades locais?
8. No TO de Timor-Leste, a sua força, foi chamada a desenvolver actividades/operações especialmente dirigidas para o CMA/CIMIC? Se sim, quais?
9. Além das tarefas e missões CMA/CIMIC atribuídas pelo escalão superior, sentiu necessidade de realizar esse tipo de actividades para melhorar a sua inserção no TO, reforçar a protecção da força e intensificar o relacionamento com a população? Se sim, quais? Sentiu que disponha dos recursos necessários? Considerou a necessidade de apoio do escalão superior e das autoridades nacionais? Na eventualidade da haver sido apoiado, como se revestiu esse apoio?
10. Quais os principais problemas a nível operacional, do comando e controlo, da logística e do pessoal encontrados no desenvolvimento das actividades CMA/CIMIC realizadas pelo Batalhão?
11. Na sua opinião as actividades CMA/CIMIC desenvolvidas no TO de Timor-Leste contribuíram para o cumprimento da missão do Batalhão? Facilitou designadamente o reconhecimento do Batalhão, a aceitação da força por parte da população e a protecção da força no Teatro de Operações? Outros aspectos positivos e negativos que considera relevantes?

12. Até que ponto as capacidades do Batalhão foram suficientes para resolver as situações ao nível do CMA/CIMIC?

13. Considerando a forma como decorreu a missão da sua força, em particular no âmbito da execução das tarefas de CMA/CIMIC, considera que as ligações e articulação com os organismos da ONU implantados no terreno e com as autoridades nacionais foram eficazes e resultaram? Como poderia ser otimizada essa ligação?

14. Os elementos CMA/CIMIC devem funcionar como um meio de recolha de informações? Até que ponto o risco que isso implica para a credibilidade da força é aceitável? Alguma vez fez uso dessa capacidade? Em que circunstâncias?

MUITO OBRIGADO PELA SUA COLABORAÇÃO

APÊNDICE H.2 – TRANSCRIÇÕES DAS ENTREVISTAS

Entrevista Nº1

Entrevistado 1

Posto: Coronel de Infantaria

Nome: João Francisco Braga Marquilhas

Cargo/Função: 2º CMDT da BRR

Data: 10 de Março de 2010

Duração: 3 horas

Unidade/Local: Comando da BRR (Tancos)

Pergunta 1. Pode dizer-me o seu nome completo, quais as funções que desempenhou quando esteve no Teatro de Operações de Timor-Leste e qual o período da missão?

Resposta 1. O meu nome é João Francisco Braga Marquilhas. Era o Comandante do 2º Batalhão de Pára-quedistas. A missão decorreu de Agosto de 2000 a Fevereiro de 2001.

Pergunta 2. Como estava organizada a estrutura e quais eram a missão e tarefas cometidas ao Batalhão no Teatro de Operações de Timor-Leste?

Resposta 2. O 2º BIPara iniciou a missão UNTAET em 15 de Agosto com um efectivo total de 707 militares, de acordo com o QOP aprovado. A estrutura resumia-se ao comando, a 2 companhias PQ (22º e 23º), á 23º companhia Fuzileiros, á companhia comando e serviços, ao destacamento de engenharia e ao destacamento de Operações Especiais.

A missão do batalhão era a extrapolação da missão do Sector Central. Consistia em conduzir operações de segurança na nossa área de responsabilidade, de acordo com a Resolução 1272 do CNU.

Como tarefa principal tínhamos manter segurança à nossa área de operações. Outras eram essencialmente conduzir patrulhas de segurança e reconhecimento, conduzir operações de detecção e limpeza de actividades de milícias, manter uma presença militar permanente em todos os distritos do sector, entre outras.

Pergunta 3. Havia na estrutura do Batalhão algum órgão especificamente vocacionado para o CMA/CIMIC? Se sim, quais eram a sua missão, finalidade e tarefas?

Resposta 3. Sim. Tínhamos uma secção a 2 oficiais e 2 sargentos para a área do CMA/CIMIC. Na área CIMIC imperava o bom senso. Como em Timor funcionava o sistema tribal, o objectivo era conquistar os chefes de suco, tal como fizemos no ultramar.

A missão, finalidade e tarefas eram essencialmente o contacto diário com a população de modo a obter dois pontos fundamentais: o primeiro era caracterizar a zona de operações para verificar onde se podiam empenhar melhor os meios do batalhão na ajuda ao povo timorense e no desenvolvimento dos projectos CMA. A segunda era conquistar a confiança das potenciais fontes de notícia para assim ajudar no esforço de pesquisa.

Pergunta 4. Como se processou a formação no seio do Batalhão durante o aprontamento na vertente de CMA/CIMIC? Qual era a doutrina utilizada? Existiam no Batalhão elementos com formação na área CMA/CIMIC?

Resposta 4. Não houve qualquer tipo de acção de formação na vertente de CMA/CIMIC durante o aprontamento e para além disso os oficiais e sargentos desta secção tal como o resto dos elementos do Batalhão não possuíam qualquer formação nesta área. A doutrina utilizada foi a que bebemos dos cinco manuais da guerra subversiva.

Pergunta 5. Poderia dar-me uma ideia da forma como se articulou a preparação, a calendarização, o aprontamento e que tipologia de exercícios foram conduzidos?

Resposta 5. A preparação/aprontamento iniciou-se com o efectivo e enquadramento existentes no 2BPara/BAI. Posteriormente fomos reforçados com a 23ª companhia de fuzileiros e alguns elementos que integraram a Companhia de comando e Serviços de forma a preencher o QOP. Obviamente houve também outros elementos que integraram o Batalhão vindo de outras unidades do Exército e da Armada. Isto influenciou a preparação porque alguns destes elementos chegaram tardiamente e isso teve reflexos nos processos administrativos individuais.

Antes de dizer como decorreu este período, há aqui dois aspectos importantes a referir. Primeiro o 2BPara tinha regressado da missão da SFOR II em Fevereiro 2000 e segundo, a extinção do 3ºBPara/BAI obrigou ao meu a assumir a responsabilidade pelos compromissos operacionais da BAI. Ou seja, a tipologia de missões que deveriam ser treinadas para o aprontamento nada tinham a ver com a tipologia dos exercícios feitos, para respeitar os

compromissos da BAI. Foram eles, o Exercício combinado LINKED SEAS 2000, que era um exercício da NATO realizado em Portugal, e o Exercício EOLE 2000 no âmbito da EUROFOR realizado em Espanha. A seguir ao reconhecimento a Timor, regressamos com um conhecimento e percepção real das dificuldades e acções a desencadear pelo Batalhão na missão e devido a isso, reajustámos a Directiva de Treino Operacional do 2 BPara. O treino foi direccionado para a tipologia de missões que engloba: defesa de pontos e áreas sensíveis, reconhecimento e protecção de Itinerários, acções específicas de Operações de Apoio à Paz, como protecção e apoio ao movimento de populações deslocadas, escoltas a colunas, etc), acções defensivas de reacção imediata e acções ofensivas hostis, entre outros.

Nesta fase de treino a nível individual intensificamos a instrução de tiro aos militares, ministramos formação em áreas como sobrevivência, saúde, higiene e primeiros socorros e recolha e processamento de notícias. No final desta fase apresentou-se a unidade de Engenharia e a 23ª Companhia de Fuzileiros, o que dificultou um pouco a unidade de comando e a ligação. A partir desta altura iniciamos o treino de tarefas críticas na SecAt passando posteriormente para o PelAt e Companhia. A nível de SecAt e PelAt no final de cada fase executamos circuitos de avaliação. Ao nível das companhias, estas executaram exercícios do seu escalão. Por fim ao nível do Batalhão as acções foram treinadas nos exercícios EOLE00, LINKED SEAS00 e no Exercício final de Aprontamento, MOLIÇO001. Neste exercício foi criado o cenário de Timor e os militares treinaram acções iguais as que viriam a desempenhar no TO. Foi o único exercício no qual o Batalhão esteve totalmente direccionado para a missão que viria a desempenhar em Timor-Leste.

Pergunta 6. A vertente CMA/CIMIC foi tratada nesses exercícios? Considera que a sua força se encontrava, no final do aprontamento, adequadamente preparada para a execução de tarefas e lidar com os problemas na área do CMA/CIMIC?

Resposta 6. Dado o cariz da secção CMA/CIMIC pouco há a referir. O Chefe da secção só se apresentou três semanas antes do início da missão. O trabalho efectuado por esses elementos foi unicamente o estabelecimento de contactos com entidades civis para o desenrolar do MOLIÇO001.

Sim, tinha plena confiança nas capacidades da secção e sempre considerei que estavam prontos para cumprirem as suas missões. Até porque Timor era um território em que os portugueses estavam mais à vontade e isso conferia uma grande vantagem em relação às outras forças.

Pergunta 7. Pode caracterizar-me sucintamente o TO de TL em termos da população (hostil, amigável, indiferente, carenciada?), da zona de acção (infra-estruturas de

habitação, educação, saúde, etc?) e do relacionamento da sua força com as autoridades locais?

Resposta 7. Vamos por partes. Em relação à população, esta era muito pobre e carenciada, a maior parte não trabalhava, viviam em condições péssimas e muitos encontravam-se refugiados. Não se pode dizer que a população era hostil, pelo contrário, aceitavam bem a presença dos portugueses, o que não se verificava por exemplo com os australianos. A zona de acção era muito complicada. As infra-estruturas do batalhão, tivemos de ser nós a reconstruir. Quando lá chegámos eram poucas as escolas que funcionavam, as casas de habitação eram rudimentares e ao nível das estruturas de saúde também eram muito fracas.

O terreno em TL é muito acidentado. Muitas das operações tinham de ser feitas por helicóptero porque por terra era praticamente impossível cumprir os objectivos, devido ao tempo que se perdia nos deslocamentos. Aliás em TL as distâncias eram medidas por número de horas e não por Quilómetros. Assim alguma da população vivia isolada, pelo que no que toca ao acesso à educação e saúde era praticamente impossível. Só nos centros urbanos é que havia essa possibilidade.

No que respeita às autoridades locais, o relacionamento foi sempre bom. Há aqui um facto interessante a relatar: a língua secreta das FALINTIL era o português e por isso a compreensão, sobretudo com a população de maior idade, era fácil.

Pergunta 8. No TO de Timor-Leste, a sua força, foi chamada a desenvolver actividades/operações especialmente dirigidas para o CMA/CIMIC? Se sim, quais?

Resposta 8. A actividade inicial da secção no TO foi baseada numa divisão da AOR do batalhão em duas partes com os oficiais CIMIC a assumirem cada uma das partes. Durante a “Operação COBRA” a actividade CIMIC/HUMINT junto das populações para obter informações relativas aos grupos de Milícias tornaram-se primeira oportunidade. A operação exigiu a modificação da estratégia inicial e a reorganização com os Distritos de MANUFAHI e AINARO mais propícios à infiltração e actividade das Milícias, havendo por isso necessidade de maior número de contactos com as populações e organizações a actuarem na região.

Após a “Operação COBRA” e de acordo com a nova intenção do CMDT da PKF e conceito de operação do Batalhão foi adoptada a estrutura definitiva orientando e incrementando a actividade dos DISTRIC OPERATIONS CENTRES (DOC) que funcionavam durante 24 horas nas administrações dos distritos com a presença de civis e militares.

Ajuda humanitária:

Fornecido pelos meios do batalhão e embora não tivéssemos verba própria para o fornecimento de Alimentação foi possível desenvolver alguma actividade nesse sentido com uma criteriosa gestão dos excedentes do Batalhão. Desta forma, distribuímos cerca de 20 toneladas de géneros alimentares. A distribuição era feita através de organizações religiosas e entrega directa à população por parte das patrulhas. Foi distribuído às pessoas carenciadas pelas patrulhas roupa (calças nº2 e sapatos de ginástica) de um lote antigo de fardamento excedentário do Exercito.

Fruto de uma campanha levada a cabo em Portugal, o 2BIPara recebeu cerca de 4000 prendas para distribuir pelas crianças Timorenses na quadra Natalícia.

Ao nível das ONG`s existentes no TO, o Batalhão forneceu escoltas militares quando o estado de segurança a isso obrigava.

Apoio Sanitário:

O Batalhão contribuiu, em termos de apoio à população local com o seu módulo Sanitário através de consultas, tratamentos de enfermagem e evacuações de emergência. Com o nosso aparelho de RAIO-X portátil, fizemos o rastreio da tuberculose, junto das populações das zonas montanhosas, doença com enorme incidência na área de Maubisse. O módulo também se deslocava aos locais de residência das populações acompanhando as patrulhas para assim fornecer cuidados de saúde aos mais desfavorecidos. O 2BIPara conduziu ainda o grosso dos exames clínicos para a selecção das forças de Defesa de Timor-Leste (FDTL).

Programas educacionais:

Contribuímos com dois projectos de reconhecida importância. O primeiro foi o programa de treino não militar às FALINTIL. Este programa de treino visou proporcionar aos elementos uma formação adequada a possibilitar a reintegração na sociedade civil, facultando-lhes conhecimentos em áreas tão diversas como a informática e os primeiros socorros. O segundo foi o programa de aperfeiçoamento Sanitário que visou melhorar as capacidades técnicas dos enfermeiros das FALINTIL.

Trabalhos de Engenharia:

Numa primeira fase, o módulo de engenharia trabalhou sobretudo na melhoria das condições de vida das posições e numa segunda fase na ajuda do desenvolvimento de TL. Construimos ao todo 7 escolas, 2 bibliotecas, 1 alojamento para professores, 5 contentores para reunião do armamento das FALINTIL e respectiva vedação exterior, reconstruímos um troço da estrada SAME-BETANO, e reconstrução da estrada ALAS-WEDAUBEREC e remoção de aluimentos de terra em diversas ocasiões.

Pergunta 9. Além das tarefas e missões CMA/CIMIC atribuídas pelo escalão superior, sentiu necessidade de realizar esse tipo de actividades para melhorar a sua inserção no TO, reforçar a protecção da força e intensificar o relacionamento com a população? Se sim, quais? Sentiu que disponha dos recursos necessários? Considerou a necessidade de apoio do escalão superior e das autoridades nacionais? Na eventualidade da haver sido apoiado, como se revestiu esse apoio?

Resposta 9. Sim. Eu tinha todos os meios necessários para poder desenvolver as actividades CMA/CIMIC, por isso os projectos eram quase sempre aceites. Foram constituídas ao longo da missão patrulhas CMA, que eram patrulhas de efectivo secção retiradas dos pelotões de atiradores da zona onde estavam, para reforçar a ligação com a população e para recolher notícias. Nestas patrulhas normalmente ia mais que um graduado e percorriam as áreas onde era mais complicado fazer chegar o apoio.

O apoio do escalão superior revestia-se unicamente a nível do apoio aéreo, porque os meios aéreos estavam sob controlo da PKF. Houve ainda um pedido da nossa parte, de alteração das regras de empenhamento, o qual foi aceite, para a utilização de força letal.

Ao nível das autoridades nacionais tínhamos uma conta bancária com fundos recolhidos pela Associação Portuguesa Apoio ao Desenvolvimento (APAD) para gastar, de acordo com indicações do General CEMGFA, ao nível do desenvolvimento das infra-estruturas de TL. Esta capacidade era única em Timor.

Pergunta 10. Quais os principais problemas a nível operacional, do comando e controlo, da logística e do pessoal encontrados no desenvolvimento das actividades CMA/CIMIC realizadas pelo Batalhão?

Resposta 10. Não tinha grandes problemas. Tinha os meios necessários ao nível de homens, de engenharia e apoio sanitário. Tinha uma conta bancária destinada só a estes projectos que facilitou e muito o desenvolvimento das actividades CMA/CIMIC.

As principais dificuldades eram ao nível dos deslocamentos e dos meios rádio, devido as características do terreno. Na fase inicial as actividades operacionais ocupavam todo o efectivo do batalhão, deixando para uma segunda fase esta parte do CMA/CIMIC.

Pergunta 11. Na sua opinião as actividades CMA/CIMIC desenvolvidas no TO de Timor-Leste contribuíram para o cumprimento da missão do Batalhão? Facilitou designadamente o reconhecimento do Batalhão, a aceitação da força por parte da população e a protecção da força no Teatro de Operações? Outros aspectos positivos e negativos que considera relevantes?

Resposta 11. Obviamente que contribuíram. Uma das tarefas determinadas pela PKF era mesmo o desenvolvimento das actividades CMA/CIMIC para apoio da população. Em relação à protecção da força, a força portuguesa não tinham grande problema nesse aspecto, mas claro que todo o conjunto de projectos elaborados e concretizados só serviram ainda mais para a aceitação e reconhecimento do batalhão e facilitou o cumprimento da missão.

Pergunta 12. Até que ponto as capacidades do Batalhão foram suficientes para resolver as situações ao nível do CMA/CIMIC?

Resposta 12. Foram completamente eficazes. Como já respondi atrás tínhamos todos os meios necessários à execução destas actividades.

Pergunta 13. Considerando a forma como decorreu a missão da sua força, em particular no âmbito da execução das tarefas de CMA/CIMIC, considera que as ligações e articulação com os organismos da ONU implantados no terreno e com as autoridades nacionais foram eficazes e resultaram? Como poderia ser otimizada essa ligação?

Resposta 13. Forma muito eficazes e resultaram bem. Por indicação da PKF, a seguir à operação cobra, foram criados os District Operations Centres (DOC), que funcionavam durante 24 horas nas administrações dos distritos com a presença de civis e militares, com a responsabilidade pela segurança e desenvolvimento do País. Esta orientação permitiu cruzar toda a informação existente nas administrações actuando de forma racional na execução de acções nas áreas mais necessitadas.

Pergunta 14. Os elementos CMA/CIMIC devem funcionar como um meio de recolha de informações? Até que ponto o risco que isso implica para a credibilidade da força é aceitável? Alguma vez fez uso dessa capacidade? Em que circunstâncias?

Resposta 14. Sim. O risco deve ser avaliado pelo comandante da força, neste caso do batalhão. É um meio fundamental para obter notícias e é impossível separar as informações do CMA. No início da missão a secção CMA/CIMIC estava mais envolvida na recolha de notícias do que em produzir projectos, porque era mais preocupante acabar com as milícias para se produzir um ambiente seguro há população. Fiz uso desta capacidade essencialmente durante as operações Cobra, Crocodilo e Kuda.

Entrevista Nº2

Entrevistado 2

Posto: Coronel de Infantaria

Nome: José António da Fonseca e Sousa

Cargo/Função: Chefe RPM

Data: 23 de Março de 2010

Duração: 1h20min horas

Unidade/Local: DARH (Porto)

Pergunta 1. Pode dizer-me o seu nome completo, quais as funções que desempenhou quando esteve no Teatro de Operações de Timor-Leste e qual o período da missão?

Resposta 1. O meu nome José António da Fonseca e Sousa. Foi comandante do PORBATT 4 que esteve em Timor-Leste, o 1BI/BLI. A missão decorreu desde o início de Outubro de 2001 a meados de Junho de 2002.

Pergunta 2. Como estava organizada a estrutura e quais eram a missão e tarefas cometidas ao Batalhão no Teatro de Operações de Timor-Leste?

Resposta 2. O Batalhão tinha um Comando e Estado Maior, uma Companhia de Apoio, uma Companhia de reacção Imediata, duas companhias de atiradores, uma companhia de fuzileiros, um esquadrão de reconhecimento e um destacamento de Engenharia.

A missão geral era providenciar um ambiente calmo e seguro para permitir que todo o desenvolvimento político caminhasse para a independência de Timor, o que se veio a verificar enquanto ainda lá estivámos. Nos tínhamos um sector atribuído, esse sector, inicialmente tinha uma determinada dimensão depois em Novembro devido ao Downsing da força como um todo, tivemos que substituir a companhia Queniana, depois em Janeiro houve um batalhão que saio, o filipino e nós ocupamos o sector dele. Ou seja tivemos um alargamento. Trabalhávamos usando o conceito de quadrícula, que vem nos manuais da guerra subversiva. As companhias corresponderia um distrito, a cada pelotão um sub distrito, e cada secção um conjunto de sucros. Estas quadrículas eram perfeitamente distribuídas e cada força só trabalhava na quadrícula que lhe era atribuída. As tarefas eram segurança a pontos sensíveis, o aeroporto, a zona onde os refugiados entravam, o local de reabastecimento de água. Recolha de informações que nos permitisse conduzir as

operações militares, porque Timor era caracterizado por um ambiente onde o boato era uma constante.

Pergunta 3. Havia na estrutura do Batalhão algum órgão especificamente vocacionado para o CMA/CIMIC? Se sim, quais eram a sua missão, finalidade e tarefas?

Resposta 3. Tinha uma estrutura curiosa. Era uma Célula CMA no estado-maior. O chefe era oficial superior, major, depois tinha um capitão, dois sargentos e duas praças. Ao nível das companhias tinha um oficial e um sargento que acumulavam o planeamento destas tarefas para a sua companhia.

Eu retirei esta célula do estado-maior e coloquei-a sob o meu comando directo e montei uma estrutura também a nível das companhias, com uma equipa em cada uma. A missão do CMA tinha duas vertentes. Primeiro, a não estávamos numa operação humanitária, e como em Timor o boato é muito grande, uma das melhores formas de obter informação é através do CMA. Eles sabiam que se nos dessem boas informações eram compensados em termos de CMA. A segunda era promover cooperação com as autoridades civis para podermos distribuir equitativamente o nosso apoio.

Pergunta 4. Como se processou a formação no seio do Batalhão durante o aprontamento na vertente de CMA/CIMIC? Qual era a doutrina aplicada? Existiam no Batalhão elementos com formação na área CMA/CIMIC?

Resposta 4. O major já tinha o curso/estágio CIMIC dado pelo IAEM. Os restantes foram tira lá também este curso. A doutrina utilizada no terreno, foi a retirada dos manuais da guerra subversiva. Ao nível do CMA, a doutrina que receberam no estágio era doutrina NATO, com alguns conhecimentos das lições aprendidas na Bósnia e Kosovo.

Pergunta 5. Poderia dar-me uma ideia da forma como se articulou a preparação, a calendarização, o aprontamento e que tipologia de exercícios foram conduzidos?

Resposta 5. Nos tivemos um aprontamento longo. Começamos no dia 5 de Fevereiro e éramos para avançar em Julho, contudo com as eleições lá em Timor foi decidido que o batalhão que lá estava prolonga-se a missão e fizesse as eleições, já que nos iríamos lá chegar em cima das eleições.

Estávamos nos preparados para avançar, deu-se o 11 de Setembro, e assim só em Outubro, se conseguiu ter autorização do espaço aéreo.

O aprontamento dividiu-se em fases. Tivemos uma primeira fase em que a preocupação foi o nivelamento da força, orientado para a formação militar, instrução individual de combate,

guerra convencional. Esta fase terminou com um exercício em Santa margarida. Depois avançamos para a mais específica, treinando acções que iríamos desempenhar no terreno. Começamos a treinar a guerra subversiva, check-points, patrulhas, reacções a emboscada, protecção da força, etc. Depois em paralelo com esta fase decorreu a vacinação, e os cursos e estágios mais específicos, como condutores, operadores rádio, CMA. Numa fase posterior, depois do reconhecimento, orientarmo-nos para o terreno, onde tivemos o exercício final de aprontamento validado pela Inspecção Geral do Exército.

Pergunta 6. A vertente CMA/CIMIC foi tratada nesses exercícios? Considera que a sua força se encontrava, no final do aprontamento, adequadamente preparada para a execução de tarefas e lidar com os problemas na área do CMA/CIMIC?

Resposta 6. Em termos de treino, nós no concelho de vila Real, onde decorreu o aprontamento, fazia-mos acções CMA quando a treinar patrulhas, levando sempre um médico ou socorrista connosco para aldeias mais afastadas. Depois de fazer o reconhecimento ao TO, realizou-se ainda o respectivo plano de CMA para Timor-Leste.

Sim, estavam preparados, até porque como já lhe referi, tivemos um período de aprontamento muito longo.

Pergunta 7. Pode caracterizar-me sucintamente o TO de TL em termos da população (hostil, amigável, indiferente, carenciada?), da zona de acção (infra-estruturas de habitação, educação, saúde, etc?) e do relacionamento da sua força com as autoridades locais?

Resposta 7. A população não era hostil. Havia lá três escalões etários com pontos de vistas diferentes. Os que se lembravam da colonização, as pessoas com mais de 45 anos, tinham um grande respeito pelos portugueses. Alguns deles entregaram-nos dois exemplares de bandeiras que tinham escondido aquando a ocupação Indonésia.

Depois havia o escalão etário dos 20 aos 45, que foi aqueles que cresceram com a ocupação. Uns tinham ódio aos indonésios e outros não. Depois havia os miúdos que acompanhou todo o processo, com a experiencia de ouvir falar de liberdade. De uma maneira geral nenhum dos grupos era hostil. Em termos de religião eles são católicos e animistas. Eles viviam com muito pouco. É impressionante ver que não precisavam de muita coisa para viver. Eles não passavam fome mas havia má nutrição. A terra dava-lhes tudo. Em termos de infra-estruturas, as de saúde estavam desaparecidas. O apoio a este nível era dado pelas forças que estavam no terreno. Em termos de habitação, eram de fracas qualidade. A destruição ainda era grande e havia zonas mais afectadas que outras. A grande evolução de Timor deu-se a seguir à independência, porque até porque até lá o

objectivo era ensinar-lhes regras de convivência, devido a eles gostarem de viver em anarquia. Havia uma coisa muito engraçada, que nós chamávamos-lhe as microletes, que eram os transportes públicos. A igreja estava bem desenvolvida.

Pergunta 8. No TO de Timor-Leste, a sua força, foi chamada a desenvolver actividades/operações especialmente dirigidas para o CMA/CIMIC? Se sim, quais?

Resposta 8. Não. Em cada operação havia fundamentalmente a componente CMA. Nunca houve uma operação que nós disséssemos, vamos planejar uma operação CMA. Havia era a componente CMA, visível nas nossas operações. No terreno a célula era dividida em duas e raramente saía sozinha. Saía com um oficial ou sargento de informações. Aquilo não era uma operação humanitária e por isso o objectivo era manter um ambiente calmo e seguro. Houve muitas operações que pareciam ser de CMA, mas na realidade não eram.

Pergunta 9. Além das tarefas e missões CMA/CIMIC atribuídas pelo escalão superior, sentiu necessidade de realizar esse tipo de actividades para melhorar a sua inserção no TO, reforçar a protecção da força e intensificar o relacionamento com a população? Se sim, quais? Sentiu que disponha dos recursos necessários? Considerou a necessidade de apoio do escalão superior e das autoridades nacionais? Na eventualidade da haver sido apoiado, como se revestiu esse apoio?

Resposta 9. Sim. Apesar de estarmos bem integrados no terreno e termos uma receptividade muito boa, o que não aconteceu com os australianos, todas as acções efectuadas ao nível do CMA eram por dois motivos. Ou era para ajudar alguma necessidade mais básica que estariam a necessitar ou então era para conseguir um determinado objectivo.

A actividade que desenvolvi era de apoio à população civil através do Módulo Sanitário. Acções de distribuição de livros, comida e bens de primeira necessidade, assistência médica e realização de actividades culturais na Ilha de ATAÚRO. Efectuou-se a intervenção com a capacidade do Módulo de Engenharia em algumas reconstruções, sempre em conformidade com as necessidades de informação. Estou-me a lembrar de uma aldeia que não tinha escola e nós fomos lá fazer uma. Mas isto porque era uma área que nos interessava lá entrar. No apoio aos refugiados o Batalhão desenvolveu uma base de dados relativa a cada distrito e ao mesmo tempo apoiava a UNHCR no processo de repatriamento, reconciliação e reintegração dos refugiados no movimento de regresso de refugiados ao território

Considero que esta missão estava muito bem planeada. Os canais logísticos estavam em perfeito funcionamento.

Pergunta 10. Quais os principais problemas a nível operacional, do comando e controlo, da logística e do pessoal encontrados no desenvolvimento das actividades CMA/CIMIC realizadas pelo Batalhão?

Resposta 10. Eu fui o primeiro batalhão que estive lá sem autonomia financeira. Depois houve uma decisão do general chefe de a autonomia financeira ficar no comando do sector. Na altura, ainda que fosse pouco dinheiro, tínhamos ajuda monetária da APAD, embora que não conseguíssemos fazer um projecto de princípio ao fim com esse dinheiro. Houve uma cooperação. Os recursos eram da verba atribuído. A nível operacional houve dois aspectos que nos afectaram. A rede viária, que era muito má, para percorrer 20 km as vezes demorávamos 30 min. Depois eram as condições atmosféricas, que afectavam as operações com helicópteros. Fruto do Downsing das outras forças alargamos significativamente o nosso sector. Sentimos problemas a esse nível devido aos meios serem os mesmos. Em termos de pessoal, nós tivemos uma crise de dengue, e apesar de termos tomado medidas contra isso, houve uma altura que tive 100 casos de dengue de nível um, ou seja, simplesmente com febre, mas tinham que estar de baixa 8 dias. Senti dificuldade para reestruturar o efectivo e houve até uma companhia a quem eu tive de alterar a missão porque não tinha efectivo para a cumprir.

Pergunta 11. Na sua opinião as actividades CMA/CIMIC desenvolvidas no TO de Timor-Leste contribuíram para o cumprimento da missão do Batalhão? Facilitou designadamente o reconhecimento do Batalhão, a aceitação da força por parte da população e a protecção da força no Teatro de Operações? Outros aspectos positivos e negativos que considera relevantes?

Resposta 11. Sim. Contribuíram. Tiveram uma parte importantíssima fundamentalmente porque nós aliamos sempre o CMA às operações e colocamo-la sempre em todas as operações que fizemos. O CMA era importantíssimo para as informações.

Ao nível da aceitação da força, foi importante, mas nós em Timor não tínhamos muitos problemas porque éramos muito bem aceites.

O CMA estava essencialmente virado para obtenção de notícias, por isso contribuí-o para o facilitar das operações.

Pergunta 12. Até que ponto as capacidades do Batalhão foram suficientes para resolver as situações ao nível do CMA/CIMIC?

Resposta 12. Foram ajustadas. O facto de o CMA estar na cadeia de comando facilitou as operações. Quando eu dava ordens ao comando da companhia também tinha que dar sobre o CMA.

Pergunta 13. Considerando a forma como decorreu a missão da sua força, em particular no âmbito da execução das tarefas de CMA/CIMIC, considera que as ligações e articulação com os organismos da ONU implantados no terreno e com as autoridades nacionais foram eficazes e resultaram? Como poderia ser otimizada essa ligação?

Resposta 13. Eu acho que estivemos muito perto dessa optimização porque nós tínhamos por conceito utilizar os outros parceiros que estavam no sector. Procurávamos fazer as actividades em conjunto, dentro do princípio de não prejudicar o resultado das operações. Depois também conseguimos estabelecer com o Estado Maior da PKF, através da informação, um conhecimento transversal do sector. Havia uma forte estrutura da ONU, e fomos obrigados a trabalhar muito com uma agência que era a UNHCR, no campo de refugiados. Depois apareciam de vez em quando algumas agências que queriam participar mas na realidade não queriam dar nada, simplesmente queriam dizer que estiveram lá. Havia uma ligação estreita com o comandante da célula CMA dos EUA, composta com reformados do Exército do EUA. Nós participamos com eles no sentido em que eles forneciam a capacidade e os meios materiais e de pessoal e nós dávamos-lhe a informação dos locais que necessitavam mais da sua ajuda.

Pergunta 14. Os elementos CMA/CIMIC devem funcionar como um meio de recolha de informações? Até que ponto o risco que isso implica para a credibilidade da força é aceitável? Alguma vez fez uso dessa capacidade? Em que circunstâncias?

Resposta 14. Sim. É preciso ter cuidado com isso. Não tenho dúvidas em afirmar que não estando numa operação humanitária, o CMA é muito importante para obtenção de informações para ajudar nas operações. Não tenho dúvidas em afirmar isso.

No meu caso fiz uso dessa capacidade, contudo é preciso ter cuidado na questão do pessoal que está no CMA não ter os conhecimentos sobre aquilo que recolhe. Por isso é que eu coloquei um elemento de informações sempre com as patrulhas CMA.

Entrevista Nº3

Entrevistado 3

Posto: Coronel de Infantaria

Nome: Eugénio Francisco Nunes Henriques

Cargo/Função: Adj CEME

Data: 17 de Março de 2010

Duração: 1h30min

Unidade/Local: EME (Lisboa)

Pergunta 1. Pode dizer-me o seu nome completo, quais as funções que desempenhou quando esteve no Teatro de Operações de Timor-Leste e qual o período da missão?

Resposta 1. O meu nome completo é Eugénio Francisco Nunes Henriques. Foi o comandante do 1º Batalhão de Infantaria Mecanizado. A missão de correu no primeiro semestre de 2003, ou seja de Janeiro a Julho de 2003.

Pergunta 2. Como estava organizada a estrutura e quais eram a missão e tarefas cometidas ao Batalhão no Teatro de Operações de Timor-Leste?

Resposta 2. O batalhão estava organizado em duas companhias de atiradores, num comando e estado-maior, uma companhia de apoio, uma companhia de fuzileiros, um módulo de engenharia e um módulo de Operações Especiais. Quanto à missão geral era providenciar um ambiente calmo e seguro para permitir que o desenvolvimento político caminhasse para a independência de Timor, o que se veio a verificar durante o período em que lá estivemos. Nós trabalhávamos essencialmente como força de quadricula, esse foi o conceito que o Comandante do batalhão determinou, trabalharmos e usarmos muitos dos cinco livrinhos azuis sobre a guerra, com as devidas alterações e aplicarmos isso na integra, de forma a que a cada companhia, corresponderia um distrito, a cada pelotão corresponderia a sub-distritos que era a divisão geográfica existente na altura, a cada secção corresponderia um conjunto de aldeias ou de Sucos e as quadriculas eram perfeitamente delimitadas pela distribuição geográfica desses Sucos e cada uma das forças que eu citei só trabalhava no dia a dia dentro da quadricula que lhe era atribuída. As principais tarefas eram a defesa de alguns pontos identificados como sensíveis, como era o caso do Water Point, local de recolha de água potável, o aeroporto, a zona onde os refugiados entravam e era feita a 1ª. Triagem, a casa do nosso "Comander "entre outras

situações. Mas fundamentalmente e de uma maneira geral e transversal a todas as forças, era manter um ambiente estável calmo e seguro e a recolha de informações que nos permitisse depois desenvolver as acções militares. Timor-Leste era caracterizado por um ambiente de informações onde o boato era uma constante. Devido a isso tínhamos necessidade de no terreno recolher esse tipo de informação para a processarmos e termos conhecimento.

Pergunta 3. Havia na estrutura do Batalhão algum órgão especificamente vocacionado para o CMA/CIMIC? Se sim, quais eram a sua missão, finalidade e tarefas?

Resposta 3. Havia uma célula de CMA de estado-maior composta por um capitão, um sargento e duas praças. Ao nível das companhias havia uma equipa CMA em cada uma delas constituído por um oficial e um sargento. A sua missão era em duas vertentes, uma humanitária e outra de recolha de informação. Vivíamos num ambiente necessidade de obter informação e uma das melhores formas era o CMA, recompensando o chefe de suco no terreno. Nós tínhamos de garantir a aceitação e protecção da força.

Pergunta 4. Como se processou a formação no seio do Batalhão durante o aprontamento na vertente de CMA/CIMIC? Qual era a doutrina aplicada? Existiam no Batalhão elementos com formação na área CMA/CIMIC?

Resposta 4. A doutrina aplicada no terreno foi a dos manuais da guerra subversiva. Ao nível da CIMIC também retiramos daí alguns conceitos, contudo os militares da Célula fizeram um estágio sobre CIMIC e o Capitão já tinha o Curso tirado. Eles tinham conhecimento e usavam doutrina NATO.

Pergunta 5. Poderia dar-me uma ideia da forma como se articulou a preparação, a calendarização, o aprontamento e que tipologia de exercícios foram conduzidos?

Resposta 5. O aprontamento iniciou-se com o efectivo do 1 Batalhão de Infantaria Mecanizado mais a companhia de fuzileiros. Primeiro preparamos os militares para as tarefas que iam ser exigidas ao nível do patrulhamento e ao nível da montagem de segurança a pontos sensíveis, controlo de itinerários. No fundo, para as tarefas que teríamos que lá executar. Este era o grande primeiro objectivo. Primeiro individualmente e depois colectivamente. Também treinamos situações mais complicadas para que se tivéssemos de reagir ou actuar em combate mais convencional. Outra parte muito importante ao nível do aprontamento foi a consciencialização dos militares para o ambiente e

características próprias Timor e a postura e forma correcta que considerávamos que os militares tinham que tomar. Isto porque tínhamos a noção que não bastava fazer uma patrulha muito bem ou garantir a segurança a um ponto sensível. Era necessário evitar que um militar com uma atitude menos boa pudesse em causa todo o trabalho do Batalhão. Isto foi conduzido no dia-a-dia com a instrução, palestras e exercícios

Pergunta 6. A vertente CMA/CIMIC foi tratada nesses exercícios? Considera que a sua força se encontrava, no final do aprontamento, adequadamente preparada para a execução de tarefas e lidar com os problemas na área do CMA/CIMIC?

Resposta 6. O módulo de engenharia efectuou algumas actividades para se preparar no âmbito da CMA. Durante o aprontamento fazíamos em termos de treino, nas aldeias mais afastadas uma acção com o módulo sanitário.

Pergunta 7. Pode caracterizar-me sucintamente o TO de TL em termos da população (hostil, amigável, indiferente, carenciada?), da zona de acção (infra-estruturas de habitação, educação, saúde, etc?) e do relacionamento da sua força com as autoridades locais?

Resposta 7. De um modo geral a população compreendia a necessidade de as forças internacionais estarem lá. No caso do Batalhão português havia laços de amizade e nunca houve problemas em nos ligarmos com a população. A população era toda carenciada ao da educação, infra-estruturas de habitação, de saúde. A zona de acção tinha grandes dificuldades. Como já referi a maior parte das infra-estruturas estavam destruídas pela invasão indonésia. O único hospital que estava bem equipado era o hospital da capital em Díli. As povoações das montanhas raramente tinham acesso a tratamentos médicos. O terreno era muito montanhoso, o que provocava problemas nas comunicações. O relacionamento com as autoridades locais foi sempre muito bom, porque eles percebiam perfeitamente o nosso papel. Quer a nível governamental, quer a nível distrital foi sempre fácil e não houve problema.

Pergunta 8. No TO de Timor-Leste, a sua força, foi chamada a desenvolver actividades/operações especialmente dirigidas para o CMA/CIMIC? Se sim, quais?

Resposta 8. Foi chamado a desenvolver uma vez uma actividade pelo escalão superior. O resto era por nossa iniciativa em coordenação com as autoridades locais. Para além disso, as organizações solicitavam-nos em pequenas coisas. Nas nossas patrulhas, principalmente motorizadas algumas organizações pediam-nos para levar aquelas zonas

mais isoladas, sacos de arroz para distribuir às pessoas, ou por vezes estas tinham lá elementos que depois de nós entregarmos faziam eles a distribuição. Houve um pedido pela cruz vermelha internacional no sentido de apoiarmos a instalação da cruz vermelha em Aileu, em que esta conseguiu uma habitação em ruínas para fazerem dali a sua sede, com o objectivo de montarem um posto socorro. A nossa engenharia procedeu a sua reconstrução completa. Para além disso a engenharia trabalhou bastante em reconstrução de troços de estrada, aluimentos de terra, limpeza de entulhos, limpeza dos leitos do rio e pequenas coisas pontuais de reconstrução. A ajuda à cruz vermelha foi a única construção que a engenharia fez completamente e demorou sensivelmente dois meses. Todos estes apoios eram em coordenação com as autoridades locais, até mesmo o apoio à cruz vermelha. O módulo de operações especiais desenvolveu um curso de técnicas de montanhismo para ministrar aos bombeiros. Os timorenses gostaram muito e o encerramento deste curso foi feito com uma cerimónia e demonstração das capacidades que eles aprenderam e com a presença do primeiro-ministro. Através do programa português através do instituto Camões com a presença de mais de uma centena de professores foi possível dar aulas pelas aldeias mais isoladas e com menos acesso à educação. Contudo como os professores precisavam de apoio nos deslocamentos, este era dado pelo batalhão.

Pergunta 9. Além das tarefas e missões CMA/CIMIC atribuídas pelo escalão superior, sentiu necessidade de realizar esse tipo de actividades para melhorar a sua inserção no TO, reforçar a protecção da força e intensificar o relacionamento com a população? Se sim, quais? Sentiu que disponha dos recursos necessários? Considerou a necessidade de apoio do escalão superior e das autoridades nacionais? Na eventualidade da haver sido apoiado, como se revestiu esse apoio?

Resposta 9. Esta área estava muito entregue aos batalhões e a maior parte delas foi por nossa iniciativa. Actividades vindas do escalão superior para actuar nesta área, só houve uma vez. Havia coordenações entre as células CMA do escalão superior a célula do Batalhão. Todas as actividades acima descritas foram por nossa iniciativa.

Pergunta 10. Quais os principais problemas a nível operacional, do comando e controlo, da logística e do pessoal encontrados no desenvolvimento das actividades CMA/CIMIC realizadas pelo Batalhão?

Resposta 10. No que concerne ao comando e controle não tive problema nenhum. Obviamente há sempre uma falta de meios de pessoal e material. Se houvesse uma capacidade monetária maior por parte de Portugal poderia-se desenvolver outro tipo de acções.

Pergunta 11. Na sua opinião as actividades CMA/CIMIC desenvolvidas no TO de Timor-Leste contribuíram para o cumprimento da missão do Batalhão? Facilitou designadamente o reconhecimento do Batalhão, a aceitação da força por parte da população e a protecção da força no Teatro de Operações? Outros aspectos positivos e negativos que considera relevantes?

Resposta 11. Sim, claro que todas estas actividades contribuíram para o reconhecimento do batalhão e facilitaram a aceitação da força. Aliás, não só o reconhecimento do Batalhão mas como também o reconhecimento de Portugal. A situação em Timor não era uma situação de grande conflitualidade, ao contrário de outros batalhões que tiveram situações mais complicadas com as milícias, só tivemos uma situação em que houve um ataque a uma viatura civil, que causou duas mortes, na zona oeste do território sobre a nossa responsabilidade, contudo depois consideramos esta acção como sendo de criminalidade e não acções de milícias. O relacionamento e a facilidade com que cumpríamos a missão e que conseguíamos aceder, estar e movimentarmo-nos na área de operações, não tenho dúvida que a CMA facilitou.

Pergunta 12. Até que ponto as capacidades do Batalhão foram suficientes para resolver as situações ao nível do CMA/CIMIC?

Resposta 12. Os recursos são sempre poucos. Se tivéssemos mais, melhor os poderíamos ter usado. Dentro do quadro do global as nossas capacidades foram suficientes. Nós não estávamos direccionados para as operações CIMIC. É claro que tudo isso influencia.

Pergunta 13. Considerando a forma como decorreu a missão da sua força, em particular no âmbito da execução das tarefas de CMA/CIMIC, considera que as ligações e articulação com os organismos da ONU implantados no terreno e com as autoridades nacionais foram eficazes e resultaram? Como poderia ser optimizada essa ligação?

Resposta 13. É difícil responder a esta pergunta porque não havia uma estrutura perfeitamente definida nesta matéria. O escalão superior tinha uma estrutura vocacionada para este tipo de acções. Não havendo uma estrutura e sendo estas acções realizadas de forma casuística a ligação estabelecia-se com outras pessoas. Principalmente com os chefes de suco, com a cruz vermelha internacional, com os comandantes dos bombeiros, o homem responsável pela protecção civil.

Pergunta 14. Os elementos CMA/CIMIC devem funcionar como um meio de recolha de informações? Até que ponto o risco que isso implica para a credibilidade da força é aceitável? Alguma vez fez uso dessa capacidade? Em que circunstâncias?

Resposta 14. Isto é um pau de dois bicos. Nós utilizarmos a CIMIC para deliberadamente comprarmos as pessoas ou obter informações é um risco enorme. É lógico que qualquer força tem que ter preocupação com a sua segurança e este é um meio de facilitar o contacto e obter informações e indícios de que algo pode estar para acontecer. Isto não era desprezável nem podia ser desprezável. Agora a utilização deliberada desta ferramenta para isso sem que não houvesse uma genuína dedicação para de facto obter resultados, ou seja, todo o pessoal começando por mim, estávamos mais interessados em deixar ficar recuperado um edifício com o sentimento que era por ajudar do que com a intenção de retirar daí notícias que nos poderiam ajudar. Isto pode ser um risco, que é se a pessoa descobre ou sente que está a ser comprada a reacção a reacção pode ser exactamente a contrária. Em ambientes completamente hostis, que não era o caso, posso admitir que este tipo de acções CIMIC tenha à cabeça o objectivo de ir buscar informações. No TO de Timor-Leste fazer isso poderia minar a credibilidade da força.

Entrevista Nº4

Entrevistado 4

Posto: Coronel de Cavalaria

Nome: Francisco Xavier Ferreira de Sousa

Cargo/Função: CMDT do RC 6

Data: 24 de Março de 2010

Duração: 3 horas

Unidade/Local: RC 6 (Braga)

Pergunta 1. Pode dizer-me o seu nome completo, quais as funções que desempenhou quando esteve no Teatro de Operações de Timor-Leste e qual o período da missão?

Resposta 1. Foi comandante do Agrupamento HOTEL. O Agrupamento foi o último agrupamento no TO d Timor-Leste. A missão decorreu de Janeiro de 2005 até Junho de 2005.

Pergunta 2. Como estava organizada a estrutura e quais eram a missão e tarefas cometidas ao Batalhão no Teatro de Operações de Timor-Leste?

Resposta 2. O Comando e Estado Maior em Caicoli (Díli). Sob o comando tínhamos uma célula CMA, que fazia CIMIC e uma célula de Operações Especiais. Em Caicoli ainda tínhamos uma Companhia de Apoio, um pelotão de Reacção rápida (15 mi NTM) e um módulo de Engenharia. Em Becorá tínhamos uma companhia de Atiradores que constituía a reserva operacional da PKF. Em Aileu a Companhia de Comandos, em Baucau a Companhia de fuzileiros.

Pergunta 3. Havia na estrutura do Batalhão algum órgão especificamente vocacionado para o CMA/CIMIC? Se sim, quais eram a sua missão, finalidade e tarefas?

Resposta 3. Tinha uma Célula constituída por um capitão, um sargento e duas praças.

A missão desta célula era planear as acções da CMA e fazer os primeiros contactos e depois dar às companhias para estas concretizarem e trabalharem esses projectos, sempre com o objectivo de retirarem informações.

Pergunta 4. Como se processou a formação no seio do Batalhão durante o aprontamento na vertente de CMA/CIMIC? Qual era a doutrina aplicada? Existiam no Batalhão elementos com formação na área CMA/CIMIC?

Resposta 4. A única pessoa no Batalhão com formação diplomada era eu. Eu tenho o curso tirado na Alemanha. Por isso, eu responsabilizei-me por dar formação aos elementos do meu batalhão responsáveis por trabalhar esta área. Isto porque o curso dado em Portugal era no meu ponto de vistas para escalões muito superiores ao nosso. Então eu dei formação que achava mais adequada ao nível do Batalhão e ao tipo de missões que nos era previsível que íamos assumir. CIMIC é diferente de acções CIMIC, enquanto a CIMIC é para escalões muito grandes, as acções CIMIC já se podem considerar ao nosso nível. Utilizei também os cinco manuais da guerra subversiva.

Pergunta 5. Poderia dar-me uma ideia da forma como se articulou a preparação, a calendarização, o aprontamento e que tipologia de exercícios foram conduzidos?

Resposta 5. O aprontamento durou seis meses dividido em três fases. Tivemos uma fase de nivelamento de conhecimentos. Depois temos uma fase de treino orientado para a missão e de seguida o embalamento do material e lançamento para o TO. A primeira é direccionada para o homem, com instrução de técnica individual de combate, com a execução de tiro, formação em socorrismo, armamento, etc. É também nesta fase que os militares que têm que tirar cursos específicos, como por exemplo os condutores e os militares que vão utilizar os meios rádio, o fazem nas unidades que dão formação nesse sentido. A segunda é direccionada para o treino dos pelotões, companhias e Batalhão. Já se treina progressões, reacções a emboscadas, golpes de mão, etc. Esta culmina com um exercício final de aprontamento.

A terceira fase, como já disse, corresponde ao carregamento e lançamento da força para o TO. O aprontamento esteve muito para além do que encontramos em Timor-Leste. Em Portugal treinámos tarefas e tácticas para um índice de perigosidade muito grande e quando lá chegamos nunca houve necessidade de por esses procedimentos em prática.

Pergunta 6. A vertente CMA/CIMIC foi tratada nesses exercícios? Considera que a sua força se encontrava, no final do aprontamento, adequadamente preparada para a execução de tarefas e lidar com os problemas na área do CMA/CIMIC?

Resposta 6. Sim. Foi tratada nos exercícios e devo-lhe dizer que treinei o módulo de engenharia, que correspondia a um pelotão de construções horizontais, mas que também fazia construções verticais. Praticamos a sua abordagem às populações.

No exercício final de aprontamento utilizamos a célula CMA/CIMIC conjuntamente com esse módulo de engenharia e as companhias para fazerem algum trabalho de CMA/CIMIC, tal como o módulo sanitário. Consultas médicas, tratamentos, reparação de casas florestais, a própria célula entrou em contacto com a população antes do exercício avisando que este iria decorrer no local. A preparação ao nível da CMA foi completa e adequada, as palestras que decorreram com outros comandantes das forças que estiveram lá antes de nós foram muito produtivas.

Pergunta 7. Pode caracterizar-me sucintamente o TO de TL em termos da população (hostil, amigável, indiferente, carenciada?), da zona de acção (infra-estruturas de habitação, educação, saúde, etc?) e do relacionamento da sua força com as autoridades locais?

Resposta 7. População religiosa, contudo mistura o católico com algum animismo. Há quatro gerações que não falam português. As populações mais velhas e os mais novos é que falavam português. A população era amigável para os portugueses, mas hostil para aos australianos. A população era muito carenciada, a maior parte vivia com 5 dólares por mês. Havia muito poucas infra-estruturas e eles também não tinham capacidade de as sustentar. Um dos grandes erros portugueses foi deixar tudo o que lá havia, doando aos timorenses. Eles sentiram-se mal porque não tinham meios como sustentar todos os meios. O relacionamento com as autoridades era bom.

Pergunta 8. No TO de Timor-Leste, a sua força, foi chamada a desenvolver actividades/operações especialmente dirigidas para o CMA/CIMIC? Se sim, quais?

Resposta 8. Não. Estavam proibidas pela PKF. Contudo o agrupamento continuou a executar esse tipo de acções.

Pergunta 9. Além das tarefas e missões CMA/CIMIC atribuídas pelo escalão superior, sentiu necessidade de realizar esse tipo de actividades para melhorar a sua inserção no TO, reforçar a protecção da força e intensificar o relacionamento com a população? Se sim, quais? Sentiu que disponha dos recursos necessários? Considerou a necessidade de apoio do escalão superior e das autoridades nacionais? Na eventualidade da haver sido apoiado, como se revestiu esse apoio?

Resposta 9. Sim, sem dúvida. Senti necessidade num princípio de me aproximar da população. Tirar dividendos na segurança, informações, quesitos de informação para executar algumas operações. Conseguíamos ter acesso a ela através das acções de CIMIC. Duma sensibilização que os portugueses estavam ali para apoiar o povo. Para além

disso as acções de CIMIC e eu estou a lembrar-me duas em especial ajudaram-nos a resolver duas operações que foi o desarmamento de algumas pessoas que estavam a preparar-se para actuar. Eu na minha ordem de operações que elaborei, escolhi como centro de gravidade as crianças. A acção de CIMIC esteve vocacionada para a juventude, mas não exclusivamente, porque demos apoio à população mais idosa ao nível de cuidados médicos. A noroeste da ilha havia uma população com lepra e nós estivemos lá para mostrar que essa não era uma doença de bruxaria e que era curável. Reparamos alguns centros desportivos, sempre no sentido de ajudar a comunidade. Trabalhamos na formação dos jovens onde demos aulas de computador, formamos mecânicos, pessoal na área de enfermagem, socorrismo. Trabalhamos em escolas com formação na área de segurança as FDTL. Levantamento e rastreio da tuberculose. Fizemos acções com ONG credibilizadas e algum trabalho religioso com os leigos. Construimos bibliotecas e incrementamos a leitura. Limpezas das praias com mobilização da população. Acções em três sentidos: sensibilização no sentido do espírito da solidariedade, no sentido da formação e no sentido da construção. Este último construído por eles, mas com o nosso apoio. Descentralizei a execução mas centralizei o planeamento. As companhias tinham a liberdade de propor e executar mas sempre com a minha autorização. Construimos uma estrada.

Nunca considerei o apoio do escalão superior, tinha homens, tinha saber, tinha vontade. Actuávamos segundo o princípio da sosisiriedade: nós só construimos aquilo que eles não conseguem fazer, o resto tem de ser eles a fazer mas com o nosso apoio. Este princípio constrói, o princípio de fazer tudo não constrói.

Pergunta 10. Quais os principais problemas a nível operacional, do comando e controlo, da logística e do pessoal encontrados no desenvolvimento das actividades CMA/CIMIC realizadas pelo Batalhão?

Resposta 10. Eu tinha todos os meios á minha disposição, mas só fazia o que era exequível. Tinha homens com conhecimento, com vontade. Os projectos que eu executava eram todos passíveis de se fazer com os meios que tinha a minha disposição. Nunca aceitava projectos que estivessem para além das minhas capacidades.

Pergunta 11. Na sua opinião as actividades CMA/CIMIC desenvolvidas no TO de Timor-Leste contribuíram para o cumprimento da missão do Batalhão? Facilitou designadamente o reconhecimento do Batalhão, a aceitação da força por parte da população e a protecção da força no Teatro de Operações? Outros aspectos positivos e negativos que considera relevantes?

Resposta 11. Sim. Contribuíram. É um facto. Houve operações que só foram possíveis executar com facilidade, evitando situações que poderiam correr de outra maneira graças a acção da CIMIC que depois recolhia informação. Facilitou o reconhecimento do batalhão, a aceitação da força por parte da população.

Pergunta 12. Até que ponto as capacidades do Batalhão foram suficientes para resolver as situações ao nível do CMA/CIMIC?

Resposta 12. Foram suficientes. Os projectos eram adaptados aos meios e não os meios aos projectos.

Pergunta 13. Considerando a forma como decorreu a missão da sua força, em particular no âmbito da execução das tarefas de CMA/CIMIC, considera que as ligações e articulação com os organismos da ONU implantados no terreno e com as autoridades nacionais foram eficazes e resultaram? Como poderia ser otimizada essa ligação?

Resposta 13. É precisa ter cuidado com algumas situações. Muitas das ONG são máscaras para esconder a influência e outros interesses de outros países. Nós temos de ter muito cuidado, para não nos deixar enganar. Por trás deles está um cinismo que mais tarde ou mais cedo vem ao de cima e que demonstra os interesses que as potências a que eles pertencem. As ONG são formas de manobra indirectas do poder dos países. A ONU é uma organização muito rica e muito pobre. É uma organização que não se sabe governar. Há exageros de gastos num seio de uma população muito pobre, com fome. É uma esbanjadora de dinheiro. Esse dinheiro seria bem canalizado para aquilo que Timor necessita. Em Timor há o dengue, há a malária, há a febre hemorrágica. Há a malária. Parte dessas verbas que são mal gastas se fossem empregues em projectos de CIMIC, construção do estado, na construção dos esgotos a coberto, na eradicação do mosquito. As próprias organizações são aqueles que menos fazem pelo CIMIC e pelo CMA.

Pergunta 14. Os elementos CMA/CIMIC devem funcionar como um meio de recolha de informações? Até que ponto o risco que isso implica para a credibilidade da força é aceitável? Alguma vez fez uso dessa capacidade? Em que circunstâncias?

Resposta 14. Eu sou acérrimo defensor que o CIMIC deve ser usado como meio para obtenção de informações. Não deve ser a principal intenção, mas deve existir essa finalidade. As acções de CIMIC são uma fonte de cativação, de magnetismo. A população que esteja mais confiante em alguém que lhe de meios que são escassos para eles está

mais receptiva a dar informações. Se num TO em que a a segurança da força está em jogo porque é que eu não hei-de aproveitar esta forma de chegar as populações. Eu sei que isto é incorrecto à luz das doutrinas actuais. Agora eu não tenho dúvidas que se eu preciso de informação e a posso conseguir através das acções de CIMIC, então eu até estabeleço quesitos concretos para os meus homens confirmarem. Fiz uso dessa capacidade para conseguir saber onde estava um fugitivo que a PKF queria apanhar. Eu utilizei acções de CIMIC para conseguir descobrir onde estava esse indivíduo e tive-o sempre debaixo de olho.

APÊNDICE H.3 – QUADROS DE ANÁLISE QUALITATIVA À AMOSTRA 1

- Análise qualitativa da questão nº 3 – Havia na estrutura do Batalhão algum órgão especificamente vocacionado para o CMA/CIMIC? Se sim, quais eram a sua missão, finalidade e tarefas?

Entrevistados	Afirmativo	Negativo	Argumentação
Entrevistado 1 Coronel Marquilhas	X		Havia uma célula CMA constituída por dois oficiais e dois sargentos. Como em Timor funcionava o sistema tribal, o objectivo era conquistar os chefes de suco, tal como fizemos no ultramar. A missão, finalidade e tarefas eram essencialmente o contacto diário com a população de modo a obter dois pontos fundamentais: o primeiro era caracterizar a zona de operações para verificar onde se podiam empenhar melhor os meios do batalhão na ajuda ao povo timorense e no desenvolvimento dos projectos CMA. A segunda era conquistar a confiança das potenciais fontes de notícia para assim ajudar no esforço de pesquisa.
Entrevistado 2 Coronel Fonseca e Sousa	X		Tinha uma estrutura curiosa. Era uma Célula CMA no estado-maior. O chefe era oficial superior, major, depois tinha um capitão, dois sargentos e duas praças. Ao nível das companhias tinha um oficial e um sargento que acumulavam o planeamento destas tarefas da companhia. A missão do CMA tinha duas vertentes. A Primeira era obter informação A segunda era promover cooperação com as autoridades civis para podermos distribuir equitativamente o nosso apoio.
Entrevistado 3 Coronel Henriques	X		Havia uma célula de CMA de estado-maior composta por um capitão, um sargento e duas praças. Ao nível das companhias havia uma equipa CMA em cada uma delas constituído por um oficial e um sargento. A sua missão era em duas vertentes, uma humanitária e outra de recolha de informação. Vivíamos num ambiente necessidade de obter informação e uma das melhores formas era o CMA, recompensando o chefe de suco no terreno. Nós tínhamos de garantir a aceitação e protecção da força,
Entrevistado 4 Coronel Xavier de Sousa	X		Tinha uma Célula constituída por um capitão, um sargento e duas praças. A missão desta célula era planejar as acções da CMA e fazer os primeiros contactos e depois dar às companhias para estas concretizarem e trabalharem esses projectos, sempre com o objectivo de também retirarem informações.

Quadro H.1: Análise qualitativa da questão nº 3

- Análise qualitativa da questão nº 4 – Como se processou a formação no seio do Batalhão durante o aprontamento na vertente de CMA/CIMIC? Qual era a doutrina aplicada? Existiam no Batalhão elementos com formação na área CMA/CIMIC?

Entrevistados	Afirmativo	Negativo	Argumentação
Entrevistado 1 Coronel Marquilhas		X	Não houve qualquer tipo de acção de formação na vertente de CMA/CIMIC durante o aprontamento e para além disso os oficiais e sargentos desta célula tal como o resto dos elementos do Batalhão não possuíam qualquer formação nesta área. A doutrina aplicada foi a que bebemos dos cinco manuais da guerra subversiva.
Entrevistado 2 Coronel Fonseca e Sousa	X		O major já tinha o curso/estágio CIMIC dado pelo IAEM. Os restantes foram tira lá também este curso. A doutrina utilizada no terreno, foi a retirada dos manuais da guerra subversiva. Ao nível do CMA, a doutrina que receberam no estágio era doutrina NATO, com alguns conhecimentos das lições aprendidas na Bósnia e Kosovo.
Entrevistado 3 Coronel Henriques	X		A doutrina aplicada no terreno foi a dos manuais da guerra subversiva. Ao nível da CIMIC também retiramos daí alguns conceitos, contudo os militares da Célula fizeram um estágio sobre CIMIC e o Capitão já tinha o Curso tirado. Eles tinham conhecimento e usavam doutrina NATO.
Entrevistado 4 Coronel Xavier de Sousa	X		A única pessoa no Batalhão com formação diplomada era eu. Por isso, eu responsabilizei-me por dar formação aos elementos do meu batalhão responsáveis por trabalhar esta área. Isto porque o curso dado em Portugal no IAEM era, no meu ponto de vista, para escalões muito superiores ao nosso. Então eu dei formação que achava mais adequada ao nível do Batalhão e ao tipo de missões que nos era previsível que íamos assumir. CIMIC é diferente de acções CIMIC, enquanto a CIMIC é para escalões muito grandes, as acções CIMIC já se podem considerar ao nosso nível.

Quadro H.2: Análise qualitativa da questão nº 4

- Análise qualitativa da questão nº 6 – A vertente CMA/CIMIC foi tratada nos exercícios de aprontamento?

Entrevistados	Afirmativo	Negativo	Argumentação
Entrevistado 1 Coronel Marquilhas		X	Dado o cariz da secção CMA/CIMIC pouco há a referir. O Chefe da secção só se apresentou três semanas antes do início da missão. O trabalho efectuado por esses elementos foi unicamente o estabelecimento de contactos com entidades civis para o desenrolar do MOLIÇO001.
Entrevistado 2 Coronel Fonseca e Sousa	X		Em termos de treino, nós no concelho de vila Real, onde decorreu o aprontamento, fazia-mos acções CMA quando a treinar patrulhas, levando sempre um médico ou socorrista connosco para aldeias mais afastadas. Depois de fazer o reconhecimento ao TO, realizou-se ainda o respectivo plano de CMA para Timor-Leste.
Entrevistado 3 Coronel Henriques	X		O módulo de engenharia efectuou algumas actividades para se preparar no âmbito da CMA. Durante o aprontamento fazíamos em termos de treino, nas aldeias mais afastadas uma acção com o módulo sanitário.
Entrevistado 4 Coronel Xavier de Sousa	X		Foi tratada nos exercícios e devo-lhe dizer que treinei o módulo de engenharia, que correspondia a um pelotão de construções horizontais, mas que também fazia construções verticais. Praticamos a sua abordagem às populações. No exercício final de aprontamento utilizamos a célula CMA/CIMIC conjuntamente com esse módulo de engenharia e as companhias para fazerem algum trabalho de CMA/CIMIC, tal como o módulo sanitário. Consultas médicas, tratamentos, reparação de casas florestais, a própria célula entrou em contacto com a população antes do exercício avisando que este iria decorrer no local.

Quadro H.3: Análise qualitativa da questão nº 6

- Análise qualitativa da questão nº 7. Pode caracterizar-me sucintamente o TO de TL em termos da população (hostil, amigável, indiferente, carenciada?), da zona de acção (infra-estruturas de habitação, educação, saúde, etc?) e do relacionamento da sua força com as autoridades locais?

Entrevistados	Argumentação
Entrevistado 1 Coronel Marquilhas	<p>A população era muito pobre e carenciada. A maior parte não trabalhava e viviam em condições péssimas e muitos encontravam-se refugiados. Não se pode dizer que a população era hostil, pelo contrário, aceitavam bem a presença dos portugueses, o que não se verificava por exemplo com os australianos. A zona de acção era muito complicada. Quando lá chegámos eram poucas as escolas que funcionavam, as casas de habitação eram rudimentares e ao nível das estruturas de saúde também eram muito fracas. No que respeita às autoridades locais, o relacionamento foi sempre bom</p>
Entrevistado 2 Coronel Fonseca e Sousa	<p>A população não era hostil. Havia lá três escalões etários com pontos de vistas diferentes. Os que se lembravam da colonização, as pessoas com mais de 45 anos, tinham um grande respeito pelos portugueses. Depois havia o escalão etário dos 20 aos 45, que foi aqueles que cresceram com a ocupação. Uns tinham ódio aos indonésios e outros não. Depois havia os miúdos que acompanhou todo o processo, com a experiência de ouvir falar de liberdade. De uma maneira geral nenhum dos grupos era hostil. Em termos de infra-estruturas, as de saúde estavam desaparecidas. O apoio a este nível era dado pelas forças que estavam no terreno. Em termos de habitação, eram de fracas qualidade. A destruição ainda era grande e havia zonas mais afectadas que outras.</p>
Entrevistado 3 Coronel Henriques	<p>De um modo geral a população compreendia a necessidade de as forças internacionais estarem lá. No caso do Batalhão português havia laços de amizade e nunca houve problemas em nos ligarmos com a população. A população era toda carenciada ao nível da educação, infra-estruturas de habitação, de saúde. A zona de acção tinha grandes dificuldades. Como já referi a maior parte das infra-estruturas estavam destruídas pela invasão indonésia. O relacionamento com as autoridades locais foi sempre muito bom, porque eles percebiam perfeitamente o nosso papel. Quer a nível governamental, quer a nível distrital foi sempre fácil e não houve problema.</p>
Entrevistado 4 Coronel Xavier de Sousa	<p>A população era amigável para os portugueses, mas hostil para aos australianos. A população era muito carenciada, a maior parte vivia com 5 dólares por mês. Havia muito poucas infra-estruturas e eles também não tinham capacidade de as sustentar.</p>

Quadro H.4: Análise qualitativa da questão nº 7

- Análise qualitativa da questão nº 8 – No TO de Timor-Leste, a sua força, foi chamada a desenvolver actividades/operações especialmente dirigidas para o CMA/CIMIC? Se sim, quais?

Entrevistados	Afirmativo	Negativo	Argumentação
Entrevistado 1 Coronel Marquilhas	X		A actividade inicial da secção no TO foi baseada numa divisão da AOR do batalhão em duas partes com os oficiais CIMIC a assumirem cada uma das partes. Durante a “Operação COBRA” foi usada actividade CIMIC/HUMINT junto das populações para obter informações relativas aos grupos de Milícias tornaram-se primeira oportunidade. Após a “Operação COBRA” e de acordo com a nova intenção do CMDT da PKF e conceito de operação do Batalhão foi adoptada a estrutura definitiva orientando e incrementando a actividade dos DISTRIC OPERATIONS CENTRES (DOC) que funcionavam durante 24 horas nas administrações dos distritos com a presença de civis e militares. Ajuda humanitária, Apoio Sanitário, Programas educacionais e Trabalhos de Engenharia.
Entrevistado 2 Coronel Fonseca e Sousa	X		Em cada operação havia fundamentalmente a componente CMA visível nas nossas operações. No terreno a célula era dividida em duas e raramente saía sozinha. Saía com um oficial ou sargento de informações. No apoio aos refugiados o Batalhão desenvolveu uma base de dados relativa a cada distrito e ao mesmo tempo apoiava a UNHCR no processo de repatriamento, reconciliação e reintegração dos refugiados no movimento de regresso de refugiados ao território
Entrevistado 3 Coronel Henriques	X		Foi chamado a desenvolver uma vez uma actividade pelo escalão superior. O resto era por nossa iniciativa em coordenação com as autoridades locais. Os principais campos eram ao nível da Ajuda humanitária, Apoio Sanitário, Programas educacionais e Trabalhos de Engenharia.
Entrevistado 4 Coronel Xavier de Sousa		X	Estavam proibidas pela PKF. Contudo o meu agrupamento continuou a executar esse tipo de acções.

Quadro H.5: Análise qualitativa da questão nº 8

- Análise qualitativa da questão nº 9 – Além das tarefas e missões CMA/CIMIC atribuídas pelo escalão superior, sentiu necessidade de realizar esse tipo de actividades para melhorar a sua inserção no TO, reforçar a protecção da força e intensificar o relacionamento com a população? Se sim, quais?

Entrevistados	Afirmativo	Negativo	Argumentação
Entrevistado 1 Coronel Marquilhas	X		Eu tinha todos os meios necessários para poder desenvolver as actividades CMA/CIMIC, por isso os projectos eram quase sempre aceites. Foram constituídas ao longo da missão patrulhas CMA, que eram patrulhas de efectivo secção retiradas dos pelotões de atiradores da zona onde estavam, para reforçar a ligação com a população e para recolher notícias. Nestas patrulhas normalmente ia mais que um graduado e percorriam as áreas onde era mais complicado fazer chegar o apoio. Ao nível das autoridades nacionais tínhamos uma conta bancária com fundos recolhidos pela Associação Portuguesa Apoio ao Desenvolvimento (APAD) para gastar, de acordo com indicações do Gen CEMGFA, ao nível do desenvolvimento das infra-estruturas de TL. Esta capacidade era única em Timor.
Entrevistado 2 Coronel Fonseca e Sousa	X		A actividade que desenvolvi era de apoio à população civil através do Módulo Sanitário. Acções de distribuição de livros, comida e bens de primeira necessidade, assistência médica e realização de actividades culturais. Efectuou-se a intervenção com a capacidade do Módulo de Engenharia em algumas reconstruções, sempre em conformidade com as necessidades de informação.
Entrevistado 3 Coronel Henriques	X		Esta área estava muito entregue aos batalhões e a maior parte delas foi por nossa iniciativa. Actividades vindas do escalão superior para actuar nesta área, só houve uma vez. Havia coordenações entre as células CMA do escalão superior a célula do Batalhão. Todas as actividades acima descritas foram por nossa iniciativa.
Entrevistado 4 Coronel Xavier de Sousa	X		Senti necessidade num princípio de me aproximar da população. Tirar dividendos na segurança, informações, quesitos de informação para executar algumas operações. Acções em três sentidos: sensibilização no sentido do espírito da solidariedade, no sentido da formação e no sentido da construção. Este último construído por eles, mas com o nosso apoio. Descentralizei a execução mas centralizei o planeamento. As companhias tinham a liberdade de propor e executar mas sempre com a minha autorização.

Quadro H.6: Análise qualitativa da questão nº 8

- Análise qualitativa da questão nº 11 – Na sua opinião as actividades CMA/CIMIC desenvolvidas no TO de Timor-Leste contribuíram para o cumprimento da missão do Batalhão? Facilitou designadamente o reconhecimento do Batalhão, a aceitação da força por parte da população e a protecção da força no Teatro de Operações? Outros aspectos positivos e negativos que considera relevantes?

Entrevistados	Afirmativo	Negativo	Argumentação
Entrevistado 1 Coronel Marquilhas	X		Obviamente que contribuíram. Uma das tarefas determinadas pela PKF era mesmo o desenvolvimento das actividades CMA/CIMIC para apoio da população. Em relação à protecção da força, a força portuguesa não tinha grande problema nesse aspecto, mas claro que todo o conjunto de projectos elaborados e concretizados só serviram ainda mais para a aceitação e reconhecimento do batalhão e facilitou o cumprimento da missão.
Entrevistado 2 Coronel Fonseca e Sousa	X		Contribuíram. Tiveram uma parte importantíssima fundamentalmente porque nós aliamos sempre o CMA às operações e colocamo-la sempre em todas as operações que fizemos. O CMA era importantíssimo para as informações. Ao nível da aceitação da força, foi importante, mas nós em Timor não tínhamos muitos problemas porque éramos muito bem aceites. O CMA estava essencialmente virado para obtenção de notícias, por isso contribuí-o para o facilitar das operações.
Entrevistado 3 Coronel Henriques	X		Claro que todas estas actividades contribuíram para o reconhecimento do batalhão e facilitaram a aceitação da força. Aliás, não só o reconhecimento do Batalhão mas como também o reconhecimento de Portugal. A situação em Timor não era uma situação de grande conflitualidade, ao contrário de outros batalhões que tiveram situações mais complicadas com as milícias, só tivemos uma situação em que houve um ataque a uma viatura civil, que causou duas mortes, na zona oeste do território sobre a nossa responsabilidade, contudo depois consideramos esta acção como sendo de criminalidade e não acções de milícias. O relacionamento e a facilidade com que cumpríamos a missão e que conseguíamos aceder, estar e movimentarmo-nos na área de operações, não tenho dúvidas que se deveu em muito ao CMA.
Entrevistado 4 Coronel Xavier de Sousa	X		Contribuíram. É um facto. Houve operações que só foram possíveis executar com facilidade, evitando situações que poderiam correr de outra forma graças a acção da CIMIC que depois recolhia informação. Facilitou o reconhecimento do batalhão, a aceitação da força por parte da população.

Quadro H.7: Análise qualitativa da questão nº 11

- Análise qualitativa da questão nº 14. Os elementos CMA/CIMIC devem funcionar como um meio de recolha de informações? Até que ponto o risco que isso implica para a credibilidade da força é aceitável? Alguma vez fez uso dessa capacidade? Em que circunstâncias?

Entrevistados	Afirmativo	Negativo	Argumentação
Entrevistado 1 Coronel Marquilhas	X		O risco deve ser avaliado pelo comandante da força. É um meio fundamental para obter notícias e é impossível separar as informações do CMA. No início da missão a secção CMA/CIMIC estava mais envolvida na recolha de notícias do que em produzir projectos, porque era mais preocupante acabar com as milícias para se produzir um ambiente seguro há população. Fiz uso desta capacidade essencialmente durante as operações Cobra, Crocodilo e Kuda.
Entrevistado 2 Coronel Fonseca e Sousa	X		É preciso ter cuidado com isso. Não tenho dúvidas em afirmar que não estando numa operação humanitária, o CMA é muito importante para obtenção de informações para ajudar nas operações. No meu caso fiz uso dessa capacidade, contudo é preciso ter cuidado na questão do pessoal que está no CMA não ter os conhecimentos sobre aquilo que recolhe. Por isso é que eu coloquei um elemento de informações sempre com as patrulhas CMA.
Entrevistado 3 Coronel Henriques		X	Nós utilizarmos a CIMIC para deliberadamente comprarmos as pessoas ou obter informações é um risco enorme. É lógico que qualquer força tem que ter preocupação com a sua segurança e este é um meio de facilitar o contacto e obter informações e indícios de que algo pode estar para acontecer. Isto pode ser um risco, que é se a pessoa descobre ou sente que está a ser comprada a reacção a reacção pode ser exactamente a contrária. Em ambientes completamente hostis, que não era o caso, posso admitir que este tipo de acções CIMIC tenha à cabeça o objectivo de ir buscar informações. No TO de Timor-Leste fazer isso poderia minar a credibilidade da força.
Entrevistado 4 Coronel Xavier de Sousa	X		Eu acérrimo defensor que o CIMIC deve ser usado como meio para obtenção de informações. Não deve ser a principal intenção, mas deve existir essa finalidade. A população que esteja mais confiante em alguém que lhe de meios que são escassos para eles está mais receptiva a dar informações. Se num TO em que a a segurança da força está em jogo porque é que eu não hei-de aproveitar esta forma de chegar as populações. Eu sei que isto é incorrecto à luz das doutrinas actuais. Agora eu não tenho dúvidas que se eu preciso de informação e a posso conseguir através das acções de CIMIC, então eu até estabeleço quesitos concretos para os meus homens confirmarem. Fiz uso dessa capacidade para conseguir saber onde estava um fugitivo que a PKF queria apanhar. Eu utilizei acções de CIMIC para conseguir descobrir onde estava esse indivíduo.

Quadro H.8: Análise qualitativa da questão nº 14

APÊNDICE I – ENTREVISTAS À AMOSTRA 2

APÊNDICE I.1 - GUIÃO DAS ENTREVISTAS



ACADEMIA MILITAR

Direcção de Ensino

Mestrado em Ciências Militares na Especialidade de Infantaria

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

ENTREVISTA

AUTOR: Aspirante INF Hugo Daniel da Silva Gouveia

ORIENTADOR: Coronel de Cavalaria Luís Nunes da Fonseca

LISBOA, AGOSTO DE 2010

GUIÃO DA ENTREVISTA

A presente entrevista enquadra-se no Trabalho de Investigação Aplicada (TIA) subordinado ao tema “As Forças Nacionais Destacadas e a Cooperação Civil Militar” inserido no curso para Oficial de Infantaria da Academia Militar.

1. Pode dizer-me o seu nome completo, quais as funções que desempenhou quando esteve no Teatro de Operações de Timor-Leste e qual o período da missão?
2. Quais eram a missão e tarefas cometidas ao Pelotão no Teatro de Operações de Timor-Leste?
3. Durante o aprontamento teve alguma formação na vertente de CMA/CIMIC? Se sim, como se processou essa formação?
4. Poderia dar-me uma ideia da forma como se articulou o aprontamento do Pelotão e que tipologia de exercícios foram treinados?
5. A vertente CMA/CIMIC foi tratada em algum desses exercícios? Se sim, poderia descrever o que realizou?
6. No TO de Timor-Leste foi chamado a desenvolver actividades/operações especialmente dirigidas para o CMA/CIMIC? Se sim, quais?
7. Além das tarefas e missões CMA/CIMIC atribuídas pelo escalão superior, sentiu necessidade de realizar esse tipo de actividades para melhorar a sua inserção no TO, reforçar a protecção da força e intensificar o relacionamento com a população? Se sim, quais?
8. Quais os principais problemas a nível operacional, do comando e controlo, da logística e do pessoal encontrados no desenvolvimento das actividades CMA/CIMIC pela sua força?

MUITO OBRIGADO PELA SUA COLABORAÇÃO

APÊNDICE I.2 – TRANSCRIÇÕES DAS ENTREVISTAS

Entrevista Nº1

Entrevistado 1

Posto: Capitão de Artilharia

Nome: Rui Jorge de Matos Alvarinho

Cargo/Função: Cmdt do 3ºPelAt/1º Comp/Agr FOXTROT

Data: 20 de Junho de 2010

Duração: 30 minutos

Unidade/Local: Academia Militar

Pergunta 1. Pode dizer-me o seu nome completo, quais as funções que desempenhou quando esteve no Teatro de Operações de Timor-Leste e qual o período da missão?

Resposta 1. O meu nome é Rui Jorge de matos Alvarinho. Foi Comandante do 3º Pelotão de Atiradores da 1ª CA/Agrupamento Foxtrot. O período da missão foi de 25 de Julho 2003 a 27 de Janeiro 2004.

Pergunta 2. Quais eram a missão e tarefas cometidas ao Pelotão no Teatro de Operações de Timor-Leste?

Resposta 2. O Pelotão teve a missão de conduzir operações de segurança na sua área de responsabilidade (Distrito de Aileu) para contribuir e apoiar a integridade territorial de Timor-Leste. Para cumprir com a missão atribuída, o meu Pelotão realizava mensalmente as seguintes tarefas: uma patrulha nómada (helitransportada) de 04 dias, na qual éramos infiltrados numa Landing Zone planeada e patrulhávamos numa determinada região, na obtenção de informações e garantindo a segurança da população; uma patrulha motorizada (com viaturas IVECO) de 05 dias, na qual eram reconhecidos diversos locais da área de responsabilidade, também com o objectivo de obter informações e garantir a segurança da população; garantir a segurança do Aquartelamento da Companhia com uma força de Guarda de Policia. uma patrulha CMA (Civil and Military Affairs) de 05 dias, com o objectivo de apoiar a população em necessidades e bens carenciados, tais como: Distribuição de

alimentos/géneros; Prestar apoio sanitário com enfermeiro e socorristas; Recuperação de veículos com a SecMan; Distribuição/transporte de materiais diversos em viaturas e Organização de eventos sócio-culturais e desportivos com a população local;

Pergunta 3. Durante o aprontamento teve alguma formação na vertente de CMA/CIMIC? Se sim, como se processou essa formação?

Resposta 3. Não tive formação. O Oficial CMA do Agrupamento teve formação, e reuniu-se com a sua célula CMA, constituída com um Cmdt Pel de cada Companhia, para difundir indicações.

Pergunta 4. Poderia dar-me uma ideia da forma como se articulou o aprontamento do Pelotão e que tipologia de exercícios foram treinados?

Resposta 4. Na fase inicial houve um nivelamento do meu Pelotão com os restantes Pel da 1ª CA, uma vez que tinha militares do RAAA1 e RA5. Após esse nivelamento, houve uma série de avaliações práticas, nomeadamente provas topográficas e provas práticas em Chaves (RI19) a nível individual. Passou-se para a Parelha e depois Secção. Nesta fase da formação de Secção, treinou-se o Combate de Secção de Atiradores. Culminou a fase de formação com o exercício BLI 031 na Serra da Cabreira com um conjunto diverso de situações tácticas e provas, onde foram testados e validados os conhecimentos adquiridos e onde a capacidade e resistência dos soldados e respectivos Cmdts Sec foram testadas em condições bastante adversas. Seguiu-se a formação nível Pelotão, na qual houve incidência de matérias orientadas para a missão, nomeadamente, Combate em áreas edificadas, controlo de tumultos, tiro de combate, Check-points, etc... Culminou esta fase com o exercício HERMES na Serra da Padrela.

Pergunta 5. A vertente CMA/CIMIC foi tratada em algum desses exercícios? Se sim, poderia descrever o que realizou?

Resposta 5. Sim. No HERMES houve uma vertente CMA onde planeamos actividades na Companhia com a população (ex: visita de alunos de escolas primárias da região à área de Bivaque e almoço com os miúdos). Houve também diversos incidentes injectados no Comando da Companhia no âmbito do CMA.

Pergunta 6. No TO de Timor-Leste foi chamado a desenvolver actividades/operações especialmente dirigidas para o CMA/CIMIC? Se sim, quais?

Resposta 6. Sim. Eu acumulei a função de Oficial CMA da minha Companhia, fazendo desta forma parte da célula CMA do Agrupamento. Na Companhia tive um Sargento de Pelotão que fazia parilha comigo no CMA. Para cada mês planeávamos actividades CMA para cada Pelotão da Companhia, com algumas orientações do Comandante de Companhia. Vou-te indicar a actividade CMA do meu Pelotão. Julgo que vais ficar a saber o peso que foi esta actividade teve para nós militares em Aileu!

Seguem-se alguns exemplos das nossas actividades: Planeamento de patrulhas CMA semanais para cada Pelotão; Recepção de entidades locais e internacionais no Aquartelamento; Participação em eventos sócio-culturais e festivos organizados pela população local; Planeamento de distribuição de bens essenciais à população mais carenciada. Em parte porque a situação de segurança se encontrava “calma”, foram planeadas e efectuadas inúmeras acções CMA, nas quais prestámos diferentes tipos de apoio à população e ONG’s: Distribuição de alimentos; Apoio sanitário; Recuperação de veículos; Organização de eventos sócio-culturais e desportivos; Distribuição de materiais. Algumas destas acções foram desenvolvidas durante a actividade operacional. Também no decorrer das acções CMA, era recolhida muita informação, permitindo um melhor planeamento da actividade operacional. Destaco as seguintes acções desenvolvidas pela 1CAAt, e consequentemente pelo 3PelAt: Ajuda no transporte de materiais diversos, Foram solicitados diversas vezes à Companhia, por várias entidades, o apoio no transporte de materiais diversos, para os quais não tinham capacidade de transportar. Os materiais iam desde sacos de cimento, madeira, géneros, etc. Apoio à Quinta de Portugal, Foi solicitado à Companhia o apoio no transporte e plantação de árvores em diversos locais do Distrito de Aileu. Era intenção distribuir um total de 22 mil árvores. Campanha de distribuição de arroz. Realizou-se em Dezembro, por iniciativa do Agrupamento Foxtrot em coordenação com o Governo Timorense, uma campanha de angariação de fundos para a compra de arroz. A 1CAAt reuniu 2593,35 USD, dos quais cerca de metade foram dados pelos militares do 3PelAt, este acto mostrou a sensibilidade dos meus militares para com as necessidades do povo timorense, nomeadamente os que habitam nas montanhas. O dinheiro resultou na compra de 216 sacas de arroz, num total de 10.800Kg. O arroz foi adquirido pelo Agr Foxtrot, que forneceu à nossa Companhia 11.500Kg, a serem distribuídos na AOR. O objectivo desta campanha era proporcionar às famílias mais carenciadas um Natal um pouco melhor. Patrulhas de grande acção CMA de Pelotão Cada Pelotão efectuou uma destas patrulhas, em regiões mais remotas, onde os habitantes locais não tinham acesso a cuidados de saúde e assistência religiosa. O Pelotão recebia de reforço vindo do Agrupamento uma equipa sanitária e o capelão militar, bem como tinham a presença da banda de música da 1CAAt designada “Gineto’s Band”. Era realizado, previamente, um planeamento de diferentes actividades, as quais englobavam: Visitas ao médico da PKF; Assistência religiosa com a realização de uma eucaristia conjunta entre o capelão militar e o

padre local; Jogos tradicionais portugueses; Passagem de filmes para crianças; projecção de imagens sobre Timor, em especial da região local; Realização de um concerto proporcionado pela Banda de música da 1CAAt.

No último dia, as patrulhas efectuavam uma campanha de distribuição de alimentos e material escolar diverso, pelas várias aldeias. Operação de “Apoio à Vida”

Pergunta 7. Além das tarefas e missões CMA/CIMIC atribuídas pelo escalão superior, sentiu necessidade de realizar esse tipo de actividades para melhorar a sua inserção no TO, reforçar a protecção da força e intensificar o relacionamento com a população? Se sim, quais?

Resposta 7. De todas as que referi atrás, apenas a “Campanha de Distribuição de Arroz” veio do escalão superior, as restantes foram planeadas por mim com o Comandante da minha Companhia. Sempre que saíamos em Patrulha, tínhamos sempre presente as dificuldades e necessidades daquele povo. Foi constante o apoio à população, mesmo sem que houvesse um planeamento prévio, era como que por instinto. Nas minhas patrulhas, o meu socorrista realizava constantemente, pequenos tratamentos a crianças com infecções diversas. Como forma de agradecer o nosso esforço, alguns locais ofereciam o pouco que tinham..., mas com um enorme prazer de nos receber! O nosso relacionamento com a população e vice-versa foi o que mais nos deixou saudades. Por vezes sentimos que éramos a sua única salvação e a sua esperança. Não sei o que mais dizer, parecíamos irmãos de sangue!

Pergunta 8. Quais os principais problemas a nível operacional, do comando e controlo, da logística e do pessoal encontrados no desenvolvimento das actividades CMA/CIMIC pela sua força?

Resposta 8. Não senti problemas ou dificuldades de maior. Houve um grande empenhamento logístico e de pessoal nas diversas actividades, mas decorreu tudo como planeado. Um exemplo foi a “Campanha de Distribuição de Arroz” onde foram empregues viaturas pesadas (DAF) para trazer o arroz adquirido para a Companhia e usados meios Heli do Comando da PKF para fazer chegar o arroz à população mais isolada, e foi perfeito o entendimento entre as diferentes partes envolvidas na Campanha. Também nesta Campanha foi empenhada toda a Companhia e os militares cumpriram a missão com entusiasmo.

Entrevista Nº2

Entrevistado 2

Posto: Capitão de Infantaria

Nome: Paulo Alexandre Siborro Alves

Cargo/Função: Comandante 3ºPelAt/2ªCAAt/1BI

Data: 17 de Março de 2010

Duração: 20 minutos

Unidade/Local: Estado Maior do Exército

Pergunta 1. Pode dizer-me o seu nome completo, quais as funções que desempenhou quando esteve no Teatro de Operações de Timor-Leste e qual o período da missão?

Resposta 1. O meu nome é Paulo Alexandre Siborro Alves, Foi Comandante do 3ºPelAt/2ªCAAt/1BI. O período da missão foi de Setembro de 2001 a Agosto de 2002.

Pergunta 2. Quais eram a missão e tarefas cometidas ao Pelotão no Teatro de Operações de Timor-Leste?

Resposta 2. Essencialmente era a de patrulhar e monitorizar a área de responsabilidade do Pelotão (Distrito de Ermera), efectuar acções CIMIC com a população local e outras instituições/ONG e colaborar dentro das possibilidades com as autoridades locais.

Pergunta 3. Durante o aprontamento teve alguma formação na vertente de CMA/CIMIC? Se sim, como se processou essa formação?

Resposta 3. Sim, durante o aprontamento vários elementos foram tirar o curso de CIMIC, principalmente os que estavam definidos para exercer as funções supra mencionadas, a formação decorreu conforme o que está descrito.

Pergunta 4. Poderia dar-me uma ideia da forma como se articulou o aprontamento do Pelotão e que tipologia de exercícios foram treinados?

Resposta 4. O treino foi inicialmente virado para o nivelamento individual, para que todos os militares ficassem com o mesmo treino, passando depois para a fase secção, pelotão, companhia e batalhão, assim sucessivamente, e em cada fase houve vários exercícios de

campo para proceder á avaliação do momento, além disso foram dadas varias instruções para conhecimento do TO (Historia, economia local, ambiente, principais doenças, etc...)

Pergunta 5. A vertente CMA/CIMIC foi tratada em algum desses exercícios? Se sim, poderia descrever o que realizou?

Resposta 5. Sim, essencialmente no exercício final, nos outros também houve mas com maior incidência foi o exercício final, pois foi numa região que proporcionou efectuar acções de CIMIC com a população local, desde consultas aos locais, melhoramento de estradas e infra-estruturas.

Pergunta 6. Pode caracterizar-me sucintamente o TO de TL em termos da população (hostil, amigável, indiferente, carenciada?) e em termos da zona de acção (infra-estruturas de habitação, educação, saúde, etc?).

Resposta 6. População dependia do local, mas as principais “cidades” eram as mais desenvolvidas apesar de haver carências essencialmente a nível de saúde, globalmente a população é amigável sobretudo os mais velhos que sabem falar português e os mais novos que estão a aprender com os professores portugueses que lá se encontram. Ao nível de infra-estruturas tirando DILI estavam um bocado degradadas, contudo, via-se muito obras de recuperação nas quais o Batalhão participava. Saúde pouco ou nada havia nas aldeias muitas vezes eram os militares que davam os préstimos sanitários.

Pergunta 7. No TO de Timor-Leste foi chamado a desenvolver actividades/operações especialmente dirigidas para o CMA/CIMIC? Se sim, quais?

Resposta 7. Melhoramento de infra-estruturas, entrega de material diverso (livros, canetas, dicionários, jogos, material de construção, medicamentos, etc...), apoio sanitário nas aldeias mais carenciadas, ligação com a população através da criação de actividades desportivas e apoio no melhoramento dos campos de irrigação

Pergunta 8. Além das tarefas e missões CMA/CIMIC atribuídas pelo escalão superior, sentiu necessidade de realizar esse tipo de actividades para melhorar a sua inserção no TO, reforçar a protecção da força e intensificar o relacionamento com a população? Se sim, quais?

Resposta 8. Naturalmente que sim, uma vez que não me encontrava perto do Cmd do Bat, todo o tipo de actividades supra mencionadas resultaram numa melhor inserção e relacionamento com a população, que foram essenciais para o sucesso.

Pergunta 9. Quais os principais problemas a nível operacional, do comando e controlo, da logística e do pessoal encontrados no desenvolvimento das actividades CMA/CIMIC pela sua força?

Resposta 9. De pessoal não houve a nível logístico é que nem sempre havia material para fornecer o que é compreensível uma vez que o TO é bastante longínquo de Portugal, a nível operacional uma vez que era planeado era só inserir as actividades CIMIC nas operações e utilizar os meios em proveito das várias acções.

Entrevista Nº3

Entrevistado 3

Posto: Major de Infantaria

Nome: António José Fernandes Martins de Sá

Cargo/Função: Cmdt do PeMort/1ª CAAt/1BI/BLI/UNTAET

Data: 16 de Junho de 2010

Duração: 20 minutos

Unidade/Local: Entrevista via correio electrónico

Pergunta 1. Pode dizer-me o seu nome completo, quais as funções que desempenhou quando esteve no Teatro de Operações de Timor-Leste e qual o período da missão?

Resposta 1. O meu nome é António José Fernandes Martins de Sá, Cmdt de Pelotão de Morteiros da 1ª Companhia de Atiradores/1BI/BLI/UNTAET, entre Outubro de 2001 e Junho de 2002.

Pergunta 2. Quais eram a missão e tarefas cometidas ao Pelotão no Teatro de Operações de Timor-Leste?

Resposta 2. Face à missão atribuída à 1ª Companhia de Atiradores, o pelotão executava missões de patrulhamento de área, tanto motorizadas como apeadas. Por vezes recorria-se a patrulhas de “nomadização”, com recurso a inserção e extracção por helicóptero, de modo a alcançar as regiões mais remotas da área de operações da Companhia.

Pergunta 3. Durante o aprontamento teve alguma formação na vertente de CMA/CIMIC? Se sim, como se processou essa formação?

Resposta 3. Sim. Foram dadas palestras sobre a cultura e hábitos das populações locais e houve um cuidado no treino na comunicação com as populações, pois esta não era uma missão dita convencional mas sim de apoio à paz.

Pergunta 4. Poderia dar-me uma ideia da forma como se articulou o aprontamento do Pelotão e que tipologia de exercícios foram treinados?

Resposta 4. O aprontamento em Vila Real teve a duração de 8 meses. Foi dividido em vários módulos. Primeiro, o aprontamento individual, dando ênfase à técnica individual de combate, depois o treino por secções, por pelotão e finalmente como Companhia. Nas fases de secção, pelotão e Companhia era dado realce à acção dos Comandantes.

Os militares foram treinados, primariamente, para a dita guerra convencional. Para tal treinou-se desde a reacção a emboscadas até aos golpes de mão. Depois passou-se para a parte do controlo de tumultos, check-points em estradas, etc. Também existiu um treino específico para a reacção a pedidos de ajuda por parte das populações.

Pergunta 5. A vertente CMA/CIMIC foi tratada em algum desses exercícios? Se sim, poderia descrever o que realizou?

Resposta 5. Sim. No exercício final foi simulado o pedido de ajuda de um elemento da população.

Pergunta 6. Pode caracterizar-me sucintamente o TO de TL em termos da população (hostil, amigável, indiferente, carenciada?) e em termos da zona de acção (infra-estruturas de habitação, educação, saúde, etc?).

Resposta 6. População amigável com os portugueses nas zonas rurais e mais distantes, pois muitos ainda se lembravam da nossa presença antes da ocupação pela Indonésia. População indiferente principalmente em DILI, onde já se notava uma grande influencia de outros países da Ásia e da Austrália.

População muito carenciada, habitação bastante degradada, saúde e educações muito carenciadas de infra-estruturas e pessoal técnico.

Pergunta 7. No TO de Timor-Leste foi chamado a desenvolver actividades/operações especialmente dirigidas para o CMA/CIMIC? Se sim, quais?

Resposta 7. Apoio com materiais para reconstrução de uma escola danificada por um Helicóptero da ONU; evacuação por meios aéreos de uma mulher grávida em risco de vida (com o feto já morto); pedidos para a reparação de geradores das aldeias; pedidos para remoção de obstáculos das estradas; pedidos para a remoção de viaturas acidentadas/avariadas; etc...

Pergunta 8. Além das tarefas e missões CMA/CIMIC atribuídas pelo escalão superior, sentiu necessidade de realizar esse tipo de actividades para melhorar a sua inserção

no TO, reforçar a protecção da força e intensificar o relacionamento com a população? Se sim, quais?

Resposta 8. Sempre que se efectuava uma patrulha tentava-se saber junto das populações quais os seus problemas de modo a que os mesmos pudessem ser reflectidos no nosso relatório de missão. Alguns tentavam solucionar no local, a maioria das vezes com recurso ao socorrista que era parte integrante da patrulha, pois muitos dos problemas nas zonas mais inacessíveis eram do âmbito sanitário.

Pergunta 9. Quais os principais problemas a nível operacional, do comando e controlo, da logística e do pessoal encontrados no desenvolvimento das actividades CMA/CIMIC pela sua força?

Resposta 9. Principalmente problemas de ordem Logística. Todos queríamos ajudar mas não havia meios, nem sempre havia material.

Entrevista Nº4

Entrevistado 4

Posto: Major de Infantaria

Nome: Dinis Bento Vicente Duarte

Cargo/Função: Cmdt do 2ºPelAt/1ªCAAt/1BI

Data: 15 de julho de 2010

Duração: 15 minutos

Unidade/Local: Regimento de Infantaria 13

Pergunta 1. Pode dizer-me o seu nome completo, quais as funções que desempenhou quando esteve no Teatro de Operações de Timor-Leste e qual o período da missão?

Resposta 1. O meu nome é Dinis Bento Vicente Duarte, Foi Comandante do 2ºPelAt/1ªCAAt/1BI localizado em Ainaro. O período da missão foi 15 de Outubro de 2001 a Junho de 2002.

Pergunta 2. Quais eram a missão e tarefas cometidas ao Pelotão no Teatro de Operações de Timor-Leste?

Resposta 2. A nossa missão era manter um ambiente estável e seguro. Ao nível das tarefas fazia-mos patrulhas de presença apeadas e motorizadas, operações de cerco e busca, patrulhas nómadas apeadas, reconhecimento aéreo, escoltas a colunas de refugiados, manter ligação e apoiar os UNMO'S, representantes UNHCR e demais entidades civis (chefes de suco), religiosas e militares, recolher e enviar informações ao escalão superior, participar em cerimónias civis, montar segurança a antena no Ramelau, montar segurança às instalações do pelotão, manter comunicações com escalão superior, cozinhar para 40 pessoas, apoiar os professores portugueses que estavam a dar aulas em Ainaro, realizar eventos sociais com as escolas realizando festas para crianças e distribuindo géneros alimentares, bolas e outras prendas, apoiar a população local na realização de alguns trabalhos tais como arranjar telhados de casas, ensinar a trabalhar com Moto cultivadoras, distribuir apoio de roupa usada que previamente recolhemos e enviámos de Portugal, participar nas actividades religiosas de acordo com calendário católico.

Pergunta 3. Durante o aprontamento teve alguma formação na vertente de CMA/CIMIC? Se sim, como se processou essa formação?

Resposta 3. Não, durante o aprontamento não tive nenhuma formação. Contudo os elementos que estavam destinados a essas tarefas foram tirar cursos.

Pergunta 4. Poderia dar-me uma ideia da forma como se articulou o aprontamento do Pelotão e que tipologia de exercícios foram treinados?

Resposta 4. O treino foi virado para a execução de exercícios de combate convencional, numa primeira fase, e depois para exercícios que se executam nas operações de apoio à paz.

Pergunta 5. A vertente CMA/CIMIC foi tratada em algum desses exercícios? Se sim, poderia descrever o que realizou?

Resposta 5. Não.

Pergunta 6. Pode caracterizar-me sucintamente o TO de TL em termos da população (hostil, amigável, indiferente, carenciada?) e em termos da zona de acção (infra-estruturas de habitação, educação, saúde, etc?).

Resposta 6. População era amigável, mas muito carenciada. O TO apresentava grandes deficiências ao nível das infra-estruturas devido aos Indonésios as terem destruído antes de abandonarem a zona.

Pergunta 7. No TO de Timor-Leste foi chamado a desenvolver actividades/operações especialmente dirigidas para o CMA/CIMIC? Se sim, quais?

Resposta 7. Sim. Escolta a colunas de refugiados, melhoramento de infra-estruturas, entrega de material diverso (material desportivo, roupas, material de construção, medicamentos, etc), apoio sanitário nas aldeias mais carenciadas, ligação com a população através da criação de actividades desportivas e apoio no melhoramento dos campos de irrigação.

Pergunta 8. Além das tarefas e missões CMA/CIMIC atribuídas pelo escalão superior, sentiu necessidade de realizar esse tipo de actividades para melhorar a sua inserção

no TO, reforçar a protecção da força e intensificar o relacionamento com a população? Se sim, quais?

Resposta 8. Naturalmente que sim, aliás a maior parte foi por minha iniciativa. Para haver um bom relacionamento entre os militares e as demais entidades civis e militares presentes no território, tem de haver de parte a parte cooperação e sentir que o outro lado está contente com a nossa presença. O sorriso das crianças falava por si.

Pergunta 9. Quais os principais problemas a nível operacional, do comando e controlo, da logística e do pessoal encontrados no desenvolvimento das actividades CMA/CIMIC pela sua força?

Resposta 9. O TO é bastante longínquo com as linhas muito extensas, o que faz com que qualquer tipo de apoio vindo de Portugal demore entre 15 a 180 dias, e encareça o apoio necessário. Por exemplo, em Portugal arranjei quatro viaturas Daf carregadas com roupa usada e só passados 6 meses lá chegou alguma dessa roupa (1/10 chegou lá e a restante não chegou lá).

APÊNDICE I.3 – QUADROS DE ANÁLISE QUALITATIVA À AMOSTRA 2

- Análise qualitativa da questão nº 3 – Durante o aprontamento teve alguma formação na vertente de CMA/CIMIC? Se sim, como se processou essa formação?

Entrevistados	Afirmativo	Negativo	Argumentação
Entrevistado 1 Capitão Alvarinho		X	O Oficial CMA do Agrupamento teve formação, e reuniu-se com a sua célula CMA, constituída com um Cmdt Pel de cada Companhia, para difundir indicações.
Entrevistado 2 Capitão Siborro Alves		X	Durante o aprontamento vários elementos foram tirar o curso de CIMIC, principalmente os que estavam definidos para exercer as funções supra mencionadas.
Entrevistado 3 Major Martins de Sá	X		Foram dadas palestras sobre a cultura e hábitos das populações locais e houve um cuidado no treino na comunicação com as populações, pois esta não era uma missão dita convencional mas sim de apoio à paz.
Entrevistado 4 Major Duarte		X	Alguns elementos que estavam destinados a essas tarefas forma tirarem cursos.

Quadro I.1: Análise qualitativa da questão nº 3

- Análise qualitativa da questão nº 4 – Poderia dar-me uma ideia da forma como se articulou o aprontamento do Pelotão e que tipologia de exercícios foram treinados?

Entrevistados	Argumentação
Entrevistado 1 Capitão Alvarinho	Na fase inicial houve um nivelamento do meu Pelotão com os restantes Pel da 1ª CA. Após esse nivelamento, houve uma série de avaliações práticas, nomeadamente provas topográficas e provas práticas em Chaves. Seguiu-se a formação nível Pelotão, na qual houve incidência de matérias orientadas para a missão, nomeadamente, Combate em áreas edificadas, controlo de tumultos, tiro de combate, Check-points, etc...
Entrevistado 2 Capitão Siborro Alves	O treino foi inicialmente virado para o nivelamento individual, para que todos os militares ficassem com o mesmo treino, passando depois para a fase secção, pelotão, companhia e batalhão, assim sucessivamente, e em cada fase houve vários exercícios de campo.
Entrevistado 3 Major Martins de Sá	O aprontamento foi dividido em vários módulos. Primeiro, o aprontamento individual, dando ênfase à técnica individual de combate, depois o treino por secções, por pelotão e finalmente como Companhia. Os militares foram treinados, primariamente, para a dita guerra convencional. Para tal treinou-se desde a reacção a emboscadas até aos golpes de mão. Depois passou-se para a parte do controlo de tumultos, check-points em estradas, etc. Também existiu um treino específico para a reacção a pedidos de ajuda por parte das populações.
Entrevistado 4 Major Duarte	O treino foi virado para a execução de exercícios de combate convencional, numa primeira fase, e depois para exercícios que se executam nas operações de apoio à paz.

Quadro I.2: Análise qualitativa da questão nº 4

- Análise qualitativa da questão nº 5 – A vertente CMA/CIMIC foi tratada em algum desses exercícios? Se sim, poderia descrever o que realizou?

Entrevistados	Afirmati vo	Negati vo	Argumentação
Entrevistado 1 Capitão Alvarinho	X		No exercício final houve uma vertente CMA onde planeamos actividades na Companhia com a população (ex: visita de alunos de escolas primárias da região à área de Bivaque e almoço com os miúdos). Houve também diversos incidentes injectados no Comando da Companhia no âmbito do CMA.
Entrevistado 2 Capitão Siborro Alves	X		Essencialmente no exercício final, nos outros também houve mas com maior incidência foi o exercício final, pois foi numa região que proporcionou efectuar acções de CIMIC com a população local, desde consultas aos locais, melhoramento de estradas e infra-estruturas.
Entrevistado 3 Major Martins de Sá	X		No exercício final foi simulado o pedido de ajuda de um elemento da população.
Entrevistado 4 Major Duarte		X	

Quadro I.3: Análise qualitativa da questão nº 5

- Análise qualitativa da questão nº 6 – No TO de Timor-Leste, foi chamado a desenvolver actividades/operações especialmente dirigidas para o CMA/CIMIC? Se sim, quais?

Entrevistados	Afirmativo	Negativo	Argumentação
Entrevistado 1 Capitão Alvarinho	X		Eu acumulei a função de Oficial CMA da minha Companhia, fazendo desta forma parte da célula CMA do Agrupamento. Na Companhia tive um Sargento de Pelotão que fazia parilha comigo no CMA. Para cada mês planeávamos actividades CMA para cada Pelotão da Companhia, com algumas orientações do Comandante de Companhia. : Planeamento de patrulhas CMA semanais para cada Pelotão; participação em eventos sócio-culturais e festivos organizados pela população local; planeamento de distribuição de bens essenciais à população mais carenciada.
Entrevistado 2 Capitão Siborro Alves	X		Melhoramento de infra-estruturas, entrega de material diverso (livros, canetas, dicionários, jogos, material de construção, medicamentos, etc....), apoio sanitário nas aldeias mais carenciadas, ligação com a população através da criação de actividades desportivas e apoio no melhoramento dos campos de irrigação.
Entrevistado 3 Major Martins de Sá	X		Apoio com materiais para reconstrução de uma escola danificada por um Helicóptero da ONU; evacuação por meios aéreos de uma mulher grávida em risco de vida (com o feto já morto); pedidos para a reparação de geradores das aldeias; pedidos para remoção de obstáculos das estradas; pedidos para a remoção de viaturas acidentadas/avariadas; etc...
Entrevistado 4 Major Duarte	X		Escolta a colunas de refugiados, melhoramento de infra-estruturas, entrega de material diverso (material desportivo, roupas, material de construção, medicamentos, etc), apoio sanitário nas aldeias mais carenciadas, ligação com a população através da criação de actividades desportivas e apoio no melhoramento dos campos de irrigação.

Quadro I.4: Análise qualitativa da questão nº 6

- Análise qualitativa da questão nº 7 – Além das tarefas e missões CMA/CIMIC atribuídas pelo escalão superior, sentiu necessidade de realizar esse tipo de actividades para melhorar a sua inserção no TO, reforçar a protecção da força e intensificar o relacionamento com a população? Se sim, quais?

Entrevistados	Afirmativ o	Negativ o	Argumentação
Entrevistado 1 Capitão Alvarinho	X		As que eu falei anteriormente foram todas planeadas por mim com o Comandante da minha Companhia.
Entrevistado 2 Capitão Siborro Alves	X		Uma vez que não me encontrava perto do Cmd do Bat, todo o tipo de actividades supra mencionadas resultaram numa melhor inserção e relacionamento com a população, que foram essenciais para o sucesso.
Entrevistado 3 Major Martins de Sá	X		Sempre que se efectuava uma patrulha tentava-se saber junto das populações quais os seus problemas, alguns tentavam solucionar no local. A maioria das vezes com recurso ao socorrista que era parte integrante da patrulha, pois muitos dos problemas nas zonas mais inacessíveis eram do âmbito sanitário.
Entrevistado 4 Major Duarte	X		A maior parte foi por minha iniciativa. Para haver um bom relacionamento entre os militares e as demais entidades civis e militares presentes no território, tem de haver de parte a parte cooperação e sentir que o outro lado está contente com a nossa presença

Quadro I.5: Análise qualitativa da questão nº 7

ANEXOS

ANEXO A OPERAÇÕES DE APOIO À PAZ

A comunidade internacional responde a situações de emergência de elevada complexidade no âmbito de um vasto leque de actividades e de acordo com a dimensão da crise. Essas opções de resposta, que deverão basear-se num mandato legal e sob os auspícios de uma entidade internacionalmente reconhecida, podem abranger desde a ajuda humanitária até à aplicação da força militar. Inicialmente, mais respostas específicas poderão ser coordenadas sob os auspícios das Nações Unidas ou outra organização mormente a Organização de Segurança e Cooperação Europeia (OSCE).

Se o nível de resposta escalar até ao ponto de se tornar necessário o envio de uma força militar credível e capaz, esta opção deverá ser requisitada a uma aliança militar (como por exemplo a NATO), a uma aliança entre estados, ou ainda, a uma combinação de ambas. Igualmente, algumas agências de ajuda humanitária podem ter estado a operar na área durante anos, antes da crise, representando por isso, um papel importante no evoluir da situação.

O sucesso de uma PSO depende largamente do apoio da população local, das autoridades locais, (quando existem) e da cooperação por parte dos beligerantes com a comunidade internacional. A tarefa militar, neste contexto, será a de criar as condições necessárias que conduzam a um ambiente seguro e estável de forma a permitir que as agências civis possam desempenhar as suas tarefas tendo em vista a criação de um ambiente de paz auto sustentado.

A NATUREZA E SUCESSO DAS PSO

As PSO são operações multifuncionais conduzidas imparcialmente, normalmente em apoio de uma Organização internacionalmente reconhecida, como a Organização das Nações Unidas (ONU) ou a OSCE, envolvendo forças militares e agências diplomáticas e humanitárias. São desenhadas para se atingir um acordo político de longo prazo ou outras condições específicas, e têm em vista criar um ambiente seguro no qual as agências civis possam reconstruir as infra-estruturas necessárias que possibilitem uma paz autosustentada.

O carácter multifuncional é-lhe atribuído pelo facto deste tipo de operações envolverem um vasto e diversificado número de organizações que poderão estar envolvidas ao longo das diversas fases de uma PSO. Incluem a manutenção de paz, a imposição de paz, a

prevenção de conflitos, o restabelecimento da paz, a consolidação da paz e as operações humanitárias.

O que as distingue das restantes operações militares, é o facto das forças militares empenhadas, ao invés de desenvolverem acções de combate, são chamadas a cumprir outro tipo de tarefas para as quais é requerida uma postura imparcial da força supervisora.

São realizadas com o intuito de criar um ambiente seguro, em que as agências civis possam reedificar as estruturas necessárias para assegurar uma paz auto sustentada, não reconhecendo os intervenientes directos no conflito como inimigo a derrotar ou a destruir, mas como partes interessadas na procura da paz.

O sucesso em PSO é alcançado quando são atingidos os objectivos políticos pré determinados, tais como: estabelecimento de um ambiente seguro, estável e autosustentado para a população local. Os objectivos militares, por seu turno, vão sendo atingidos dia a dia, sendo um dos dados indicadores da sua consecução, a não utilização da força para a resolução do conflito. No entanto, importa reter que atingir os objectivos militares por si só, não significa obter o sucesso da operação. Assim, o alcançar dos objectivos militares e a criação de um ambiente seguro, só por si, não asseguram uma paz prolongada. Para isso, logo que garantidas essas condições, deverá operar-se um esforço no âmbito das actividades necessárias à consolidação da paz, inerentes à componente civil da missão.

As operações de apoio à paz

- Manutenção de Paz (PK);
- A Imposição de Paz (PE);
- A Prevenção de Conflitos (CP);
- O Restabelecimento da Paz (PM);
- A Consolidação da Paz (PB);
- As Operações Humanitárias (HO).

Tipos de actividades/tarefas em PSO.

Existe um grande número de tarefas militares ou actividades que podem ser conduzidas em PSO. Normalmente, estas actividades são conduzidas concorrentemente e em diferentes graus, dependendo das circunstâncias e do estado da operação. As actividades/tarefas cometidas às forças militares são:

- ✓ Observação e monitorização
- ✓ Supervisar tréguas e cessar-fogos
- ✓ Interposição
- ✓ Assistência à transição
- ✓ Desarmamento, desmobilização e reintegração
- ✓ Operações de restabelecimento da lei e da ordem
- ✓ Protecção de operações humanitárias
- ✓ Protecção de direitos humanos
- ✓ Inactivação de explosivos e limpeza de campos de minas
- ✓ Contenção de conflitos
- ✓ Separação de beligerantes
- ✓ Estabelecer e supervisionar áreas protegidas ou seguras
- ✓ Garantir e negar movimentos
- ✓ Imposição de sanções

Fonte: Regulamento de Campanha Operações, parte III, Capítulo 14, p. 5-10

ANEXO B - COORDENAÇÃO CIVIL-MILITAR

Doutrina ONU

Durante a Guerra Fria, a maior parte das missões nas operações de apoio à paz da ONU eram as de monitorização de cessar-fogo. Desde 1989, o alcance e a complexidade das operações de apoio à paz foi consideravelmente ampliado. Daqui resultou todo um conjunto de novas tarefas para sustentar os acordos de paz, tais como: criação de novas instituições (forças de defesa, forças policiais, sistemas judiciários, etc) ou reformar as instituições existentes, assistência à organização de eleições e elaborar programas de reconstrução e recuperação (Coning, 2007).

A fim de assegurar que essas novas tarefas eram executadas como uma missão coerente, desenvolveu-se um conjunto de estruturas e mecanismos para facilitar a coordenação e cooperação. Várias funções de coordenação foram desenvolvidas, contudo a função de coordenação civil-militar surgiu como o ponto decisivo entre as componentes militar e civil (Coning, 2007).

Do mesmo modo do que se passa na doutrina NATO, o responsável pela coordenação das actividades nas missões de apoio à paz da ONU é o comandante da missão. O objectivo a que se destina esta coordenação deverá ser a concentração da força militar e forças policiais na tarefa principal – segurança. Contudo, quando necessário estas podem contribuir de uma maneira mais efectiva para outro tipo de tarefas relacionadas com as actividades humanitárias e de desenvolvimento (UN DPKO, 2002).

Definição⁷⁵

Segundo o Departamento de Operações de manutenção de paz da ONU⁷⁶ *“UN Civil-Military Coordination is the system of interaction, involving exchange of information, negotiation, de-confliction, mutual support, and planning at all levels between military elements and humanitarian organizations, development organizations, or the local civilian population, to achieve respective objectives.”* (UN DPKO, 2002, p. 2).

⁷⁵ Tradução livre

⁷⁶ A doutrina aqui seguida refere-se ao manual de doutrina da ONU de 2002, devido ao período da missão em Timor-Leste (1999-2004), contudo actualmente já existe um novo manual da ONU sobre Coordenação Civil-Militar em Operações de Manutenção de Paz de Janeiro de 2010.

Da definição apresentada podemos retirar que a coordenação civil-militar refere-se a mecanismos de interacção entre os actores civis e militares que operam num teatro de operações, com o fim de desenvolver e alcançar os objectivos comuns.

PRINCÍPIOS DA COORDENAÇÃO CIVIL-MILITAR

Complementaridade e evitar a duplicação

Normalmente a ONU só usa a capacidade da força militar ou da polícia civil⁷⁷ em situações directamente relacionadas com a paz ou a segurança, quer através da observação e relato da situação, ou realmente a garantir a segurança. Normalmente, todas as outras tarefas, tais como as relacionadas com a ajuda humanitária e actividades de desenvolvimento, são realizadas por civis. O comandante da missão pode autorizar as forças militares e policiais a realizar outras tarefas se essas actividades estão em concordância com o mandato da missão de paz, se não interferem com as tarefas de segurança e se estiverem totalmente coordenadas dentro da missão. Por outro lado, o comandante deve ter consciência que os organismos civis só aceitarão o apoio dos militares se a capacidade requerida é única, não pode ser fornecida pelas entidades civis em tempo oportuno e o uso das capacidades militares é o último recurso (UN DPKO, 2002).

Comando e controlo das tarefas civis

Dentro do sistema da ONU o *Humanitarian Coordinator* (HC) é o responsável pelo planeamento e coordenação das operações humanitárias e o *Resident Coordinator* (RC) é o responsável pelo planeamento e coordenação das operações de desenvolvimento. Como, em muitos casos o mesmo indivíduo ocupa os dois cargos, a coordenação não implica nenhuma alteração no comando. As forças militares e as forças policiais que servem a ONU no teatro de operações continuaram sobre o seu comando e controlo (UN DPKO, 2002).

Flexibilidade e compreensão mútua

Os militares e elementos da polícia sob a égide da ONU devem desenvolver uma compreensão sobre os princípios humanitários e não comprometer o funcionamento dos actores civis que actuam com base nesses princípios. Do mesmo modo, entende-se que as actividades de desenvolvimento desses actores não ocorrem num vácuo e que o reconhecimento mútuo dessa interdependência no terreno é muito importante para o

⁷⁷ O papel da polícia, no aspecto da Coordenação Civil-Militar, tem sido ao longo dos anos praticamente inexistentes. (UN DPKO, 2010)

sucesso da missão, fornecendo uma base sólida para abordar questões complexas (UN DPKO, 2002).

Coordenação a todos os níveis

Para assegurar que todas as questões sejam objecto de uma atenção adequada e facilitar a direcção, a coordenação deve ter lugar no mais alto nível possível. O Representante Especial do Secretário-Geral (SRSG) tem a responsabilidade da coordenação global da missão. A um nível mais abaixo, onde exige-se por vezes a coordenação com os actores civis locais é formada uma equipa de coordenação civil-militar, com liderança civil, para resolver essas questões (UN DPKO, 2002).

Recursos

A coordenação civil-militar não implica qualquer mudança no controle sobre os recursos da missão. Em muitos casos, os orçamentos de manutenção de paz não abrangem a utilização dos recursos de apoio às actividades que não são incluídas como tarefas específicas na missão do mandato. Os contingentes militares e policiais são fornecidos pelos estados-membros com tarefas muito especificadas, normalmente direccionadas à paz e à segurança. Por causa disso, muitos contingentes usam recursos próprios para realizar missões humanitárias e de desenvolvimento. Por outro lado, se o orçamento não cobre essas tarefas, o financiamento pode ser voluntariamente fornecido por fontes externas através de fundos criados para o efeito⁷⁸ (UN DPKO, 2002).

⁷⁸Como foi o caso português em Timor-Leste, onde as primeiras FND tiveram apoio financeiro da Associação Portuguesa de Apoio ao Desenvolvimento (APAD) para realizar acções humanitárias e de desenvolvimento.

ANEXO C - TAREFAS CIMIC NAS FASES DE UMA OPERAÇÃO NÃO – ARTIGO 5º

Na figura 4 temos um esquema representativo de como uma operação CIMIC se desenvolve ao longo das fases das Operações Não-Artigo 5º. Contudo de seguida irei descrever quais as tarefas, que na prática os responsáveis pela CIMIC desenvolvem:



Figura C.1 : Esquema do desenrolar de uma Operação CIMIC

Fonte: (Curso CIMIC Nível – Tático, IESM, 2007)

Fase pré-Operacional

As equipas CIMIC, antes de uma operação e o mais cedo possível, devem estar empenhadas no planeamento e no treino. A acção crítica a tomar é, logo explorar possíveis relações existentes com os actores civis na componente operacional, com o objectivo de fazer um planeamento integrado. Ao mesmo tempo, as equipas CIMIC irão trabalhar noutras matérias para garantir que todos os factores relacionados com a componente civil estão integrados nesse planeamento integrado. (NATO, 2003)

Idealmente, haverá tempo para mobilizar os meios necessários para realizar funções críticas, que as organizações internacionais e civis não poderão realizar imediatamente, de modo a que estes estejam disponíveis para implantar a força da NATO. As equipas CIMIC serão envolvidas na preparação da força aliada para lidar com as condições civis que irão encontrar na área de operações. (NATO, 2003)

Fase Operacional

Como a finalidade da CIMIC é segurar uma cooperação civil-militar efectiva em apoio da missão do comandante, os relacionamentos, sejam eles formais ou informais, devem ser criados e mantidos com os actores civis, porque muitos poderão ser úteis antes das forças da NATO chegarem ao terreno. É dentro deste contexto que na fase operacional devem ser realizadas seis tarefas essenciais: comunicação, coordenação, troca de informações, estabelecimento de acordos, avaliações e actividades CIMIC. (NATO, 2003)

Devido à natureza fluida das CRO, deverá haver uma avaliação permanente das capacidades e das tarefas já existentes, da chegada e partida de organizações civis, juntamente com a avaliação das necessidades da população e os progressos de certos aspectos da missão. (NATO, 2003)

Na fase inicial de uma CRO, as tarefas críticas e urgentes, que normalmente são executadas por organizações civis, poderão ter de ser realizadas pelas forças militares, quer por razões logísticas, humanitárias ou como primeiro passo na criação sustentável de infra-estruturas. Esta acção pode também ser necessária para prevenir hostilidades, evitando que grupos ou facções não cooperativas tenham o controlo sobre os serviços, instalações, postos administrativos ou sectores da economia, inibindo a capacidade de resposta e consequente extracção da força. A força militar pode igualmente exigir a actuação das equipas CIMIC para lidar com um grande número de refugiados e pessoas desalojadas. Além dos especialistas funcionais da CIMIC e peritos trazidos pelas organizações internacionais, as populações desalojadas serão uma fonte de habilidade e conhecimento para auxiliar na interacção entre a força militar e a população. (NATO, 2003)

As equipas CIMIC deverão concentra-se em incentivar as agências locais e internacionais a assumir a plena autoridade e responsabilidade sobre a implementação civil no terreno e a exigirem a redução gradual do apoio da força militar. As relações estabelecidas na presente fase e em curso, a avaliação exata do progresso alcançado na execução civil é crucial para efectuar uma transição suave das responsabilidades e consequente extracção da força. Os planos de transição já devem estar concluídos nesta altura. (NATO, 2003)

Fase de Transição

O principal papel da CIMIC na fase de transição é ajudar as autoridades civis a funcionar sem a presença das forças da NATO na área de operações. A medida que a força militar vai reduzindo em número e no âmbito das suas responsabilidades, a CIMIC continuará a apoiar a transferência das responsabilidades civis que a força possa ter assumido aquando a sua chegada, para as agências e organizações autorizadas a assumir essas responsabilidades. (NATO, 2003)

ANEXO D - ORGANIZAÇÃO DA CIMIC NOS DIFERENTES ESCALÕES TÁCTICOS

1. Exemplo de uma organização CIMIC ao nível comando da força no território

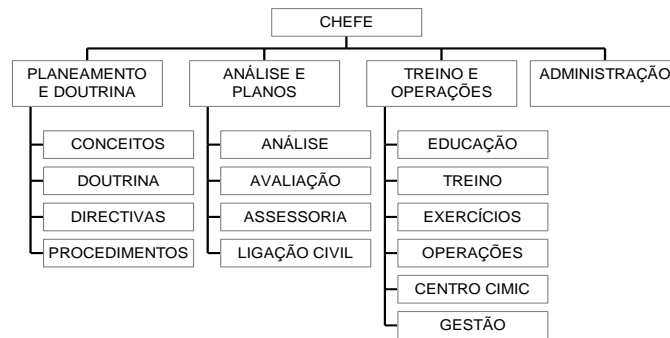


Figura D.1: Organização CIMIC ao nível comando de força no território

Fonte: (CITOAP, 2001, p. 72)

2. Exemplo de uma organização CIMIC ao nível Divisão

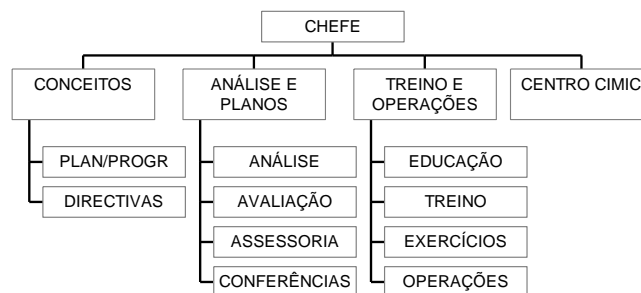


Figura D.2: Organização CIMIC ao nível Divisão

Fonte: (CITOAP, 2001, p. 72)

3. Exemplo de uma organização CIMIC ao nível Brigada

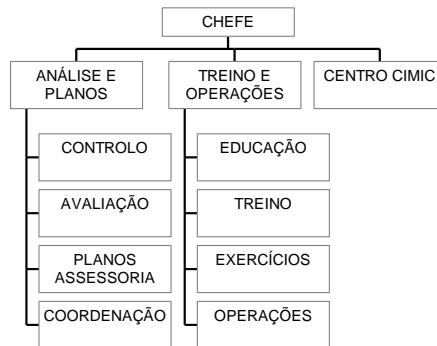


Figura D.3: Organização CIMIC ao nível Brigada

Fonte: (CITOAP, 2001, p. 73)

4. Exemplo de uma organização CIMIC ao nível Batalhão/Agrupamento

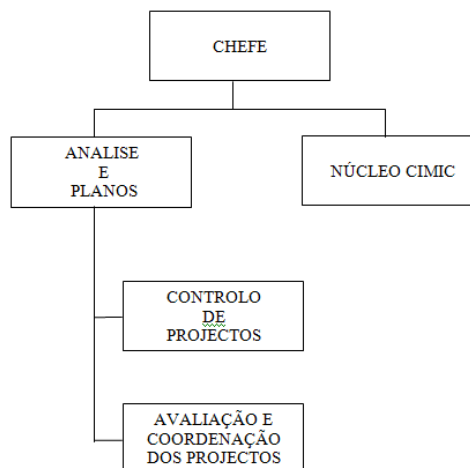


Figura D.4: Organização CIMIC ao nível Batalhão/Agrupamento

Fonte: (CITOAP, 2001, p. 73)

ANEXO E – COORDENAÇÃO DA CIMIC AO NÍVEL DE ESTADO MAIOR

A CIMIC é uma responsabilidade do comandante e como outras funções, está sujeita a prioridades. Normalmente a maior parte das actividades é levada a cabo por militares sob o controlo ou coordenados pelo oficial de operações da força. Para se efectivar, o Estado Maior CIMIC da força deve desenvolver relações de trabalho com outros centros CIMIC de escalões superiores de forma a poder apoiar o comandante.

A figura D.1 mostra um esquema da interacção da CIMIC com o Estado Maior da força.

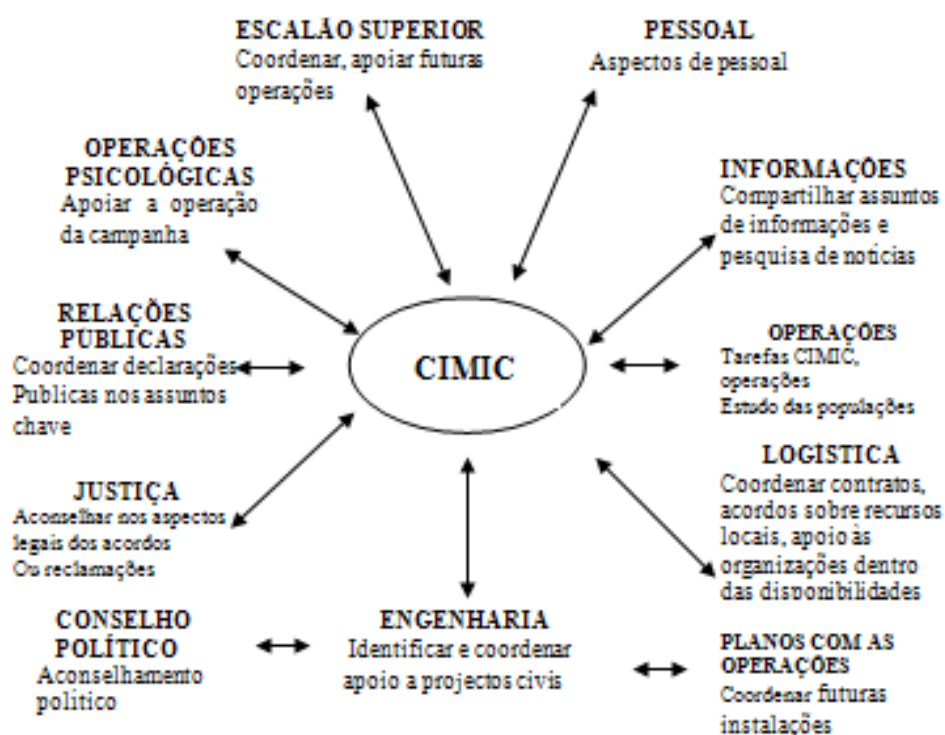


Figura E.1: Coordenação ao nível de Estado Maior

Fonte: (CITOAP, 2001, p. 14)

ANEXO F – CIMIC GROUP SOUTH

O CGS foi criado em 2002, em Itália e tem como países constituintes Portugal, Itália, Roménia, Grécia e Hungria. Este grupo detém o encargo operacional, podendo ser chamado a intervir em missões artigo 5º e missões não-artigo 5º e tem como tarefas gerais: guarnecer os Comandos subordinados da componente terrestre de elementos de apoio CIMIC; disponibilizar apoio de especialistas funcionais; estabelecer um ou dois Centros CIMIC, conforme a situação; conduzir actividades CIMIC; manter um relacionamento pró-activo com as organizações civis; estimar custos de projectos, actividades e operações e missões CIMIC e estudos e avaliações de situação. (www.cimicgroupsouth.org)

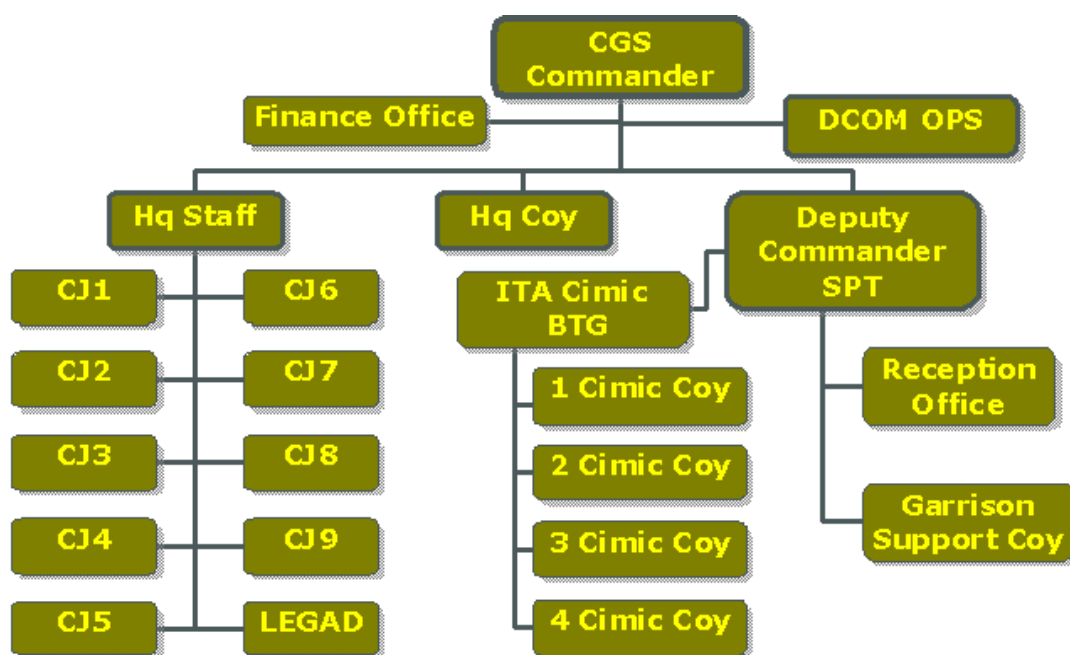


Figura F.1: Organização do CIMIC GROUP SOUTH

Fonte: (www.cimicgroupsouth.org)

ANEXO G – IMAGENS DE AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA COOPERAÇÃO CIVIL-MILITAR

➤ ENGENHARIA



Figura G.1: Construção de uma ponte pelo módulo de engenharia.

Fonte: (2ºBIPara, 2000b)



Figura G.2: Encerramento da Construção do Jardim de Infância “Agrupamento Hotel”

Fonte: (Agr HOTEL, 2004, Anexo J)

➤ **ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA**



Figura G.3: Distribuição de Alimentação por uma Equipe CMA

Fonte: (1BI/BLI, 2002b)



Figura G.4: Distribuição de material desportivo

Fonte: (1BI/BLI, 2002b)



Figura G.5: Distribuição material escolar
Fonte: (1BI/BLI, 2002b)

➤ **SOCIALIZAÇÃO E ANIMAÇÃO CULTURAL**

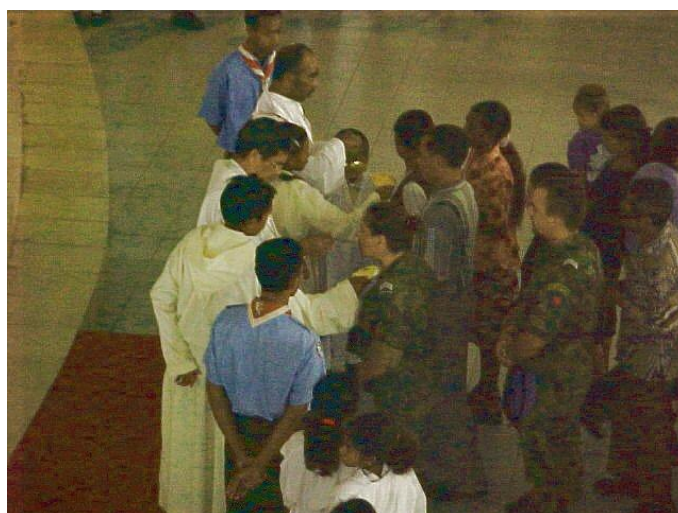


Figura G.6: Cerimónia religiosa presidida pelo capelão do Batalhão
Fonte: (2BIPara, 2000b)

➤ APOIO SANITÁRIO



Figura G.7: Assistência sanitária pelo médico do Batalhão

Fonte: (2ºBIPara, 2000b)

➤ PROGRAMAS EDUCACIONAIS



Figura G.8: Formação sobre equipamento agrícola

Fonte: (1ºBI/BLI, 2002b)



Figura G.9: Formação não militar às FALENTIL

Fonte: (2BIPara, 2000b)